

Estratégia Nacional de Educação Financeira

Sumário

APRESENTAÇÃO	2
SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Importância da educação financeira	8
1.2 Relação do brasileiro com o dinheiro	12
1.3 Competência para educação financeira no Brasil	15
1.4 Estratégia Nacional de Educação Financeira	19
SEÇÃO 2 – CENÁRIOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	22
2.1. Planejamento financeiro	22
2.2. Economia	31
2.3. Serviços financeiros.....	39
2.4. Crédito e juros	46
2.5. Investimentos.....	51
2.6. Previdência social	60
2.7. Seguros	72
2.8. Capitalização	78
2.9. Proteção e defesa do consumidor	81
SEÇÃO 3 – PROPOSTA DE ATUAÇÃO.....	88
3.1. Educação financeira nas escolas.....	94
3.2. Educação financeira para adultos	110
SEÇÃO 4 – GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	117
SEÇÃO 5 – CONCLUSÃO.....	124

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) foi instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular. É integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Com a finalidade de melhorar o grau de educação financeira da população brasileira, o Coremec constituiu Grupo de Trabalho (GT) por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, com o objetivo de propor estratégia nacional de educação financeira. Tal proposta deveria ser construída em conjunto com representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil. Para tanto, foi autorizada a participação de membros auxiliares nos trabalhos do grupo, selecionados entre aqueles que pudessem contribuir para desenvolvimento do tema educação financeira. Esse trabalho em parceria objetivava construir proposta com legitimidade e, principalmente, estabelecer compromisso para sua execução.

Este documento consubstancia a proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), resultado de dezoito meses de trabalho do GT, instalado em novembro de 2007 e coordenado por representante da CVM. A Enef tem os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas consciente quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Tais objetivos poderão ser alcançados com esforço coordenado na execução de programas e ações contidos nesta proposta e com recursos que serão implementados de acordo com as diretrizes e as orientações da Enef.

A experiência internacional forneceu referências relevantes para desenvolvimento do trabalho, sendo utilizadas outras fontes de informação e subsídio. O grau de conhecimento financeiro dos brasileiros, por exemplo, foi mapeado em pesquisa nacional realizada, em 2008, por instituto de pesquisa contratado para esse fim.

Com o objetivo de auxiliar na execução da Enef, foi lançado, em agosto de 2008, o sítio da Estratégia (<www.vidaedinheiro.gov.br>), com a finalidade inicial de cadastrar ações de educação financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial, existentes no Brasil, permitindo a formação de inventário nacional.

O documento se apresenta com a seguinte estrutura: a Seção I e a Seção II fundamentam a proposta, apresentam cenários e indicam alguns desafios para a Educação Financeira; a Seção III e a Seção IV compõem a proposta de atuação da Enef, delineando as ações a serem desenvolvidas para crianças e jovens, por meio da escola, e para adultos, além da forma e da estrutura de governança futura da Enef; a Seção V apresenta a conclusão. Integram a proposta os documentos anexos, que contêm o resultado de algumas atividades realizadas pelo GT, como o resumo do inventário de ações, o relatório da pesquisa nacional e o levantamento de algumas experiências internacionais. Também estão anexas propostas de ações educacionais para cada um dos quatro setores do sistema financeiro nacional, conforme os seguintes mercados e seus órgãos reguladores: financeiro (BCB), de capitais (CVM), de previdência social e previdência complementar fechada (PREVIC) e de seguros, previdência complementar aberta e capitalização (Susep).

Esta proposta, política pública de Estado, foi elaborada em momento histórico em que o governo e a sociedade organizada adotam medidas para atenuar os efeitos locais de grave crise financeira internacional. Integra o conjunto de políticas sociais macroeconômicas que contribuem para o atual estágio de amadurecimento institucional do Brasil.

Combinada com as políticas sociais e econômicas adotadas desde a década de 90, a Enef pode ajudar a prevenir a ocorrência, em nosso país, de desequilíbrio similar ao gerado em economias desenvolvidas. Desse modo, pavimenta uma trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, redução das desigualdades e promoção da cidadania.

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO

A evolução recente da economia e a perspectiva de continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro, de forma sustentada, com inclusão social, confirmam o mérito do trabalho de economistas brasileiros, com repercussões que podem ser sentidas por toda a sociedade. A perspectiva de longo prazo é alvissareira, mesmo considerando crises externas. Projeções indicam que o Brasil poderá sair da posição de décima economia do mundo, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), para a quarta posição, em 2050, superado apenas por China, Estados Unidos e Índia¹.

As políticas econômicas e sociais postas em prática nos últimos anos contribuíram para que o desenvolvimento se direcionasse tanto para crescimento do PIB quanto para modificação da composição e da distribuição de renda da sociedade². A classe média brasileira (classe C) correspondia a 47% da população, em 2007, ante 32% em 2002. Em números absolutos, estudo recente, realizado pelo Instituto Ipsos, mostra que, de 2005 a 2007, ou seja, em apenas dois anos, cerca de 23,5 milhões de pessoas passaram a integrar essa classe, tornando-a a maior entre aquelas que formam a pirâmide social brasileira: cerca de 86 milhões de pessoas. Assim, considerando-se ainda os 28 milhões que constituem as classes A e B, existem 114 milhões de consumidores, de média e alta renda, no Brasil.

Tal deslocamento da renda ocorreu de forma simultânea à redução da pobreza extrema, assim definida como aquela situação em que o indivíduo percebe renda inferior a um dólar por dia. Entre 1992 e 2007, a parcela de pobres em situação de extremada carência caiu de 11,73% para 4,94% da população, o que representa encolhimento de quase 60% em quinze anos.

¹ WILSON, Dominic; DRAGUSANU, Raluca. **The Expanding Middle: the exploding world middle class and falling global inequality**. Goldman Sachs, 2008.

² NERI, Marcelo Côrtes; CARVALHAES, Luisa. **Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

Ao mesmo tempo, a desigualdade na distribuição da renda no Brasil, tradicionalmente elevada, sofreu mudanças significativas, contrastando com a estagnação observada nas décadas de 70 e 90. Entre 1993 e 2007, o índice³ que mede o grau de disparidade na renda foi reduzido de 0,604 para 0,556, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), representando migração de riqueza entre os brasileiros.

No campo demográfico, também ocorreram mudanças significativas. O Brasil assiste hoje à transição que a maioria dos países desenvolvidos já viveu: o envelhecimento da sua população, resultante de queda na fecundidade e de aumento da longevidade.

Mantida a tendência de redução no ritmo de crescimento populacional observada nos últimos anos, especialmente se comparada com o ritmo observado entre 1950 e 2000, quando o número de brasileiros passou de 52 para 170 milhões de habitantes⁴, mais que o triplo, a estimativa é que o Brasil alcance 200 milhões de pessoas em 2010. Em 2062, estima-se o máximo de 264 milhões de habitantes.

A mudança foi também qualitativa, com claro envelhecimento da população. A expectativa de vida cresceu de 51 anos, em 1950, para quase 73, em 2008. Mantido o ritmo de incremento da longevidade, a esperança de vida dos brasileiros chegará a 81 anos em pouco tempo. Da mesma forma, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2007), revelou que a população com 40 anos ou mais cresceu expressivamente (4,2%) em relação a 2006, e a mais jovem, de 0 a 14 anos, reduziu de 0,7%, no mesmo período.

Embora essas mudanças não possam ser exclusivamente imputadas às políticas públicas implementadas no Brasil, pois o crescimento da classe média e o aumento da expectativa de vida também ocorreram em outros países emergentes, sua contribuição para os resultados obtidos não pode ser ignorada. Essa conclusão se aplica tanto aos indicadores da

³ O índice de Gini mede a desigualdade de renda em uma sociedade e varia entre 1 (maior desigualdade possível) e 0 (igualdade de renda).

⁴ REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo (ed.). Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

cobertura universal de saúde e do acesso à educação quanto às mudanças na composição da renda, não obstante persistirem grandes desafios a enfrentar.

Estudo do Ipea evidenciou que 47% do declínio recente na desigualdade se deve à melhor distribuição da renda do trabalho, ou seja, de menos disparidade salarial, em parte explicada pelo crescimento econômico com a criação de empregos no setor formal da economia. Na área social, os programas de combate à pobreza, como os de transferência condicionada, explicariam 35% da redução observada na disparidade da renda. Outros fatores, como melhor qualificação dos trabalhadores, respondem por 18% dos resultados obtidos.

As consequências dessas mudanças estruturais, nas dimensões demográfica, social e econômica, terão efeitos em longo prazo, ainda não totalmente descortinados. Os padrões atuais de consumo, poupança e investimento serão afetados no futuro, em decorrência das alterações na composição e na distribuição da renda. Conforme estudo realizado pelas consultorias *Bain & Company* e *Euromonitor*, estima-se que o consumo anual brasileiro deverá crescer de US\$780 bilhões em 2007 para US\$1 trilhão em 2012. Com essa projeção, se considerarmos a população e o território nacional, o mercado brasileiro será o terceiro dos que mais contribuirão para o consumo no mundo⁵.

Embora os efeitos futuros sejam incertos, alguns impactos dessas mudanças já podem ser sentidos na evolução recente do sistema financeiro. Entre 2002 e 2008, o crédito total na economia brasileira variou de 22% para cerca de 40% do PIB, percentual ainda pequeno em relação a outros países, mas que representa crescimento elevado em pouco mais de cinco anos. Observa-se que esse salto no crédito não foi acompanhado por elevação de mesma proporção na inadimplência.

O crescimento da demanda dos consumidores e investidores por produtos e serviços financeiros também chegou a outros setores do sistema financeiro, como o de capitais,

⁵ STEFANO, Fabiane; LARISSA, Santana; ONAGA, Marcelo. *O retrato dos novos consumidores brasileiros*. **Exame**, São Paulo, ano 42, n.º. 7, ed. 916, p. 20-30, 23 abr. 2008.

de previdência complementar, de seguro e de capitalização, que se tornam populares. Ao mesmo tempo, os mercados vêm se sofisticando, com ampliação do leque de opções no campo financeiro oferecidas à população.

A sofisticação do sistema financeiro do país acompanhou o desenvolvimento global dos mercados financeiros, especialmente a partir da década de 70, com ampliação da quantidade de produtos ofertados ao público, porém sem os excessos verificados em outras economias.

Relatórios internacionais, como o *Global Stability Financial Report*, editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), reconhecem que o sistema financeiro brasileiro é bem regulado e supervisionado. Quando comparados a países de condições semelhantes de desenvolvimento, os mercados são considerados sólidos e diversificados.

Como resultado, a gama de produtos financeiros oferecidos aos consumidores e aos investidores vem sendo ampliada, aumentando as opções dos indivíduos, e, ao mesmo tempo, atribuindo a eles mais responsabilidade pelas escolhas realizadas. A ascensão econômica de novos consumidores coloca esses indivíduos em contato com instrumentos e operações financeiras, sem que sejam preparados para compreendê-los e lidar com eles. Não apenas é difícil o acesso a informações, mas também falta conhecimento para compreender as características, os riscos e as oportunidades envolvidos em cada decisão.

A necessidade de educar as pessoas para atuar no meio financeiro determina a realização de ação conjunta do Estado e da sociedade.

1.1. Importância da educação financeira

A educação financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. Nos últimos anos, sua relevância cresce em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e da

inclusão bancária, bem como das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem acesso a mais instrumentos bancários, de crédito e de poupança, disponíveis em vários canais, desde correspondentes bancários, serviços *on-line* de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro às famílias de baixa renda.

A variedade de instrumentos de crédito, poupança, investimento, seguro e previdência e de instituições que os oferecem tende a favorecer o consumidor, por permitir a escolha de produto que seja mais adequado ao seu perfil e aos seus objetivos. Por outro lado, tornam mais difícil a decisão, em virtude da necessidade de comparar as características de cada opção para fazer escolha consciente, com boas informações. Mesmo entre produtos bastante assemelhados, podem existir diferenças significativas de risco, rentabilidade, custos, prazos e direitos de fiscalização, participação e informação.

Muitos produtos e serviços financeiros ficaram mais complexos. Em muitos casos, é necessário dispor de conhecimento profundo ou de habilidades específicas para compreender plenamente as informações prestadas pela instituição, mesmo quando apresentadas de forma completa, precisa e adequada.

O acesso aos produtos, por outro lado, também ficou mais fácil. Além da expansão da cobertura do território nacional pelas instituições financeiras e seus agentes, os avanços tecnológicos reduziram custos de operações e de ingresso em mercados organizados. A utilização da internet, como meio de informação, comunicação e de transmissão de ordens e operações, por bancos, corretoras e outros intermediários, facilita e estimula entrada de participantes no sistema financeiro, bem como realização de novas transações financeiras. Por essa razão, tais mudanças, que se afinam com o crescente interesse nos recursos tecnológicos das

novas gerações, atraem investidores de “primeira viagem”, muitos dos quais são jovens, com pouca experiência em finanças.

Além do impacto na redução de custos, a internet facilita a proliferação de ofertas irregulares de negócios e operações financeiras, muitas vezes mediante promessas irreais de rentabilidade. A obtenção fraudulenta de dados bancários e financeiros por mensagens eletrônicas falsas também se torna frequente. Pelas características da rede mundial de computadores, a atuação preventiva dos órgãos fiscalizadores encontra dificuldades, muitas vezes não superadas de imediato. Sendo assim, a medida mais efetiva para evitar golpes é elevar o grau de educação financeira do consumidor.

A esses fatores, soma-se o fato de que parcela significativa de responsabilidade pelo futuro pessoal e familiar repousa na qualidade das decisões de consumo e poupança e na escolha das aplicações financeiras. A ampliação da longevidade repercute na composição e na dimensão dos gastos do indivíduo após a aposentadoria, considerando a preocupação com o bem-estar na terceira idade.

No campo de Saúde Pública, tratamentos intensivos com tecnologia melhoram as condições de sobrevivência a doenças típicas do envelhecimento. O incremento nos gastos pode impor necessidade de se dispor da poupança acumulada, o que fragilizaria a situação financeira individual, podendo conduzir a movimento de redução do valor de ativos, como imóveis e ações.

A mudança na composição etária da população, misto de mais longevidade com menor taxa de natalidade, também desafia a previdência social, pois há um número cada vez menor de trabalhadores para cada aposentado. A demanda por mecanismos complementares de aposentadoria, a fim de melhorar a qualidade de vida na terceira idade, significa mais responsabilidade do indivíduo em relação ao seu futuro, tanto ao que concerne à necessidade de acumular recursos para seu uso, quanto ao que concerne às escolhas financeiras e ao acompanhamento da gestão de seus investimentos.

A educação financeira pode conscientizar os indivíduos para a importância do planejamento financeiro, a fim de desenvolverem relação equilibrada com o dinheiro e adotarem decisões sobre finanças e consumo de boa qualidade. Ela pode, também, estimular a população de ter sua poupança.

Imersos em uma sociedade de massa e submetidos a toda a sorte de apelo do mercado, os indivíduos, premidos por uma parcela cada vez maior de gastos dedicados ao lazer, à educação e à saúde, vêm reservando parcela menor de sua renda à acumulação.

Sem ignorar que a formação de reservas pelos indivíduos depende, de certa forma, da existência de produtos financeiros adequados ao consumidor, é certo que a decisão de poupar ou de consumir é influenciada por fatores psicológicos e culturais. Nesse sentido, ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos, submetidos aos apelos imediatos do consumo, com os objetivos de longo prazo.

O melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira, por sua vez, contribui para o bem-estar coletivo, seja porque dessa melhor qualificação resultará sistema financeiro mais sólido e eficiente, seja porque cada pessoa estará em melhores condições para lidar com as vicissitudes e os momentos difíceis da vida.

Mesmo que isso não altere, de forma relevante, o valor de poupança, cidadãos com maior grau de educação financeira estão menos propensos a sustentar padrões de consumo incompatíveis com sua renda. A combinação de propaganda com mais acesso ao crédito pode resultar em gastos pessoais insustentáveis, com consequências negativas para o indivíduo: inadimplência e superendividamento.

As dificuldades financeiras dos indivíduos não afetam apenas sua família. Suas consequências são negativas também para a sociedade, pela perda do potencial de desenvolvimento humano, pela sobrecarga das redes de proteção social e pelos efeitos sistêmicos

de natureza econômica, que podem ter reflexos para a solidez e a eficiência do sistema financeiro.

Apesar dessa importância, o grau de educação financeira dos consumidores, mesmo em países desenvolvidos, é baixo. Em geral, as pessoas não planejam seus gastos para longo prazo, demoram a se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão plenamente conscientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, enfrentam dificuldades ao tomar decisões quanto a crédito e investimentos e são vulneráveis a fraudes.

De forma geral, as pessoas poupam pouco por diferentes razões: falta de informações e conhecimentos básicos sobre finanças, desconforto com a idéia de investir, dificuldade de abrir mão da satisfação dos desejos imediatos e problemas decorrentes de dívidas contraídas.

Além disso, observa-se que são justamente os mais carentes que estão em situação de mais vulnerabilidade na relação com o sistema financeiro. Como o grau de educação financeira é geralmente mais elevado quanto maior for a renda e o grau de escolaridade, as pessoas mais pobres e sem educação formal são as mais expostas a riscos quando lidam com produtos financeiros.

Em alguns casos, os consumidores supõem que sabem mais sobre produtos e serviços financeiros do que realmente conhecem. Em outras situações, mesmo quando enfrentam dificuldades para tomar decisões, apoiam em opiniões, em dicas de parentes ou amigos e, ainda, em propagandas das instituições, sem análise consciente, pautada por boas informações.

1.2. Relação do brasileiro com o dinheiro

Para entender a relação do brasileiro com o dinheiro e a saber a aplicação adequada dos resultados das pesquisas internacionais ao Brasil, a elaboração da Enef apoiou-se

em uma pesquisa sobre o grau de educação financeira da população, cujas principais conclusões se encontram anexas a este documento.

Analisar o comportamento da população brasileira em relação ao consumo é importante para compreender o que está sendo transmitido às novas gerações sobre dinheiro. Possibilita, também, entender a real situação dos consumidores e investidores, bem como suas necessidades de informação e de conhecimentos financeiros.

A pesquisa nacional sobre o grau de conhecimento sobre o campo financeiro da população brasileira, realizada pelo Instituto Data Popular para desenvolvimento da Enef, mostra que, diferentemente do enfoque pelo qual o dinheiro se caracteriza como capital, instrumento para aumentar o patrimônio, a população enxerga o dinheiro como meio de pagamento, para resolver as questões cotidianas. Ainda nesse paralelo, se para alguns especialistas investir é alocar recursos com o propósito de aumentar a capacidade produtiva da economia, para a população investir é sinônimo de comprar bens: imóveis, carros, eletroeletrônicos, educação, em especial dos filhos, roupas e outras coisas. Excluindo juízos de valor a propósito dessas questões (imóveis e educação, por exemplo, podem ser vistos como investimentos), o fato é que existe distância entre o entendimento desses conceitos por parte dos técnicos e da população, que os enxerga sob a lógica da razão prática e da experiência cotidiana, sem preocupação de fazer reserva financeira.

Essa diferença de interpretação pode ser associada à sociedade contemporânea. Envolve no universo em que a cultura do “ter” se sobressai à cultura do “ser”, é cada vez mais difícil ter autodisciplina para poupar. Como resultado ao apelo consumista, no final do mês, grande parte da população não consegue fazer seu dinheiro sobrar e, conseqüentemente, guardar e render, tendo dificuldades em controlar os gastos que tendem a ultrapassar o limite do seu orçamento. Portanto, é vital agir para que ela saiba como lidar com o dinheiro e adquirir hábito de poupança.

Com as crianças e os jovens brasileiros, a situação não é diferente, chega a ser mais preocupante. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em abril de 2008, com cerca de 1.500 jovens brasileiros com idade de 16 a 25 anos, revelou que 26% se diz muito consumista, e 19% considera a moda muito importante. Quando questionados sobre seus maiores medos, apenas 2% citou falta de dinheiro.

Nessa pesquisa, quando questionados sobre como costumam gastar seu dinheiro, 61% dos jovens entrevistados responderam que têm o hábito de gastar a maior parte com vestuário e calçados. Quase um terço (31%) gasta com alimentação, seguido de divertimento e lazer (22%), contas e dívidas (15%) e cursos e produtos de higiene pessoal (7%, cada) ⁶.

O grupo de crianças entre 13 e 15 anos da classe C pesquisado na fase qualitativa do estudo desenvolvido pelo Instituto Data Popular mostrou que elas aprendem a lidar com dinheiro com exemplos de erros e acertos, sejam próprios, de seus pais ou de amigos. Assim, muitas vezes alguns conceitos errôneos acabam sendo transmitidos nos locais em que convivem, principalmente em casa.

A pesquisa revelou ainda que a noção de dinheiro entra na vida das crianças a partir dos cinco anos, quando elas tem o primeiro contato com o dinheiro, por meio de gastos superficiais e pequenas doações dos pais. Quando atingem os nove anos, muitas delas começam a receber mesada, o que invariavelmente desperta interesse em lidar com dinheiro, utilizado para gastos ligados a entretenimento e lazer. Outros gastos, como vestuário, celular, viagens e presentes, são negociados com os pais, para que eles sejam os financiadores dessas despesas, que normalmente demandam quantias mais elevadas.

Os itens de compra mencionados nos dois estudos refletem que as crianças e os jovens respondem aos apelos do consumo, e isso impacta no seu comportamento. A forma de pagamento escolhida está relacionada ao valor. Assim, quanto mais caro o bem, maior o número

⁶ A metodologia utilizada para essa questão foi de respostas espontâneas e múltiplas.

de parcelas, pois, de acordo com a visão das crianças e dos jovens, o valor parcelado, apesar de mais caro, não compromete toda a mesada.

Observa-se, nesse ponto, a importância em transmitir conceitos básicos de educação financeira para que elas tenham consciência sobre juros, vantagens e desvantagens do parcelamento, noção do dinheiro no tempo e possam avaliar a relação custo-benefício de se adquirir determinado bem a vista ou a prazo.

As facilidades de crédito e a preferência pela antecipação do consumo formam um casamento perfeito para gasto sem planejamento. No entanto, quando questionadas sobre a situação em que fariam empréstimo, as crianças pesquisadas no estudo desenvolvido pelo Data Popular responderam que o fariam para compra de algo de extrema necessidade, para a qual levariam muito tempo para juntar a quantia. Por exemplo, uma casa. Isso mostra que a percepção de que o crédito deve ser utilizado em ocasiões específicas, de certa forma, já faz parte do raciocínio das crianças. Por outro lado, consideram o parcelamento e o auxílio dos pais como opções para comprar um bem que querem muito.

Com base nessas constatações, é possível concluir que saber o que é correto não é suficiente, é preciso desenvolver autodisciplina e orientar o julgamento do senso de urgência em crianças e jovens, além de levar até eles os conceitos de Educação Financeira.

1.3. Competência para educação financeira no Brasil

Diversas e sobrepostas são as responsabilidades quanto ao desenvolvimento da educação financeira, considerando a organização do Estado brasileiro e a natureza do tema, que tangencia a ordem econômica e financeira, de um lado, e a ordem social, de outro.

No Brasil, é competência privativa da União a fiscalização e a normatização das operações de natureza financeira, como as de crédito, câmbio, capitalização, seguros e previdência complementar. Essas competências são exercidas por mais de um órgão, como se

depreende do quadro a seguir, que explicita, de forma simplificada e em linhas gerais, a organização do sistema financeiro nacional.

Órgãos normativos	Entidades supervisoras*	Operadores				
Conselho Monetário Nacional – CMN	Banco Central do Brasil – BCB	Instituições financeiras captadoras de depósitos a vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros e prestadores de serviço		
	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Bolsas (de valores, mercadorias e futuros)	Entidades administradoras de mercados de balcão			
Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	Superintendência de Seguros Privados – Susep **	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar	Corretores habilitados
Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC **	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)				

* Alguns órgãos supervisores também possuem competências normativas próprias em temas específicos de sua competência.

** Os mercados de seguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada estão sujeitas a regras específicas do CMN.

O domínio de conceitos e habilidades para que o indivíduo realize boas escolhas financeiras é interesse de todos os órgãos normatizadores e supervisores do sistema financeiro, em cada mercado sob sua supervisão. Ocorre que as decisões de consumo e poupança, investimento e proteção contra riscos (de vida, de enfermidades, de bens etc.) são adotadas considerando opções disponíveis em diversos mercados, as quais são, muitas vezes, oferecidas de forma simultânea por um mesmo canal de distribuição de produtos financeiros.

Ao cidadão que se dirige a uma instituição financeira, são oferecidos, simultaneamente, produtos financeiros – caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), cotas de fundo de investimento, Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL),

Seguro de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e outros – que são supervisionados por diferentes órgãos governamentais, sendo do interesse de todos esses supervisores que o consumidor ou investidor esteja capacitado para tomar decisões conscientes e que esteja bem informado. Ao mesmo tempo, é importante que conheça os direitos assegurados em cada norma regulamentadora e que saiba a qual órgão recorrer quando enfrentar problemas.

O interesse do governo na educação financeira não se esgota no âmbito dos órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro. A formação de reservas para aposentadoria, no regime de previdência privada, de caráter facultativo e complementar, é cada vez mais relevante, contribuindo para elevação da taxa de poupança brasileira e, por conseguinte, para expansão do investimento. Ela não elimina, no entanto, a importância do regime geral da previdência social, de filiação obrigatória, e da adequada orientação da população, especialmente da de mais baixa renda, para os benefícios e os seus direitos como filiados a esse sistema público.

Por outro lado, a educação financeira impacta as decisões de consumo que devem considerar a dimensão socioambiental. Consumir de forma consciente, com economia de recursos ambientais, pode trazer benefícios financeiros imediatos pela redução de despesas, ao mesmo tempo em que contribui para preservação do meio ambiente.

Também é interesse do Estado que o consumidor conheça seus direitos e as formas de seu exercício, seja ao lidar diretamente com instituições financeiras, seja ao adquirir um bem de consumo que possua, atrelado ou embutido, a concessão de crédito ou a contratação de seguro, como a garantia estendida. Além disso, as situações extremas de endividamento (superendividamento) são objeto de preocupação dos órgãos de defesa do consumidor.

Melhor compreensão da ordem econômica e do seu funcionamento contribui para percepção da importância das políticas macroeconômicas e do cumprimento das obrigações tributárias e da melhor gestão dos recursos públicos.

A Educação Financeira, matéria restrita ao campo das finanças, ganha espaço institucional, afirmando-se como integrante da área de Educação. Dessa forma, qualifica-se como direito de todos, dever do Estado e da família e deve ser promovida com colaboração da sociedade (art. 205 da Constituição Federal de 1988), de um lado, e dos diferentes entes da Federação, de outro. A Constituição exige que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizem os diferentes sistemas de ensino em regime de colaboração (art. 211 da Constituição Federal de 1988).

Portanto, é indispensável a participação ativa dos responsáveis pela definição das políticas públicas na área de Educação, bem como de seus executores, pois a educação financeira deve começar na escola regular, conforme recomendam as referências internacionais, em especial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*). Além disso, determinados grupos de adultos serão formados de maneira mais efetiva, se as diferentes abordagens observarem orientação pedagógica formulada por esses responsáveis.

É necessária integração dos conteúdos. Há conhecimentos de cada mercado em relação aos quais os cidadãos recebem orientações específicas de cada órgão regulador. Há, nesse caso, segmentação vertical, em que a entidade ou órgão regulador estabelece, com base nas leis específicas de cada setor, as regras aplicáveis às relações de consumo, investimento, crédito, seguro, capitalização e previdência.

De outro lado, há temas que perpassam, de forma horizontal, as competências dos órgãos reguladores que integram o Coremec. O desenvolvimento de habilidades básicas para entender e lidar com as finanças pessoais e com os produtos financeiros disponíveis repercute nos mercados do sistema financeiro. Tais temas, considerados temas transversais, são do interesse de todos os reguladores, uma vez que impactam diferentes setores e não são exclusivos de determinado órgão ou entidade da administração pública.

Em relação a certos produtos, especialmente os mais complexos, a falta de conhecimentos básicos reduz a efetividade das ações governamentais para informar adequadamente o cidadão a respeito dos seus riscos e características. Nesse cenário, é forçoso alargar o campo tradicional de atuação, inicialmente centrado em determinado mercado, como o de previdência complementar e o de capitais, para abordar temas de finanças pessoais. Um exemplo é o desenvolvimento das habilidades matemáticas necessárias à realização de cálculos e à comparação entre taxas de juros, prêmios, rentabilidades, taxas de administração e outros, que beneficiam a tomada de decisão em qualquer segmento do sistema financeiro.

Outra abordagem deve considerar os fatores psicológicos que influenciam as escolhas quanto a finanças e a consumo, bem como o estímulo ao desenvolvimento de comportamentos que contribuam para emancipação do indivíduo, como planejamento financeiro.

1.4. Estratégia Nacional de Educação Financeira

As transformações sociais, econômicas e demográficas experimentadas pelo Brasil requerem resposta da sociedade ao baixo grau de educação financeira da população. O desconhecimento nesse campo não é exclusivamente brasileiro, sendo problema apontado, de forma unânime, por pesquisas realizadas em diversos países, muitos dos quais passaram a desenvolver políticas nacionais que integram projetos educacionais já existentes e propõem novas ações, até mesmo com atuação nas escolas. Levantamento realizado das experiências internacionais similares, mais relevantes, encontra-se anexo a este documento.

A Enef incorpora a importância crescente da educação financeira no contexto atual do Brasil. Propõe, assim, estabelecer política de Estado, de caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada, por meio de gestão centralizada e execução descentralizada.

A centralização visa a assegurar coerência metodológica entre os programas e ações, evitando o uso da educação financeira como ferramenta de *marketing* ou para venda disfarçada de produtos e serviços financeiros. A descentralização das atividades e projetos, por outro lado, busca dar efetividade à Enef, considerando as dimensões continentais do território e a existência de diferentes esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios).

O caráter público dessa política não objetiva o imediato crescimento de mercados, para o que já existem ações de *marketing* promovidas pelos seus participantes. Habilitar o cidadão a fazer escolhas consciente, com boas informações, pode, na verdade, resultar em mudanças na composição atual dos produtos e serviços financeiros oferecidos, com adoção de novos instrumentos e extinção de outros.

Desse modo, essa política pública visa a alcançar os seguintes objetivos:

- promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
- ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e
- contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Nesse sentido, adota como referência o conceito de Educação Financeira desenvolvido pela OCDE, adaptado à realidade nacional: a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Essa política contempla apenas ações de interesse público, ainda que implementadas pela iniciativa privada, desde que tenham caráter não comercial e que não se dediquem a recomendar determinados produtos ou serviços financeiros. O conteúdo deve ser imparcial e técnico, sem viés ideológico, religioso ou de outra natureza.

Entende-se que essa orientação não impedirá a realização de parcerias bem sucedidas com o setor privado, inspiradas pelo interesse público. A experiência de elaboração do documento da Enef, que ora se apresenta, envolveu a construção de grande aliança pela educação financeira, de forma participativa e inclusiva, ouvindo-se diferentes setores da sociedade e do mercado.

Tem-se, na verdade, que o desenvolvimento de novas parcerias, além daquelas que resultaram neste documento, não é apenas uma possibilidade teórica. Ainda durante a elaboração da Enef, foram inventariadas diversas ações de educação financeira, informadas como de natureza não onerosa e de caráter não comercial, por meio de formulário específico, disponível no *site* da Enef (<www.vidaedinheiro.gov.br>).

As iniciativas identificadas no inventário, comentadas em documento anexo, provavelmente, não representam a totalidade de ações existentes no Brasil, pois não são muito numerosas, se se considera o tamanho do país e o desenvolvimento do seu sistema financeiro. O conjunto de projetos educacionais inventariados revela, no entanto, que a cooperação nesse campo pode ainda ser consideravelmente ampliada, se não induzida, sob orientação e liderança do Estado.

SEÇÃO 2 – CENÁRIOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2.1. Planejamento financeiro

O planejamento financeiro pessoal é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve estratégia de decisões de consumo, poupança, investimento e proteção contra riscos, que aumenta a probabilidade de dispor dos recursos financeiros necessários ao financiamento de suas necessidades e à realização de seus objetivos de vida. No âmbito familiar, envolve o orçamento doméstico⁷, que abrange análise de recursos e gastos correntes e futuros; definição de metas e objetivos de curto, médio e longo prazos; tomada de decisões quanto a gastos e investimentos; avaliação da execução do plano; e eventual adoção de medidas corretivas.

Esse planejamento analisa a renda e as despesas do indivíduo e da família, contemplando as decisões de consumo, poupança, endividamento, contratação de seguros, entre outros itens.

Observando conscientemente a situação das finanças pessoais e familiares, é possível identificar se há superávit (receitas maiores do que despesas) ou déficit (despesas maiores do que receitas) financeiro e verificar, então, quais as decisões mais adequadas em cada caso. A visão realista das condições financeiras facilita a tomada de decisões, tanto no que se refere a poupar quanto a reduzir despesas, mudar hábitos de consumo ou recorrer ao crédito.

A capacidade para realizar e implementar esse planejamento, que envolve decisões de poupança e consumo, tem estreita relação com o grau de educação financeira individual. Mesmo escolhas realizadas sem programação e consideradas eficazes em determinado momento podem não ser efetivas em longo prazo, se não estiverem encadeadas em um plano lógico.

⁷ Entende-se por controle do orçamento doméstico, neste documento, a atividade de levantamento, planejamento e acompanhamento dos gastos pessoais ou familiares.

O modo como as famílias dividem a renda entre consumo e poupança afeta seu bem-estar econômico, limitando ou ampliando a capacidade de consumo. É fundamental perceber a relação entre as escolhas atuais e a perspectiva e oportunidades futuras, de forma que se atinja equilíbrio financeiro em todas as fases da vida. Ao poupar durante a fase produtiva, o indivíduo procura acumular reservas financeiras para fazer frente a situações críticas, adquirir bens de maior valor e garantir conforto na aposentadoria. Preparar-se financeiramente para o futuro, em qualquer plano de renda familiar, exige autocontrole das emoções, evitando atitudes inconsistentes com os objetivos pessoais de longo prazo.

Sob influência de fatores externos e psicológicos, pode ser difícil para o indivíduo distinguir necessidades de desejos, bem como estimar as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas no presente. A propaganda, por exemplo, além de fornecer informações sobre qualidade, disponibilidade e características de produtos, pode conter mensagens que influenciam sentimentos e pensamentos, atingindo a capacidade de perceber e de avaliar, etapas precedentes ao ato de decidir.

Decisões não planejadas de consumo e de poupança contribuem para insegurança financeira do cidadão, com possíveis consequências sociais e econômicas em longo prazo. A falta de planejamento para lidar com necessidades e situações futuras, previsíveis ou não, pode estabelecer situações de estresse que irão repercutir no relacionamento familiar e profissional, reduzindo a produtividade e afetando o desempenho das empresas e da economia.

Deve-se ressaltar, ainda, que o efeito cumulativo de decisões de consumo e poupança contribui para determinar a produção e o emprego. Escolhas inapropriadas realizadas em massa podem atingir a saúde financeira da sociedade, comprometendo a estabilidade e o crescimento econômicos.

Para ilustrar, cita-se o comportamento coletivo de endividamento dos consumidores norte-americanos, apoiado em garantias imobiliárias, que contribuiu para gerar grave crise de confiança no sistema financeiro, com repercussões internacionais.

2.1.1. Cenário

Apesar da importância de planejar e administrar adequadamente as decisões de consumir e poupar, a maioria das pesquisas realizadas com a população evidenciam existência de diversos fatores que interferem na capacidade de administrar o dia a dia das finanças pessoais e de lidar, ao mesmo tempo, com objetivos de longo prazo. A importância de controlar gastos e de poupar para o futuro é geralmente reconhecida, mas, na prática, enfrenta obstáculos econômicos, culturais e, até, psicológicos.

No Brasil, uma das causas citadas é a informalidade do mercado de trabalho, pois, quando a renda é oscilante no tempo, a incerteza e a imprevisibilidade são mais intensas, dificultando a realização de planejamento de longo prazo. Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 20,6 milhões de pessoas empregadas não possuíam carteira de trabalho assinada, e 19 milhões trabalhavam por conta própria, muitas em condições precárias e instáveis.

A dificuldade de pôr em prática o planejamento financeiro também é explicada por fatores culturais. A capacidade de poupança do cidadão brasileiro – diferença positiva entre o que ele ganha e o que gasta – é reconhecidamente baixa, não decorrendo apenas de dificuldades de renda, pois mesmo famílias das classes econômicas mais favorecidas (A e B) enfrentam desequilíbrios financeiros. O controle do orçamento doméstico, embora seja reconhecido como importante e necessário, ainda não é muito presente nos hábitos dos indivíduos e famílias. Ao lado do desemprego, o descontrole das despesas é um dos principais motivos de inadimplência nas operações de crédito, o que sugere que, se a população dispusesse de informações e

conhecimento para lidar com as questões ligadas ao consumo, tal problema poderia ser substancialmente reduzido.

Quando o desequilíbrio entre receitas e despesas se instala, é necessário lidar com a situação, recorrendo a diversos expedientes para reequilibrar necessidades e disponibilidades. Nem sempre isso é feito da forma mais adequada. As pesquisas demonstram que atrasar o pagamento de certas despesas, como serviços de utilidade pública, recorrer a outras fontes de recursos (familiares, amigos, financeiras ou agiotas) e reduzir despesas são as providências normalmente adotadas por quem se encontra em dificuldades financeiras. As formas de equacionar a saída muitas vezes não são efetivas, podendo piorar a situação, e, quando a causa é o descontrole orçamentário, nem sempre a origem do problema é enfrentada.

Melhor qualidade de informação sobre produtos financeiros pode ajudar a comparar produtos e escolher opções menos onerosas. Quando não se é capaz de compreender as taxas de juros embutidas nas operações de crédito, mesmo as atreladas ao financiamento de bens de consumo duráveis, o consumidor tende a focar o valor da prestação.

O trabalho conduzido pelo Instituto Data Popular indicou que essas inferências, baseadas em pesquisas anteriores, continuam válidas no Brasil. Embora reconheçam a importância de administrar adequadamente os recursos pessoais e familiares, os brasileiros enfrentam dificuldades para organizar suas finanças domésticas, havendo distância considerável entre discurso e prática.

Grande parte dos entrevistados (52%) classifica sua família como predominantemente poupadoras, mas, apesar dessa declaração, o hábito de poupar regularmente é pouco difundido em todas as classes econômicas. O dinheiro é considerado importante e necessário para a sobrevivência, mas é visto principalmente como meio para adquirir bens e para consumo imediato. A maioria das famílias consegue ter algum controle nos seus gastos, no

dia a dia, mas enfrenta dificuldades de pensar em longo prazo. Em todas as classes predomina o planejamento financeiro de curto prazo.

A pesquisa revelou, também, que a relação do brasileiro com o consumo é complexa. Consumir é mais do que suprir necessidades individuais e familiares, possuindo significados sociais: é tanto símbolo de *status* (posição social) como de inclusão social. Dessa forma, relaciona-se com a autoestima individual e a realização pessoal, especialmente quando o objeto da compra é direcionado para o próprio comprador.

A estrutura de gastos varia conforme a classe econômica e a idade, mas a hipótese de poupar para atender a necessidades futuras fica, normalmente, em segundo plano. Verifica-se que despesas com aquisição de itens de marcas melhores, de novas categorias de produtos, de lazer, de presentes e de outros itens, geralmente, têm prioridade em relação a guardar dinheiro, percepção que é comum a todas as classes econômicas. Assim, como despesas com educação são consideradas como investimento pessoal, há percepção de que os gastos com vestuário, por exemplo, são também uma forma de investimento na imagem e, até, na possibilidade de obter melhores condições no mercado de trabalho.

O brasileiro reconhece, também, o efeito das facilidades de pagamento e a influência das situações tentadoras sobre a decisão de consumo. Nessa última circunstância, são enquadradas as promoções, que passam a idéia de oportunidade que não pode ser perdida. Nesse ponto, a pesquisa demonstrou que as pessoas que se dizem menos poupadoras são também as que se reconhecem mais suscetíveis a comprar em uma promoção considerada “imperdível”.

Havendo dificuldade em economizar, há preferência pelo pagamento parcelado, ao invés de juntar recursos para pagar a vista. Para os entrevistados, a prestação é considerada forma de poupar, ainda que forçada, havendo vantagens em consumir dessa forma. Para muitos, a obrigação de quitar tais dívidas é vista como meio para evitar outros gastos, freando o consumo por impulso. Ao mesmo tempo, usufruir do produto enquanto se pagam as prestações é

percebido como preferível à opção de poupar primeiro para depois consumir, mesmo que, com isso, evitem-se custos financeiros. A possibilidade de consumir, imediatamente, satisfaz a necessidade de ter o produto e reduz a ansiedade que muitas vezes é sentida pela frustração de não consumir.

Além disso, o crédito aumenta a possibilidade de consumir, já que, com parcelas menores, a mesma renda avaliza número maior de compras de bens duráveis e de consumo. Deve ser considerado, ainda, que, para muitas pessoas, o parcelamento é a única forma de conseguir bens de valor mais elevado, e há, como já ressaltado, o medo de, ao juntar dinheiro, gastar com coisas supérfluas ou em oportunidades consideradas irresistíveis.

Tais conclusões não significam que as pessoas não percebam que há relação entre o valor das prestações de uma compra parcelada e o tempo que será necessário para quitá-la. Os entrevistados têm consciência da importância de quitar suas dívidas o quanto antes, declarando, em sua maioria, que preferem pagar em menos parcelas e com juros menores. Todavia, esse discurso nem sempre é seguido.

Principalmente entre os mais pobres, presta-se mais atenção ao valor das parcelas do que aos encargos financeiros, proporção que começa a se inverter entre os mais ricos. Se “cabe no bolso”, compra-se, muitas vezes independentemente do valor total do produto. Pessoas com menos conhecimento sobre finanças têm dificuldade de compreender e comparar taxas de juros embutidas nas prestações de bens de consumo duráveis. Por falta de informação, a decisão é fundamentada na possibilidade de arcar com a despesa, considerando a renda mensal. Por essa razão, são os economicamente mais frágeis que estão mais vulneráveis.

A pesquisa também constatou que a necessidade de recorrer a empréstimos para financiar suas despesas leva o brasileiro a ter, em algum momento da vida, problemas nessa área. Dos entrevistados, 54% têm ou já tiveram restrição a seu nome (“nome sujo”) em alguma empresa de proteção ao crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Isso ocorre mais

com os que atuam no mercado informal de trabalho e está presente em todas as classes econômicas.

Essa situação, apesar de comum, não é desejada, sendo considerada constrangedora para a maioria dos entrevistados, que aplicam diversas soluções quando a enfrentam. De forma geral, problemas de crédito obrigam a mudança de hábitos, como pagar mais a vista e frequentar locais de compra onde os critérios de aceitação sejam flexíveis.

No entanto, cerca de 30% dos entrevistados declararam que mantêm os hábitos de consumo, usando, para isso, diferentes estratégias, como recorrer a amigos ou a parentes para pedir novo empréstimo. Observou-se que 48% declararam já haver “emprestado” o nome para alguém. Também é frequente a utilização do cartão de crédito de conhecidos.

A pesquisa evidenciou a popularização dos cartões de crédito (56% dos entrevistados), mesmo entre pessoas das classes C (59%) e D (33%). O mesmo se aplica aos chamados cartões de loja, exclusivos de determinado varejista, detidos por 46% dos entrevistados.

O acesso a cartões de crédito e de loja viabiliza novas estratégias para lidar com o consumo. O levantamento demonstrou que as pessoas procuram ter mais de um cartão, com diferente data de vencimento, a fim de prolongar o prazo de pagamento da dívida sem incorrer em juros, escolhendo o melhor dia de compra. Evidenciou, também, a utilização dessa prática para cobrir limites entre diferentes cartões.

Apesar das facilidades promovidas pelo cartão de crédito, seu uso inadequado gera consequências negativas. Em situações de dificuldade, muitos (31%) fazem o pagamento mínimo, o que permite que continuem a utilizar o cartão. O ônus maior com o pagamento dos débitos, em razão dos juros de rolagem da dívida, nem sempre é percebido pelos consumidores, mesmo entre pessoas de renda mais elevada (classes A e B).

Os empréstimos são comuns entre os entrevistados, sendo que 69% já pediram, alguma vez, dinheiro emprestado a parentes (38%), bancos (33%), amigos ou vizinhos (21%), financeiras (7%), entre outros.

A utilização do crédito, em situação de endividamento, gera sentimentos conflitantes. Inicialmente, produz alívio ao solucionar o problema financeiro e atender a uma necessidade, mas depois gera preocupação com o pagamento da dívida e, muitas vezes, frustração, especialmente quando os recursos foram empregados para quitar outra dívida.

No que se refere ao modo como encaram a poupança, observou-se que, para muitos brasileiros, poupar é sinônimo de guardar dinheiro, não de investir. Em geral, a preocupação principal não é de aumentar o patrimônio, mas sim de dispor de reserva para lidar com desemprego, doenças e outras necessidades imprevistas no orçamento do mês. Há forte aversão ao risco e preferência pela liquidez, especialmente entre os mais pobres, além de preocupação de poupar para garantir o futuro dos filhos.

Observou-se que os brasileiros têm clara noção da importância do dinheiro e da relação saudável com ele. No entanto, por falta de informação ou orientação, nem sempre conseguem desenvolver relação consciente com as finanças, subsistindo, muitas vezes, esquemas pouco eficazes para poupar e consumir. É comum que a mesma pessoa reserve recursos para o futuro, poupando, ao mesmo tempo em que mantém dívidas a custos maiores do que a rentabilidade de seus investimentos.

2.1.2. Desafios para a educação financeira

A OCDE, ao fixar princípios para a implementação de programas de Educação Financeira, sem deixar de reconhecer a necessidade de adaptação às prioridades e à realidade de cada país, sugere inserir em seu conteúdo os aspectos básicos de planejamento financeiro, como

o controle do orçamento doméstico, que deve contemplar levantamento, planejamento e acompanhamento dos gastos pessoais ou familiares.

É importante que o cidadão desenvolva competências que elevem seu grau de informação e capacitação para realizar seu planejamento financeiro, o que envolve decisões relativas a consumo, a poupança e a utilização do crédito.

Embora o planejamento financeiro seja considerado importante, nem sempre os cidadãos percebem claramente seu significado. Mesmo quando se conscientizam da necessidade de planejar, muitas vezes não conseguem traduzir em ações concretas, devido a questões subjetivas que afetam a racionalidade, quais sejam:

- limitação quanto à visão de cenário e à quantificação dos riscos;
- inconsistência das ações correntes e dos objetivos de longo prazo;
- influências culturais e psicológicas no comportamento individual.

A tomada de decisão envolve escolha de caráter intertemporal, que deve considerar o presente, em que se deve adotar determinado comportamento, e o futuro, em que, espera-se, os resultados desejados sejam obtidos.

Diante de duas opções, uma que exige atitude de abstenção (fazer economia de gastos) em prol de benefício futuro (obter remuneração do capital não gasto), outra que satisfaça desejo imediato, a despeito de comprometer objetivos futuros, o indivíduo lidará não somente com cálculos objetivos e racionais, mas também com fatores emocionais que podem levar a erros de percepção e de julgamento. Ante a complexidade que envolve a decisão, ela pode ser influenciada mais por emoções e menos pela racionalidade.

Há que se considerar a presença de incertezas e riscos, que dificultam a decisão de adiar recompensa imediata. Não há, portanto, respostas simples à questão das escolhas intertemporais. O aspecto puramente racional não é suficiente para garantir efetividade à decisão. Assim, tais características do comportamento humano traduzem diferentes reações, que precisam

ser consideradas em um programa de educação financeira. Vale ressaltar que os mecanismos individuais de decisão nem sempre funcionam, se os cidadãos não forem estimulados, conscientizados e dotados de informações e ferramentas adequadas.

O Estado deve conscientizar a sociedade sobre a importância do planejamento financeiro, sem ferir liberdades individuais e, portanto, sem constranger ou impelir a adoção de decisões de consumo e de poupança. Além de orientações para ajudar a prevenir o déficit financeiro, devem ser inseridas informações sobre a existência e a filosofia dos diferentes cadastros restritivos e de informações de crédito, bem como sobre estratégias para sair do endividamento. A educação financeira deve focar nesses e em outros temas, não com o propósito de substituir o cidadão em suas decisões individuais de gastos, endividamento, investimentos e proteção contra riscos, mas sim dando a ele condições para que exerça livremente seus juízos, a fim de alcançar a realização pessoal e familiar.

2.2. Economia

A história demonstra que diferentes fenômenos sociais – guerras, fluxos migratórios, desenvolvimento do comércio, revolução industrial, evolução científica e tecnológica – estão sempre impregnados de aspectos econômicos. A Economia emerge e evolui como ciência para ajudar a compreender, antecipar e mesmo tentar controlar esses fenômenos e orientar os seus efeitos.

A Economia estuda como administrar recursos escassos, visando à satisfação das necessidades e ao bem-estar da sociedade. Medir a atividade econômica é fundamental. Torna-se, portanto, essencial avaliar permanentemente se está havendo redução ou aumento da produção, da renda e do bem-estar da população como reflexo do comportamento da economia e das medidas de política econômica.

Os conceitos econômicos se expressam em duas planos distintos: microeconômico, na esfera dos consumidores e poupadores, e macroeconômico, que considera a todo o universo da economia.

No plano microeconômico, é importante para o cidadão conhecer os conceitos de formação de preços de bens e serviços, bem como o funcionamento do mercado financeiro, a fim de tomar decisões consciente sobre consumo e poupança. No plano macroeconômico, é relevante que ele conheça os objetivos das políticas econômicas – monetária, fiscal e cambial –, como controle da inflação, equilíbrio das contas públicas e balanço de pagamentos, entendendo a forma como tudo isso pode influenciar o seu dia a dia.

Os benefícios da estabilidade do poder de compra da moeda podem ser mais bem avaliados por quem viveu em épocas de inflação elevada. A inflação é um processo caracterizado pela alta contínua e generalizada de preços de grande parte dos bens e serviços, em um país ou uma região, por determinado período de tempo. Por isso, é essencial conscientizar, principalmente, a população mais jovem sobre a importância do controle da inflação, condição indispensável para eficiência das decisões econômicas, tomadas não só pelo governo, mas também por empresários e por indivíduos ou famílias.

O consumidor deve compreender que, para controle da inflação, o Banco Central determina a taxa básica de juros, de forma que se compatibilize a demanda com a oferta de bens e serviços, e, assim, obtenha-se estabilidade de preços, fundamental para crescimento sustentado da economia.

A previsão sobre o comportamento dos preços é estratégica para o planejamento financeiro das empresas e dos indivíduos. A inflação elevada dificulta a realização de previsões acerca dos preços de bens e serviços, podendo levar a decisões equivocadas, bastante frequentes em ambientes de instabilidade.

Nesse cenário, tornam-se mais perceptíveis alterações isoladas de preços, o que permite redirecionar as escolhas para itens mais baratos. A expectativa de estabilidade induz as instituições financeiras a reduzirem as taxas praticadas, já que deixarão de computar o risco de inflação em seus custos na concessão de créditos para financiamento da produção ou do consumo, tornando mais efetivas as transações econômicas com vistas ao fluxo circular da renda.

As transações realizadas pelos agentes econômicos em determinada economia podem ser internas, ou seja, ocorrerem dentro das fronteiras, ou externas, realizadas entre os residentes de um país e os residentes do resto do mundo.

Das transações externas, deriva um conjunto de direitos e obrigações decorrente das importações e exportações de bens e serviços e das entradas e saídas de capitais, que necessitam de registro para possibilitar a compilação de dados e informações que auxiliam na tomada de decisões da política macroeconômica.

Para que as trocas de bens e serviços sejam realizadas entre países, é preciso converter a moeda de um país na moeda do outro, de forma que se possibilite a liquidação internacional do negócio entre o país do provedor do bem ou serviço e o país do comprador. Essa troca é feita pelas instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio. Assim como na determinação dos demais preços da economia, os preços relativos entre as diferentes moedas e o real (taxas de câmbio) também são definidos pelo mercado (oferta e demanda) no regime de câmbio flutuante.

Melhor entendimento dessas e de outras questões econômicas pode proporcionar ao cidadão condições de compreender as razões que levam ao aumento ou à redução dos salários, da oferta de emprego, dos preços de bens e serviços e das taxas de juros e de câmbio, favorecendo sua integração social e econômica, por meio de atitudes positivas e conscientes.

2.2.1. Cenário

Desde 1994, com adoção do Plano Real, a economia brasileira vivencia um ambiente de estabilidade macroeconômica, com a inflação sob controle.

Em 1999, foi adotado o Regime de Metas para a Inflação, pelo qual o governo estabelece a meta anual de inflação, a ser cumprida pelo Banco Central. O Comitê de Política Monetária (Copom), composto pela Diretoria Colegiada do Banco Central, determina a taxa básica de juros da economia (taxa Selic) de forma que se atinja a meta anual estabelecida. Esse modelo de política macroeconômica tem-se mostrado eficaz, uma vez que conserva a inflação sob controle nos últimos anos.

Também em 1999, foi adotado o Regime de Câmbio Flutuante, que consiste em deixar a taxa de câmbio ser determinada pela oferta e pela procura, sem intervenção do Banco Central, para estabelecer qualquer meta para o valor da moeda nacional.

Em 2001, foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), importante arcabouço para uma política fiscal focada no equilíbrio das contas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. A LRF instituiu regime fiscal-disciplinar, com base em mecanismos de controle do endividamento e das despesas públicas, assim como em normas coercitivas e de correção dos desvios fiscais porventura verificados. Trata-se de um código de conduta para os administradores públicos do país, que abrange os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas três esferas de governo.

Assim, a LRF estabeleceu limites para despesas com pessoal e para a dívida pública e fixou metas para controle das receitas e despesas, dispondo que nenhum governante poderá estabelecer despesa continuada que ultrapasse dois anos, sem indicar sua fonte de receita ou deduzir de outras despesas já existentes. Essa política tem proporcionado obtenção de superávits primários e a consequente redução da relação dívida pública/PIB, elevando a confiança dos credores internos e externos.

Como resultado dessas políticas macroeconômicas, a economia brasileira apresentou, durante mais de uma década, taxas estáveis de crescimento econômico e equilíbrio das contas externas, culminando no reconhecimento internacional ao almejado grau de investimento. Compreender essas questões e as interações entre elas, bem como o papel e a responsabilidade do BCB, é fundamental e torna-se particularmente relevante quando se fala de formadores de opinião ou de outros agentes ou órgãos que atuam de forma complementar na formulação dessas políticas, permitindo ação bem coordenada e efetiva.

A obtenção e manutenção do grau de investimento (*investment grade*), que é um selo de garantia dado pelas agências de classificação de riscos de crédito aos governos e empresas, permitirá que os fluxos de investimentos estrangeiros não sofram interrupção ou redução, complementando a poupança doméstica.

O crescimento econômico sustentado (também conhecido como PIB de pleno emprego) tem como linhas mestras a obtenção da taxa real de juros (taxa de juros nominal descontada a previsão da taxa de inflação), o superávit primário das contas públicas, estabilidade na relação dívida pública/PIB e as adequadas taxas de investimento e de poupança que garantam o crescimento econômico sem pressões sobre as taxas de inflação.

A inserção mais expressiva do Brasil no processo de globalização dos mercados financeiro e produtivo poderá ser alcançada de forma responsável, utilizando-se os resultados obtidos pela combinação harmoniosa das políticas monetária, de crédito, fiscal e cambial, que garantirão estabilidade macroeconômica.

Desde o final de 2007, uma crise financeira internacional sem precedentes, com origem no mercado imobiliário norte-americano, afetou a economia dos países mais ricos, com ameaça de riscos sistêmicos em todos os mercados financeiros. A forte retração da liquidez provocou ambiente de recessão da atividade econômica mundial e elevado desemprego. Os países emergentes também experimentam forte contração do nível de renda e emprego e aumento

do endividamento, com défices crescentes, não obstante haverem realizado políticas macroeconômicas responsáveis para obtenção do crescimento econômico autossustentado.

No Brasil, o elevado nível de reservas internacionais e a adoção de políticas monetária e fiscal, que, em harmonia, possibilitaram o controle da meta de inflação (5,9%) fixada pelo governo e a obtenção de superávit primário do governo em relação ao PIB (4,1%), em 2008, são fatores fundamentais para que nossa economia não tenha sofrido reflexos tão profundos até o momento.

Não obstante, o crescimento do PIB se desacelera fortemente como consequência da queda do ritmo da atividade econômica internacional e da forte redução do ingresso de capitais externos.

O PIB do último trimestre de 2008 apresentou queda de 3,6%, em relação ao terceiro trimestre, quebrando o ciclo expansivo de doze trimestres consecutivos. Foi a maior queda na série estabelecida em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo assim, o PIB cresceu 5,1% em 2008, ante 5,7%, em 2007.

As estimativas que são coletadas pelo BCB indicam crescimento do PIB próximo a 0%, bem como cenário de deflação para 2009, como reflexo dessa grave crise mundial.

2.2.2. Desafios para a educação financeira

O conhecimento adequado dos conceitos econômicos, do funcionamento da economia e da forma de atuação do governo para obter estabilidade de preços e crescimento autossustentado é fundamental para que o cidadão entenda as questões enfrentadas no dia a dia. A economia, no âmbito da Enef, deve ser tratada de forma que proporcione conhecimento tanto na área microeconômica quanto na macroeconômica.

A expectativa da conservação de economia estável pressupõe atitudes cidadãs, tais como evitar consumo de certos produtos durante sua entressafra, ou buscar outros produtos quando determinados produtos ou marcas apresentam preços ou reajustes desproporcionais nos

seus preços. Por outro lado, é importante para o cidadão saber que o mercado não é simplesmente algo abstrato. É necessário saber identificar os eventos que nele ocorrem e compreender como as atitudes e decisões de cada pessoa afetam ou são afetadas por esses eventos. É importante que o cidadão entenda a diferença entre a taxa básica de juros e as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras e o que significa o chamado *spread* bancário.

Além disso, deve-se ter consciência de que há ganhos consideráveis, quando se considera a preferência intertemporal, ou seja, quando se adia o consumo presente em troca de aplicação financeira ou poupança periódica como forma de ter acesso a bens de consumo em condições mais favoráveis.

O longo período em que o Brasil viveu sob regime inflacionário determinou a cultura do consumo imediato, visando evitar a deterioração do poder de compra. Essa cultura persiste, apesar de vivermos um período de razoável estabilidade há dez anos. É comum o cidadão usar todo o seu salário em gastos correntes, não reservando uma parcela para poupança. Há aqueles que se utilizam do crédito fácil para adquirir determinado produto, sob alegação de que, ao postergar a compra, aquele produto poderá encarecer, num claro exemplo da cultura inflacionária. Deve-se enfatizar a importância de poupar e de consumir de forma consciente.

Será preciso proporcionar informações para melhor entendimento sobre o funcionamento da economia e das políticas: a defesa de sistema financeiro saudável, a ascensão e a manutenção do grau de investimento para o capital estrangeiro, o crescimento econômico e a inserção expressiva do país na globalização dos mercados financeiro e produtivo.

Compreender que fenômenos levaram à presente crise econômica internacional, como isso pode afetar o Brasil e o que pode e deve ser feito para amenizar seus efeitos são desafios que a Educação Financeira deve enfrentar. O cidadão deve-se conscientizar para que, além das ações de governo, perceba a importância do seu papel, da sua colaboração e do seu esforço para que o país retome rapidamente a sua trajetória de crescimento almejada. É

fundamental que o cidadão seja continuamente conscientizado sobre o papel que o BCB exerce para que haja estabilidade econômica, com vistas a que o país atinja o desenvolvimento sustentado por meio do controle da inflação.

2.3. Serviços financeiros

A atividade financeira é fundamental para alcance e manutenção do nível de produtividade observado nas economias modernas, possibilitando mais eficiência e melhor alocação dos recursos de pessoas físicas, empresas, entidades civis e governos. Os serviços financeiros são extremamente variados, e a legislação brasileira, seguindo a prática internacional, prevê especialização dos tipos de intermediários financeiros em determinadas operações. Essa prática, apesar de ser vantajosa para o segmento mais bem informado da sociedade, costuma dificultar o entendimento da população sobre funções e atividades específicas de cada instituição.

Os bancos constituem o segmento mais tradicional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), visto prestarem os serviços mais demandados pela sociedade, especialmente os de depósitos a vista, emissão de cheques, oferta de créditos e financiamentos, pagamentos, recebimentos e transferências financeiras. Embora alguns bancos, conhecidos como bancos múltiplos, possam realizar a maioria das operações permitidas a instituições financeiras, o conhecimento mínimo da estrutura e do funcionamento do conjunto do sistema financeiro é desejável, seja para ampliar a concorrência, seja para facilitar o acesso do público aos órgãos supervisores em caso de reclamações, ou, não menos importante, para evitar a propagação de preconceitos que turvam o debate público sobre alguns temas, como política monetária, juros e dívida pública.

Outros intermediários financeiros, como as cooperativas de crédito, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as administradoras de consórcios, embora potencialmente sejam de grande relevância para propiciar acesso a serviços financeiros à população desbancarizada e de intensificar a concorrência, são pouco conhecidos.

2.3.1. Cenário

Pesquisa recente da Federação Latino-Americana de Bancos revela que o acesso a serviços bancários está restrito a 43% da população adulta do país.

O funcionamento do sistema financeiro é, de maneira geral, pouco reconhecido. Os meios de comunicação tendem a reproduzir, muitas vezes de forma inadequada, informações sobre intermediação financeira. Em particular, a cobrança de juros pelo uso do dinheiro, prática análoga à do pagamento de aluguel pelo uso de um bem, costuma ser mal compreendida. Evidentemente, temas específicos, como a função e os serviços providos pelos diferentes tipos de intermediários financeiros, são de conhecimento apenas da minoria das pessoas.

O início do relacionamento com uma instituição financeira por meio de abertura de conta de depósitos evolui, normalmente, para prestação de outros serviços, tais como pagamentos por débitos automáticos, contratação de cheque especial, microcrédito e outros empréstimos, financiamentos e seguros, bem como aplicações financeiras. Tais serviços, assim como as contas de depósitos, são prestados em conformidade com complexa legislação, que abrange normas regulatórias, sendo necessário que o cliente conheça os aspectos mais importantes dessas regras, além da dinâmica econômico-financeira da operação.

É relevante observar que o acesso a serviços financeiros tem crescido significativamente nos últimos anos, particularmente no que se refere à concessão de crédito, na qual se destaca a modalidade do crédito consignado. O volume de crédito concedido ao setor privado cresce ano a ano, demonstrando o desenvolvimento do mercado financeiro. As contas de depósito a vista movimentáveis por cheques e por cartões de débito constituem um dos serviços mais demandados, pois se tornaram indispensáveis para realizar com segurança a guarda, a aplicação e a movimentação de recursos financeiros.

A atual regulamentação financeira permite às instituições financeiras contratarem serviços de atendimento ao público, prestados por outras empresas, chamadas de

correspondentes, as quais atuam em nome e por conta da instituição contratante, oferecendo produtos e serviços de forma semelhante à que oferece uma agência da instituição contratante. Desse modo, todo o país passou a contar com atendimento bancário, serviço que não era proporcionado a, aproximadamente, 1.700 municípios.

Também relevante é o rápido crescimento da rede de correspondentes no país, que já ultrapassa cinco vezes o número de agências bancárias. Embora a maioria dos usuários de correspondentes hoje os utilize apenas para pagamento de contas, trata-se de plataforma muito promissora para prestação de serviços bancários básicos, principalmente em um país tão vasto, com muitos municípios sem agência bancária. A população já se habituou a pagar suas contas, receber pagamentos e efetuar depósitos por meio dos correspondentes em todo o país. No entanto, a par dos benefícios obtidos, é importante que o cidadão tenha noção dos riscos inerentes.

Menciona-se, ainda, a generalização do uso de cartões de crédito e de débito, bem como a introdução dos serviços eletrônicos *e-banking* e *mobile banking*, apesar de estes serem restritos aos segmentos de mais alta renda. Todas essas inovações geram mais necessidade de informação, especialmente em relação a procedimentos de segurança.

Os bancos estão autorizados a oferecer diferentes tipos de operações de crédito ao público, inclusive consórcio, forma peculiar de autofinanciamento. Há, também, instituições pertencentes ou não a grandes conglomerados, voltadas a determinado tipo de operação, como são as financeiras, as empresas de arrendamento mercantil ou *leasing*, as companhias hipotecárias, as associações de poupança e empréstimo e as administradoras de consórcios.

As cooperativas de crédito representam caso especial no cenário da prestação dos mesmos serviços, por sua peculiar natureza societária e pela restrição de serviços de depósitos e de crédito aos associados, sendo facultada a prestação de outros serviços a terceiros. Cerca de dois milhões de pessoas no Brasil são associadas dessas cooperativas, que respondem por

aproximadamente 2% do movimento de depósitos e de créditos do SFN. Trata-se de índice baixo, se comparado ao de países desenvolvidos, como os Estados Unidos ou, particularmente, a Alemanha, cujo setor cooperativo de crédito responde por aproximadamente 25% do movimento do setor financeiro, e cujos associados representam índice semelhante em relação à população total do país.

No que se refere às políticas públicas relativas ao setor financeiro, destacam-se as iniciativas do CMN para incrementar a concorrência entre instituições financeiras, particularmente com a portabilidade de cadastro, de operações de crédito e de recebimento de salários. Outras medidas contribuem para aumentar a transparência na prestação e cobrança de serviços bancários. Entre elas, cita-se a recente exigência de informação e divulgação do Custo Efetivo Total (CET), correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito, a instituição de tabela padronizada de operações com clientes pessoas físicas e a regulamentação da liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

Em relação aos bancos, observa-se mais desconhecimento da população sobre os aspectos jurídicos da realização de negócios, prevalecendo a expectativa de que as instituições é que deveriam cuidar de tudo. É o caso de correntistas que não se preocupam em encerrar formalmente suas contas, acumulando débitos relativos a tarifas de manutenção de contas.

Portanto, é interessante que se faça ampla divulgação dos direitos e das obrigações daqueles que participam do sistema bancário, como o regime tarifário, as características legais do cheque (cruzados, sustados, pré-datados e outros), os cuidados na sua utilização, bem como o uso de terminais eletrônicos.

É preciso que esse conhecimento seja suficiente para que o cliente avalie os riscos envolvidos nas operações, assim como a adequação às suas necessidades e possibilidades. Em cada tipo de operação, o cidadão deve dispor de informações sobre a remuneração a ser paga ou

recebida, as multas e as penalidades derivadas de inadimplência, a influência da variação das taxas de juros, de câmbio e de inflação, os riscos incidentes e outras, com vistas a evitar contratempos. Os prejuízos decorrentes de operações mal planejadas têm consequências diretas para o cliente e afetam, no primeiro momento, o banco, no caso de inadimplência de credores. Entretanto, a longo prazo, irão se refletir nas taxas de juros e nas tarifas da instituição, suportadas, no fim das contas, pelo conjunto dos clientes do sistema financeiro.

Da mesma forma, muitos ignoram o papel do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), constituído em 1996, na forma de entidade privada administrada, pelas instituições financeiras, as quais devem dela participar, obrigatoriamente, recolhendo as contribuições estipuladas pela norma regulatória, com base no volume de recursos captados nas modalidades de aplicações protegidas pelo fundo. Torna-se fundamental para os poupadores conhecer esses tipos de aplicação, os limites de cobertura estipulados para cada aplicação e para o mesmo aplicador em diferentes instituições e a forma de acionamento dessa garantia em caso de quebra da instituição financeira.

A desinformação abrange os procedimentos instituídos pela autoridade para atender exatamente às necessidades específicas do público, tais como a portabilidade cadastral entre instituições financeiras; as chamadas contas-salário abertas pela entidade empregadora com finalidade exclusiva de crédito de remunerações; as contas simplificadas não movimentáveis por cheques; as contas abertas por emigrantes no exterior, mantidas em bancos no Brasil; e a abertura de contas de depósitos por meios remotos e por representantes do banco.

2.3.2. Desafios para a educação financeira

Os distintos graus de conhecimento, interesse e intensidade de uso do sistema financeiro recomendam estabelecer estratificação do público-alvo da ação da Enef para os fins de conhecimento mínimo deste tópico, distinguindo, por exemplo, aqueles sem acesso algum a

serviços financeiros, o segmento com acesso a serviços básicos e aqueles usuários ou potenciais usuários de maior gama de serviços e formadores de opinião, aos quais interessaria aprofundar o estudo sobre o tema.

Tratando-se dos dois primeiros segmentos, a Enef deve educar o cidadão no que diz respeito a assuntos específicos do SFN e de interesse direto dos públicos-alvo. Assim, por exemplo, em uma apresentação sobre financiamento imobiliário, pode ser mostrada a cadeia de instituições e operações que compõem esse sistema, procedendo-se analogamente ao serem abordados temas como uso do cheque, funcionamento da conta de depósitos a vista e da conta de poupança, cartões de crédito, financiamentos e outros tópicos de interesse. Em cada exposição, destinada às instituições ou ao público ouvinte, podem ser introduzidas informações de caráter geral sobre funcionamento em grande escala do SFN, valendo-se das mesmas ideias e dos mesmos fatos integrantes do assunto específico, objeto do evento.

Para o público desbancarizado, o foco deve ser nos principais serviços disponíveis para eles, explicados de maneira simples, com indicação de onde e como obtê-los, quais as vantagens, os custos, os riscos e os cuidados que devem ser tomados.

No que diz respeito aos correspondentes no país, devem ser desenvolvidas ações que orientem o público, para que seja capaz de distinguir entre um correspondente e uma agência da própria instituição financeira, responsável pelas transações realizadas; para solicitar as informações adequadas à avaliação da idoneidade de novo ponto de atendimento; para exigir a documentação apropriada quando celebrar contratos de abertura de conta, aplicações, ou quando realizar pagamentos por meio de correspondentes; para recusar propostas de serviços não passíveis de serem prestados por meio dos correspondentes, bem como a cobrança de tarifas por parte destes, vedada pela regulamentação.

Em relação ao público mais qualificado, parece adequado apresentar as funções clássicas do sistema financeiro, tais como intermediação financeira entre poupadores e

demandadores de recursos, serviços de depósito de recursos e de guarda de valores, operação do sistema de pagamentos e recebimentos, distribuição de meios de pagamento em espécie, operações que envolvem entes e moeda estrangeiros, seu papel no financiamento da dívida pública.

A Educação Financeira deve englobar, de maneira diferenciada conforme o grau de conhecimento e a necessidade do público, a avaliação da qualidade da instituição ofertante de produtos de crédito ou de investimento e dos contornos jurídico-contratuais que lhe são propostos no negócio, fatores tão significativos quanto os de natureza puramente financeira. São altos os riscos envolvidos na negociação de produtos financeiros com empresas de origem desconhecida ou de idoneidade duvidosa, e o cliente deve saber quais são as fontes de informação disponíveis e como recorrer a elas, para fazer a necessária avaliação.

A difusão do conhecimento do papel dos bancos e das cooperativas de crédito poderia ser inserida, nas exposições centradas em temas de interesse direto do público visado, fazendo-se abordagem geral dos diversos serviços prestados por essas instituições, ligando-se os serviços aos tipos de bancos e de carteiras administradas. Não seria recomendado realizar exposições que abrangessem todos os tipos de serviços e de bancos existentes, mas apenas aqueles pontos que pudessem ser ligados direta ou indiretamente ao tema principal de interesse do público. As próprias instituições financeiras devem ser estimuladas a assumir suas responsabilidades na educação financeira de seus clientes atuais e potenciais.

É importante demonstrar que as cooperativas de crédito dependem da iniciativa e do empenho constante de seus associados, tanto para sua constituição quanto para seu adequado funcionamento e sua consolidação institucional. Diferentemente dos bancos, onde os clientes são terceiros, alheios à administração da instituição, os associados da cooperativa são os clientes e, ao mesmo tempo, os donos do negócio, o que abre oportunidade de acesso a serviços financeiros

de baixo custo sempre que a sociedade seja bem administrada, o que depende, entre outros fatores, da participação constante dos associados nas decisões das assembleias.

Não menos relevantes são os temas relacionados à exposição a riscos e à segurança das transações financeiras, particularmente os cuidados que os clientes devem observar ao utilizar caixas eletrônicos e ao efetuar transações pela internet.

2.4 Crédito e juros

Entre os diversos serviços financeiros, o crédito é um dos mais utilizados pelos consumidores. Nas duas últimas décadas do século XX, houve enorme expansão do crédito para consumo, em diferentes formas de crédito pessoal (empréstimo), financiamento de bens, hipoteca, *leasing*, entre outros. O endividamento decorrente do crédito tornou-se tão comum na sociedade de consumo, que se chegou a denominá-la “sociedade do endividamento”. O consumo de bens e serviços, essenciais ou não, passou a ser acompanhado, quase sempre, de uma operação de crédito.

Por outro lado, o crédito é muito importante para os ciclos econômicos, pois os agentes econômicos (famílias, empresas, governo e resto do mundo) têm a necessidade de acessá-lo por meio do sistema financeiro, para financiar consumo, produção e investimento.

Ainda que o crédito constitua recurso essencial para desenvolvimento das modernas economias de mercado, ele pode acarretar consequências desfavoráveis para o consumidor e para o mercado, caso sua concessão seja realizada de modo inadequado.

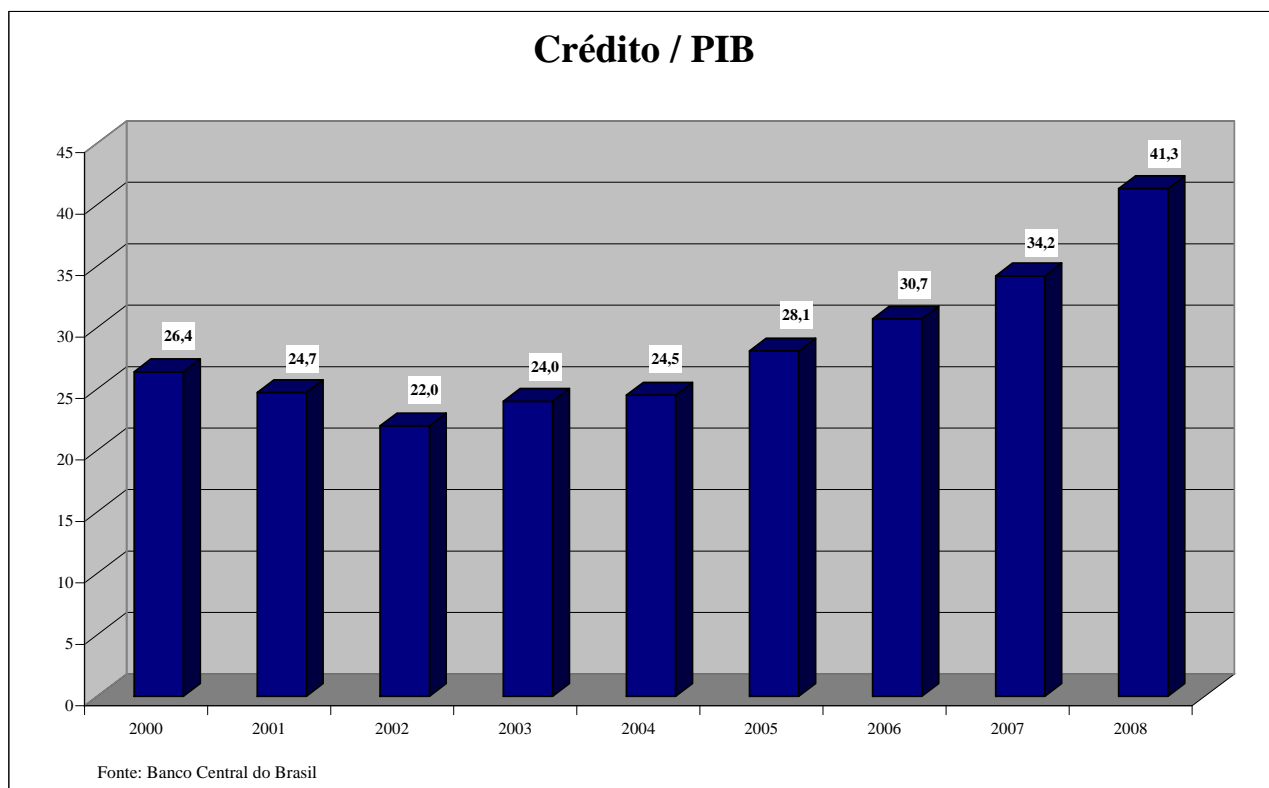
Os consumidores de baixa renda, normalmente, são os mais fragilizados, tendo em vista que a necessidade financeira pode levar esses consumidores a contratarem crédito em condições bastante desfavoráveis e com altas taxas de juros. Assim, a probabilidade de endividamento é maior, e a possibilidade de pagamento das dívidas pode se tornar remota.

2.4.1. Cenário

No Brasil, até pouco tempo, o volume de crédito negociado era baixo, e as taxas de juros muito altas. A principal razão para isso era a conjuntura inflacionária e de crises econômicas por que passava o país, com suas consequências negativas para a renda e o emprego, o que gerava cenário desfavorável ao crédito, pois não se podia antecipar, com segurança, a viabilidade das operações. Outro fator que ainda ajuda a explicar a escassez de crédito e juros altos no Brasil é a inadequada proteção legal e judicial dos direitos dos credores.

Nos últimos anos, apesar das elevadas taxas de juros, o volume de crédito tem aumentado muito no Brasil, principalmente para financiamento do consumo das famílias. O total dos empréstimos e dos financiamentos concedidos pelo SFN em relação ao PIB quase duplicou entre 2002 e 2008.

Gráfico 1 – Evolução percentual do total de empréstimos e financiamentos em relação ao Produto Interno Bruto



O aumento no volume de crédito poderia não ser considerado muito alto ou preocupante, comparado a outros países, se também fosse elevado o financiamento para aquisição de casa própria. Entretanto, apesar de alguma expansão mais recente, o valor correspondente aos financiamentos imobiliários do SFN continua sendo muito baixo comparativamente a outros países.

A recente e grave crise econômico-financeira mundial traz oportunidade para expor a todos os cidadãos a importância da educação financeira. Os desafios que se colocam a todos passam pela manutenção do nível de emprego e renda até o comportamento dos consumidores em relação a seu endividamento, que, em algumas circunstâncias, tendem ao consumo descontrolado e à aquisição de endividamento que não respeita seu poder aquisitivo, o que resulta em dificuldades para gerenciar o orçamento financeiro. Nesse sentido, é importante que o crédito e os juros sejam usados pelas pessoas de forma consciente, como recursos de ajuste e alcance do equilíbrio entre receitas e despesas, evitando que seu uso seja estimulado por propaganda, vaidade e outros apelos sociais que possam levar as pessoas ao consumo inconsequente.

2.4.2. Desafios para a educação financeira

O maior desafio para o crédito é oferecer recursos financeiros com taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento dos devedores para aquisição de bens de consumo ou para formação de capital de giro e de capital de investimentos para empresas.

Considerando as informações do Banco Central sobre a decomposição do *spread*⁸, a inadimplência é uma das principais explicações para as elevadas taxas de juros atuais nas

⁸ Diferença entre a taxa média de empréstimo e a taxa média de captação dos recursos financeiros pelos bancos.

operações de crédito no Brasil, demonstrando que deve-se enfatizar pontos que estimulem mais responsabilidade por parte dos tomadores.

Para manter uma vida financeira saudável e responsável, o cidadão deve ter consciência do perigo do mito do dinheiro fácil, encorajado por uma variedade de ofertas, como cartão de crédito, crédito pré-aprovado, prazo extenso. É necessário esclarecer as pessoas sobre a importância do planejamento financeiro e sobre a necessidade de se fazer orçamento pessoal ou doméstico, capaz de orientá-las a conservar suas despesas no limite de sua renda. Deve-se alertar também sobre o alto risco do uso continuado de financiamentos por meio da margem do cheque especial e dos cartões de crédito, em razão de sua elevada taxa de juros. O saldo elevado nessas operações, em geral, é sintoma de descontrole financeiro, recomendando-se sua renegociação ou troca por créditos pessoais parcelados, que envolvem prazos mais extensos e juros mais baixos, além de melhor acompanhamento do orçamento pessoal. O cidadão, ao assumir uma dívida ou fazer uma compra financiada, deve conhecer as principais modalidades de crédito que pretende utilizar, a fim de evitar surpresas, e fazer escolha mais consciente e menos onerosa.

As pessoas devem se informar, também, sobre as taxas de juros praticadas, principalmente quando a operação envolver endividamento e prestações elevadas, como no caso da compra de automóvel ou de casa própria. Para tanto, devem ser orientadas quanto aos locais onde tais informações podem ser encontradas, como no sítio da internet do Banco Central e em locais públicos das agências bancárias. Devem também ser alertadas quanto ao dever das instituições financeiras de prestarem informação prévia sobre o Custo Efetivo Total (CET) (taxas de juros e outros encargos) das operações realizadas.

Entretanto, de nada adianta obter informações precisas sobre o custo do crédito, se o cidadão não for devidamente orientado a evitar obter crédito com o foco no valor da prestação, e não no custo da operação. Esse é o maior desafio, principalmente para a população de baixa renda.

Além disso, as pessoas devem ter noções básicas sobre a importância dessas informações para o crédito, sobre a regulamentação do uso desse tipo de informação pelos credores usuários, assim como sobre os direitos dos devedores quanto ao acesso a esses dados. Devem, ainda, ser orientadas quanto aos procedimentos para exclusão de eventuais registros negativos ou não verdadeiros, para evitar decisões e interpretações equivocadas.

No mesmo sentido, a importância da proteção ao crédito e as normas e procedimentos relativos a cobrança e execução de dívidas não pagas, mesmo sobre as responsabilidades quanto ao pagamento de juros moratórios e custas judiciais, devem ser de conhecimento dos cidadãos. Eles devem ser orientados a buscar os órgãos públicos que podem ser acionados em casos de dificuldades com os serviços das instituições financeiras (centrais de atendimento no Banco Central, delegacias e entidades de proteção ao consumidor). Os consumidores brasileiros podem se tornar administradores eficientes do crédito por meio de ações que proporcionem conhecimento e entendimento sobre o sistema de crédito, suas terminologias e as instituições envolvidas, bem como alertados sobre seus direitos.

Com os apelos da propaganda, parece ser fácil obter crédito, em especial para financiar a compra de automóveis e outros bens. Nesse caso, o problema é a tentação de gastar e de se endividar mais do que seria desejável, gerando dificuldades para pagamento. Atrasos nos pagamentos de um cartão de crédito ou de um carnê podem gerar constrangimento para as pessoas. O não pagamento dessas obrigações pode gerar cobranças judiciais, restrições em cadastros de proteção ao crédito, o que, no Brasil, pode significar até cinco anos de dificuldades na obtenção de novos créditos, inclusão do nome em dívida ativa e, até mesmo, desestruturação familiar.

Em que pese o apelo dos meios de informação para consumo e para crédito fácil, a redução de gastos por eliminação de desperdícios, a redução de consumos supérfluos, a otimização de despesas, a consciência de comprometimento da renda com a multiplicidade de

prestações com prazos longos são conceitos e passos fundamentais que devem ser recorrentemente transmitidos ao cidadão comum.

A preocupação com a inadimplência é relevante, mesmo porque as operações de crédito são diferentes das demais transações econômicas, cuja disponibilidade e preço são bastante afetados pela confiança no resgate da operação. Nesse sentido, além da influência da situação geral da economia e do próprio crédito, a concessão e fixação dos juros são avaliadas com base na credibilidade da pessoa que toma o crédito e das garantias oferecidas, ao contrário dos demais produtos e serviços convencionais, cujo preço independe da situação do comprador, sendo fixado conforme a escassez e as características dos próprios produtos.

Para reduzir problemas com avaliação do crédito, a informação é elemento fundamental. Para quem pretende tomar crédito, é importante conhecer as diferentes modalidades de operação, as taxas de juros praticadas no mercado e as diversas fontes de informação utilizadas pelos bancos para avaliação de risco, para que possa negociar condições favoráveis.

2.5. Investimentos

Investir é aplicar recursos, visando à obtenção de lucro ou à remuneração do capital. Os investimentos contemplam desde a compra de bens duráveis até a aplicação em títulos ou direitos. A motivação para investir pode ser a valorização do bem, o rendimento financeiro ou o aumento da capacidade produtiva.

O SFN viabiliza a transferência de recursos entre unidades⁹ superavitárias, que dispõem de excedentes financeiros e unidades deficitárias, que precisam realizar captações. Em troca dessa cessão temporária de recursos, de curto, médio ou longo prazos, as unidades

⁹ Unidades podem ser indivíduos, famílias, empresas ou governos.

deficitárias remuneram pelo capital, diretamente ou por meio de instituições financeiras, ou atribuem ao investidor direito de participação no capital do empreendimento.

Essas transferências podem ser realizadas em diferentes segmentos do mercado financeiro: monetário – realiza a política monetária; de crédito – permite o financiamento de empresas, pessoas físicas e governo; de câmbio – possibilita a negociação com moedas estrangeiras; e de capitais – utilizado principalmente para financiar empreendimentos a médio e longo prazos. Neste último segmento se destacam os valores mobiliários.

São valores mobiliários os títulos expressamente elencados na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de capitais e institui a CVM, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda. Os títulos mais representativos são: ações, debêntures, cotas de fundos de investimento e de clubes de investimento, notas promissórias comerciais, certificados de depósito de valores mobiliários, índices representativos de carteira de ações, opções de compra e venda de valores mobiliários, cotas de fundos imobiliários, certificados de investimento audiovisual, contratos de investimento coletivo, recibos de depósitos, certificados de recebíveis imobiliários e derivativos.

A Lei nº 6.385, de 1976, também estabelece parâmetros para inserção de quaisquer outros títulos ou contratos coletivos, quando ofertados publicamente, desde que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração. Essa definição de valores mobiliários aplica-se ainda aos contratos e títulos resultantes de prestação de serviços, cujos rendimentos advenham do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Determinado produto financeiro poderá ser considerado valor mobiliário conforme as características da emissão e da forma de oferta ao público, exceto nas hipóteses expressamente excluídas pela lei, como os títulos da dívida pública federal, estadual e municipal.

A maioria dos produtos financeiros considerados como investimento está submetida à supervisão do BCB e da CVM. Entretanto, alguns produtos, embora possam ser

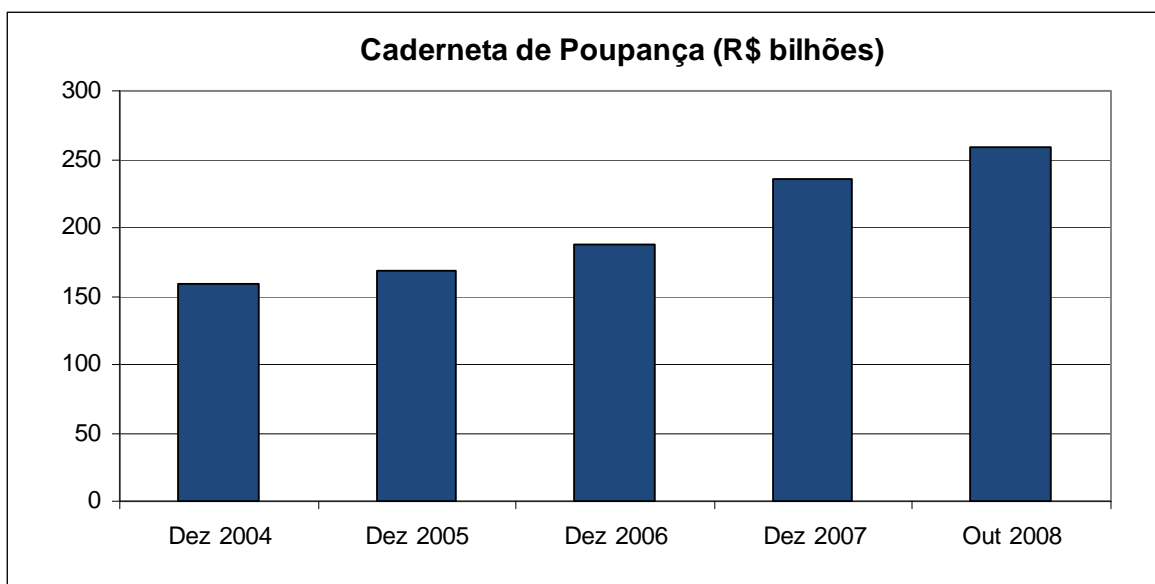
caracterizados como investimentos, são controlados e fiscalizados pela Susep, como o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Seguro de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL).

2.5.1. Cenário

Em linhas gerais, o volume de investimentos realizados por meio do mercado financeiro apresentou crescimento contínuo nos últimos anos, mesmo com o impacto da crise financeira internacional, desde o final de 2007.

Os depósitos em caderneta de poupança, a mais tradicional opção de investimento financeiro, superaram, pela primeira vez, em julho de 2008, a marca histórica de R\$250 bilhões, segundo dados do BCB. Conforme demonstrado no gráfico a seguir, verifica-se crescimento das aplicações nesse produto financeiro, por parte da população brasileira.

Gráfico 2 – Evolução dos depósitos de caderneta de poupança entre 2004 e 2008



O volume de dinheiro investido em CDB alcançou R\$ 681 bilhões, em dezembro de 2008, contra R\$326 bilhões em 2006, segundo dados do Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip).

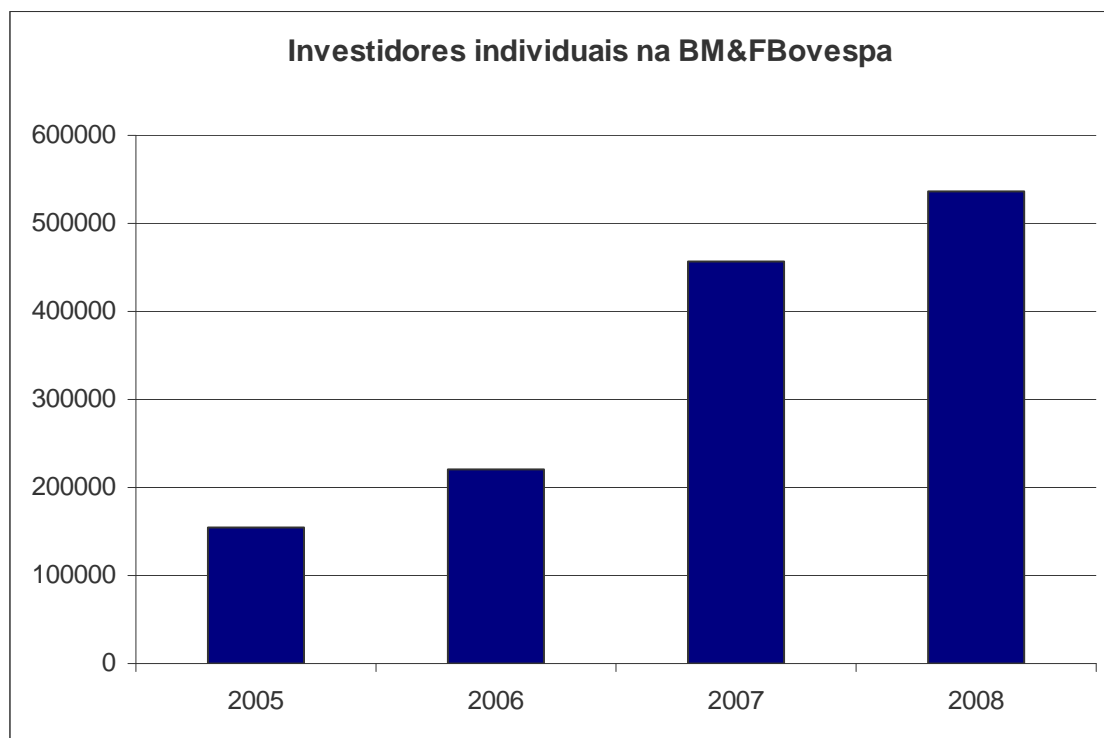
Embora as pesquisas indiquem, de forma geral, pouco conhecimento de finanças por parte da população, a quantidade de investidores tem aumentado significativamente, principalmente em decorrência da estabilidade econômica, do crescimento do país, da ampliação da renda da população brasileira e, em especial, do progressivo crescimento da classe média.

Uma forma inovadora de investimento, no Brasil, é a aquisição de títulos públicos federais, diretamente pelas pessoas físicas, por meio do programa Tesouro Direto, lançado pelo governo em 2002, que possibilita ao cidadão gerenciar seus investimentos de curto, médio ou longo prazo. Em 2002, aproximadamente seis mil pessoas adquiriram cerca de R\$76 milhões por meio desse programa. Em 2008, essa modalidade foi utilizada por aproximadamente 146 mil investidores, com aplicações da ordem de R\$1,55 bilhão.

Nos últimos anos, cresceu o interesse por aplicações em renda variável, mesmo que elas impliquem a necessidade de mais atenção do investidor a questões relativas a oportunidades e riscos. O comportamento do número de investidores individuais, pessoas físicas que aplicam diretamente em ações, demonstra mais interesse por diversificação de investimentos pessoais.

Ao final de 2008, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) registrava mais de 530 mil contas de investidores pessoas físicas, um avanço de cerca de 17% em relação ao ano anterior. Os clubes de investimento, outra modalidade de participação de pessoas físicas na bolsa, registraram crescimento expressivo em 2008, alcançando cerca de 2.800 clubes e aproximadamente 150 mil cotistas.

**Gráfico 3 – Evolução da quantidade de investidores individuais na
BM&FBovespa**



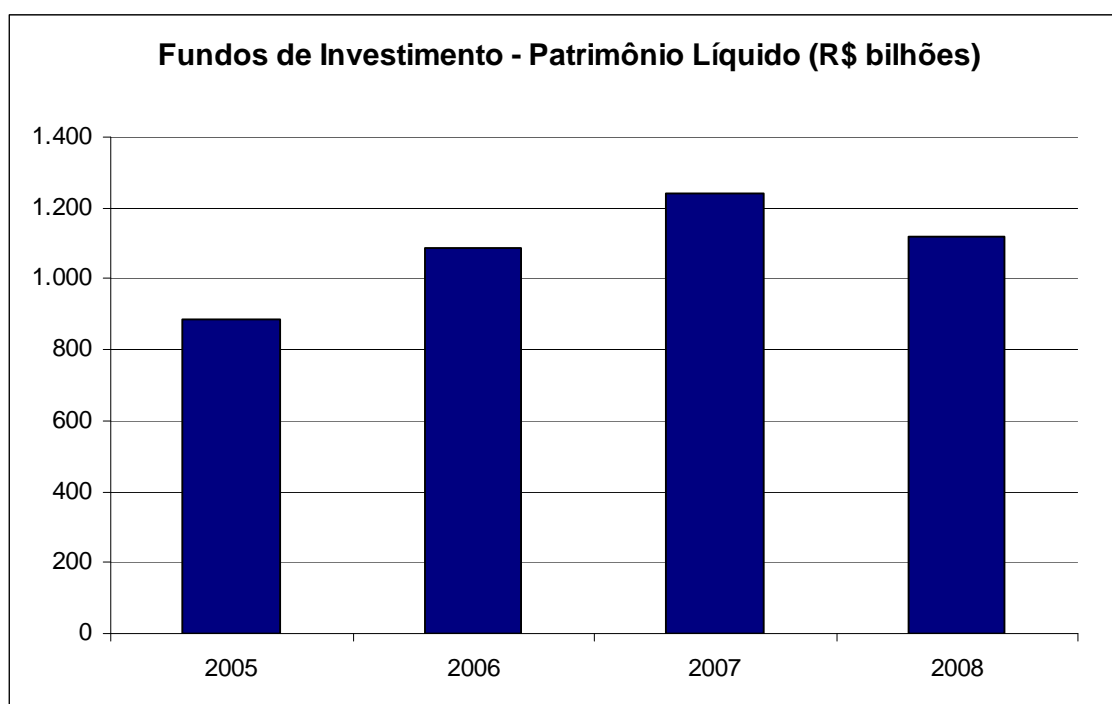
O crescimento se refletiu no montante de ofertas públicas de valores mobiliários e nas ações listadas em bolsa. As ofertas registradas na CVM evoluíram de R\$27 bilhões, em 2002, para R\$140 bilhões, em 2008. No mercado acionário, a soma do valor de mercado das companhias abertas correspondia a R\$1,38 trilhão em dezembro de 2008. Embora esse montante seja inferior ao alcançado em 2007 e 2006 (R\$2,48 trilhões e R\$1,54 trilhão, respectivamente), em razão dos efeitos da crise financeira internacional, a bolsa brasileira é maior do que a de outros países emergentes da região, como a do México, a da Argentina e a do Chile.

O *Home Broker*, sistema que permite ao investidor fazer aplicações em bolsa por meio da internet, apresentou significativo crescimento em 2008, tanto no volume aplicado quanto na quantidade de investidores. As operações por meio dessa ferramenta responderam por

12,9% do volume total negociado no mercado de ações, crescimento de quase 50% em relação a 2007.

Embora a pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular (2008) tenha demonstrado grande desconhecimento da população sobre o que são fundos de investimento, dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) evidenciam tendência clara de expansão das aplicações nesses fundos, cujo patrimônio líquido total, ao final de 2008, correspondia a cerca de R\$1,12 trilhão, representando aproximadamente R\$10,1 milhões de cotistas como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Patrimônio líquido dos fundos de investimento



2.5.2. Desafios para a educação financeira

Ações de educação e proteção ao investidor, no Brasil, remontam ao final da década de 70, a partir, especialmente, da reorganização institucional do mercado de capitais

brasileiro, quando esforços importantes de educação financeira foram lançados, com a instituição do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais (Codimec), em 1977. No final da década de 90, houve novo impulso de desenvolvimento da educação financeira para investimentos, com lançamento de diversos programas educacionais, pelo governo e pelo setor privado. Recentemente, órgãos governamentais e participantes do mercado financeiro passaram a empreender esforços de cooperação e integração dessas iniciativas, visando à educação financeira.

Tais esforços se tornam mais necessários, pois os mercados financeiro e de capitais vêm desenvolvendo novos produtos, muitos deles complexos e de mais risco, exigindo que o público investidor esteja adequadamente informado a respeito de suas características e capacitado para compreender os riscos e as oportunidades de investimento, formulando decisões adequadas ao seu perfil e aos seus objetivos de vida.

A educação financeira deve promover conscientização dos investidores, oferecendo conjunto amplo de informações sobre os tipos de investimento disponíveis no mercado, apresentadas sob a ótica do investidor, de forma clara, completa e sem viés comercial.

Além das características técnicas de cada investimento financeiro, que contemplam seus custos e riscos, o cidadão deve ser informado dos seus direitos como investidor, conforme o produto ou o serviço financeiro envolvidos. Direitos de participação em lucros, de informação, de fiscalização, entre outros, não podem ser exercidos quando são desconhecidos.

O conhecimento imperfeito nesse tema pode contribuir para ocorrência de litígios entre os investidores e os intermediários, emissores ou prestadores de serviços financeiros que não tenham amparo legal. A falsa percepção de violação de direitos gera conflitos que produzem desgastes e custos desnecessários para as instituições e os seus clientes e, coletivamente, pode reduzir a eficiência do mercado.

Muitas vezes, o próprio aparato estatal pode ser movimentado para esclarecer situações em que o descumprimento de uma regra ou a violação de um direito é apenas aparente, dando origem a processos administrativos, no caso de reclamações e denúncias formuladas nos órgãos reguladores, ou judiciais.

Também se mostra necessária a prestação de orientações sobre a forma de exercício dos direitos dos investidores, para que sejam buscados os meios adequados para defendê-los. Investidores que conheçam as garantias e os meios já existentes para proteção de seus investimentos, como o mecanismo de ressarcimento de prejuízos mantido por entidades administradoras de mercado de bolsa, podem recorrer diretamente aos instrumentos já existentes. Essa atuação abrevia o processo de esclarecimento de situações de conflito ou de dúvida e, quando possível, pode até permitir a recomposição de perdas que não decorram unicamente dos riscos naturais das aplicações de mercado.

Além disso, o pleno conhecimento dos direitos dos investidores permite aos mesmos assumirem fiscalização mais ativa e embasada quanto à gestão de seus recursos. Esse maior grau de exigência do cidadão em relação às instituições participantes do mercado contribui para aprimorar a qualidade das informações e dos serviços prestados pelos emissores, intermediários e prestadores de serviços, pois cidadãos mais ativos buscarão não apenas melhores oportunidades de investimento, mas também entidades que desenvolvam relações de respeito aos direitos dos consumidores e investidores.

Para o sistema financeiro, as escolhas conscientes em busca de melhor atendimento, que valorizam empresas e instituições ou mesmo segmentos de mercado, que adotem elevados padrões de governança e de relações com investidores e clientes, estimulam a sua modernização, aumentando a concorrência e a eficiência.

Investidores bem informados e orientados podem, também, identificar facilmente ofertas de investimento irregulares ou ilícitas, reportando aos órgãos reguladores a ocorrência de

emissões irregulares de valores mobiliários, golpes financeiros e outras condutas ilegais. Quando o comunicado às autoridades é prontamente realizado, são ampliadas as chances de reduzir a propagação de esquemas ilegais de captação da poupança popular, evitando que mais pessoas sejam lesadas. Esse papel de auxiliar a supervisão, que resulta das informações prestadas pelo cidadão, contribui para elucidação de ilícitos e para punição dos culpados, tanto na esfera administrativa quanto, quando cabível, na judicial. Como consequência, o grau de confiança da população nos mercados financeiros pode ser robustecido.

Além de informar e orientar, a educação de investidores deve oferecer cursos e outros meios de formação, de modo que os indivíduos adquiram habilidades e conhecimento necessários para compreender plenamente as informações prestadas. As regras governamentais e do próprio mercado, da autorregulação, que visam à prestação obrigatória de informações, pouco poderão contribuir para qualidade e adequação das decisões de investimento se o cidadão não tiver as habilidades necessárias para entendê-las e fazer a melhor escolha para si próprio. Mesmo o desenvolvimento de ferramentas que permitam comparação entre custos e riscos de diferentes opções pode se mostrar de pouca utilidade se os consumidores não estiverem adequadamente capacitados. A capacitação é ainda mais necessária para que os investidores acessem mercados e produtos mais sofisticados, os quais têm seu papel a desempenhar no sistema financeiro.

A sofisticação do sistema financeiro é processo inafastável, sendo benéfica ao sistema financeiro quando adequadamente regulada e supervisionada pelos órgãos governamentais, pois possibilita o surgimento de produtos e estratégias de investimento que sejam mais adequadas ao perfil, às necessidades e aos objetivos de cada pessoa. Instrumentos derivativos, bem compreendidos e utilizados, podem fornecer poderosas ferramentas para proteção e transferência de riscos de mercado, como ocorre nas operações de *hedge* (proteção), e para realização de operações de investidores mais sofisticados.

Os esforços para aumentar a transparência e a qualidade da prestação de informações, de modo que sejam precisas e completas, não podem, desse modo, eliminar a complexidade de certos investimentos. Em certos casos, a simplificação excessiva de materiais publicitários, prospectos, termos e outros documentos de conteúdo informativo poderia ocultar os riscos reais envolvidos e causar falsa percepção da realidade. Nesses casos, as iniciativas de educação financeira devem se assegurar de que o cidadão está adequadamente capacitado para compreender as características, os riscos e as oportunidades de cada investimento.

Para tanto, cabe ser implementada ação educacional coordenada do setor privado e do setor governamental, a ser combinada, caso a caso, com adoção de políticas regulatórias apropriadas. Essa atuação conjunta de educação e de regulação promoverá um ambiente de maior proteção a todos os investidores, sem prejuízo de haver atenção especial aos mais vulneráveis, seja por causa de seu menor poder econômico e capacidade de organização, seja por sua dificuldade de lidar com produtos financeiros.

2.6. Previdência social

A previdência social é direito garantido aos cidadãos brasileiros pela Constituição Federal, em seu artigo 6º, definida no Título da Ordem Social. Sua finalidade é proteger e oferecer segurança ao trabalhador ao longo de sua vida, de forma que se garanta a ele e a sua família a manutenção, total ou parcial, da renda auferida quando perde, permanente ou temporariamente, a capacidade para o trabalho. Eventos como doença, velhice e natalidade estão assegurados pelo sistema previdenciário brasileiro por meio da contraprestação de benefícios, como auxílio doença, aposentadoria e auxílio natalidade.

As pessoas estão sujeitas a situações de risco, que podem torná-las incapazes para o exercício de atividades laborais. Alguns riscos são previsíveis, outros acidentais, sendo os mais relevantes morte prematura, enfermidade grave, perda de renda, invalidez e enfrentamento da

velhice em condições financeiras desfavoráveis, comparativamente àquelas usufruídas no período laboral. Os sistemas públicos de saúde e assistência social oferecem proteção para essas situações. No entanto, nem sempre esses sistemas suprem as reais necessidades dos indivíduos, em razão das limitações dos programas governamentais, em especial no tocante à percepção de valores financeiros.

Nesse cenário, são instituídas e regulamentadas as modalidades privadas de prevenção contra impactos financeiros negativos relacionados com o enfrentamento desses infortúnios, ou seja, programas de adesão voluntária, normalmente operados por entidades abertas e fechadas de previdência complementar, voltados ao atendimento das necessidades de pessoas que recebem remuneração acima do limite máximo coberto pelo sistema público de previdência. Os planos de previdência privada se caracterizam pelo financiamento dos trabalhadores e, em muitos casos, também dos empregadores.

O sistema previdenciário brasileiro, conforme a Figura 1, é constituído de três regimes: (i) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), (ii) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e (iii) Regime de Previdência Complementar, representados a seguir.

Figura 1: Sistema previdenciário brasileiro



Fonte: Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Elaboração: Secretaria de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social

O acesso à previdência social se dá mediante contraprestação de natureza tributária, e a assistência social é direito universal, não exige contribuição, sendo concedida, porém, apenas àqueles que comprovem não possuir meios de se manter, nem de serem mantidos por sua família.

O RGPS destina-se a proteger os trabalhadores do setor privado e os servidores públicos não protegidos por RPPS. O sistema público, de caráter compulsório, é administrado pelo Ministério da Previdência Social (MPS), e sua execução é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O RPPS é o sistema previdenciário estabelecido no âmbito de cada ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios), que assegura, por lei, a todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão. Esse sistema abrange os 26 estados da Federação, o Distrito Federal e 2.197 municípios, representando 39,30% do total de municípios existentes no Brasil, de acordo com os dados extraídos do MPS, consolidados em setembro de 2008.

A previdência complementar foi regulamentada no Brasil, pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e divide-se em dois segmentos: previdência complementar aberta, administrada por sociedades seguradoras autorizadas a trabalhar com seguros de pessoas, e por entidades abertas de previdência complementar, disponível a qualquer cidadão; e previdência complementar fechada, operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), acessível aos empregados de um patrocinador (empresas que estabelecem seu próprio fundo de pensão ou contratam plano em fundo de pensão multipatrocinado) e aos trabalhadores cujo sindicato ou associações instituíram planos (instituidores).

Atualmente, a previdência complementar fechada é regulada pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e supervisionada e fiscalizada pela PREVIC, ambos órgãos integrantes do Ministério da Previdência Social. Destaca-se que foi encaminhado

ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.962, de 2008, que dispõe sobre a instituição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia de natureza especial, que será responsável pela supervisão e pela fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar.

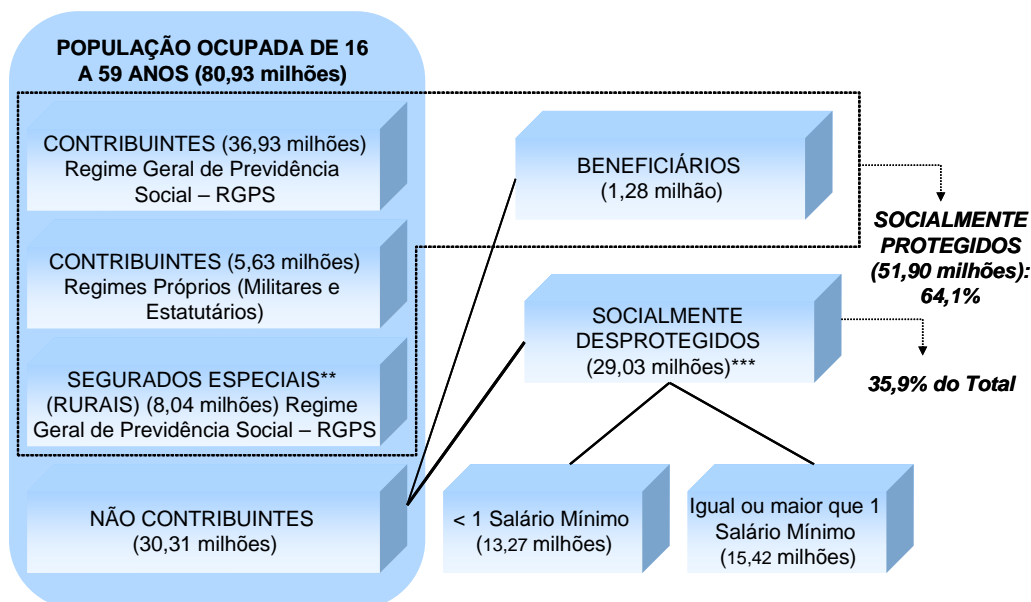
Por lei, as operadoras do segmento de previdência complementar aberta fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP). Têm como órgão normatizador de suas atividades o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e estão sob supervisão e fiscalização da Susep, ambos situados na esfera de competência do Ministério da Fazenda.

2.6.1. Cenário

De acordo com a PNAD de 2006, existem no Brasil 51,9 milhões de pessoas socialmente protegidas com idade de 16 a 59 anos (ver Figura 2). Esse contingente faz parte do universo de 80,9 milhões de pessoas que se declaram ocupadas e se encontram na mesma faixa etária, o que significa cobertura total de 64,1%. Em outras palavras, de cada dez trabalhadores, cerca de seis estão socialmente protegidos. Por outro lado, 29 milhões de pessoas, ou seja, 35,9% da população ocupada encontram-se sem nenhum tipo de cobertura social.

Entre os idosos, aqui considerados aqueles com 60 anos ou mais, a proteção social chega a 80,8%, sendo que a proteção social dos homens chega a 85,7%, resultado superior ao observado em relação às mulheres (77%). Os dados da PNAD indicam tendência de melhoria na proteção social.

Figura 2 - Brasil: Proteção previdenciária da população ocupada (de 16 a 59 anos) em 2006



Fonte: PNAD/IBGE, 2006 – Elaboração: SPS/MPS.

* Na PNAD essas pessoas se autodeclararam não contribuintes.

** Contempla 327,54 mil desprotegidos, com rendimento ignorado.

*** Entre os trabalhadores socialmente desprotegidos, 376.122 possuem rendimento desconhecido

A maior categoria de protegidos, em termos relativos e absolutos, é a dos contribuintes do RGPS (45,6% dos ocupados com idade de 16 a 59 anos), seguida pela dos segurados especiais rurais¹⁰ (9,9%), dos segurados dos RPPS (7,0%) e dos não contribuintes que recebem benefícios previdenciários (1,6%).

Os trabalhadores socialmente desprotegidos – que, como mencionado, somam 29,03 milhões de pessoas em 2006 – são aqueles que não contribuem para a previdência social, não recebem benefícios previdenciários e não se enquadram na categoria de segurados especiais. Desse contingente¹¹, 15,42 milhões (19,1% do total) possuem capacidade contributiva – renda

¹⁰ O segurado especial é o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rural, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo familiar respectivo. Esse segurado, segundo o disposto no art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, está obrigado a recolher a contribuição de 2,1% sobre a receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.

¹¹ Excluídas 327.540 mil pessoas sem declaração do valor do rendimento.

mensal igual ou superior a um salário mínimo – e poderiam ser incorporados ao RGPS. No entanto, 13,27 milhões possuem rendimentos inferiores ao valor do salário mínimo e, portanto, dificilmente teriam condições de contribuir para a previdência.

Os dois grupos com maior número de desprotegidos são os trabalhadores domésticos sem vínculo formal e os empreendedores individuais (aqueles que trabalham por conta própria, como manicures, cabeleireiros, camelôs, vendedores ambulantes). De acordo com a PNAD 2007, os três menores percentuais de contribuição para a previdência ocorreram nos grupamentos de atividades agrícolas (15,4%), serviços domésticos (30,4%) e construção civil (32,6%), que são, tradicionalmente, os que possuem maiores percentuais de trabalhadores por conta própria e empregados sem vínculo formal de trabalho. Existem mais de 5,3 milhões de trabalhadores domésticos e mais de 10 milhões de empreendedores individuais que não contribuem para a previdência social.

Em relação ao RGPS, a PNAD, de 2007, revelou que apenas 50,7% dos trabalhadores contribuem para a previdência social, mesmo tendo havido aumento recente do número de trabalhadores com carteira assinada (33,1% em 2005 e 35,3% em 2007).

Entre 1995 e 2006, houve aumento do potencial de inclusão previdenciária, ou seja, a participação de não contribuintes com renda igual ou superior a um salário mínimo teve substantivo crescimento, saltando de 40,9% em 1995 para 53,2% em 2006.

Os valores reais dos benefícios médios pagos pelo INSS, considerando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou seja, os valores de benefícios pagos ao longo dos anos corrigidos pelo INPC para 2008 cresceram 15,9%, comparando-se os valores de 2001 (R\$574,18) e de 2008 (R\$665,27). Em dezembro de 2008, 68% dos benefícios pagos possuíam valores de até um salário mínimo. Um dos motivos para o aumento do valor médio dos benefícios é a política nacional de valorização do salário mínimo, que vem sendo reajustado acima da inflação nos últimos anos.

Desde 1988, os RPPS passaram por três grandes reformas promovidas por emendas constitucionais, as quais produziram significativos impactos no sistema previdenciário, como aumento da idade para concessão de aposentadoria e diminuição da relação entre aposentados e ativos. A idade média de aposentadoria dos servidores públicos do sexo masculino, que era de 57 anos em 1999, aumentou para 61 anos em 2006, e a dos servidores públicos do sexo feminino, que em 1999 era de 53 anos, passou a ser de 58 anos em 2006.

A relação percentual entre servidores aposentados e ativos tem diminuído ao longo dos anos (79,4% em 1999 e 70% em 2008), influenciada pela idade de entrada em aposentadoria, ou seja, o número de servidores ativos tem aumentado em relação ao número de participantes aposentados.

No âmbito do regime de previdência complementar, a pesquisa nacional realizada pelo Instituto Data Popular em 2008 revelou que apenas 31% da população brasileira poupam frequentemente para a sua aposentadoria, e apenas 13% da população possui algum plano de previdência complementar, seja ele aberto, seja fechado. Ainda como resultado da pesquisa, observou-se que 68% da população da classe A e 37% da classe B possuem plano de previdência complementar. Porém, se considerado o total de indivíduos pesquisados, 65% das pessoas que dizem ter plano de previdência pertencem às classes C e D.

Para atingir o objetivo de complementar o valor de sua renda após a aposentadoria, principalmente para aqueles cujos rendimentos atuais estão acima do valor de teto da previdência social (RGPS), é necessário que, ao longo da vida laboral, seja formado patrimônio. Para formar esse patrimônio, as pessoas podem, entre outras coisas, fazer investimentos no mercado financeiro, comprar imóveis ou adquirir planos de previdência complementar.

Outras circunstâncias podem motivar as pessoas a participarem de programas privados de caráter previdenciário, visando acumular poupança, destacando-se: (i) provimento de

recursos para futuro custeio da educação de filhos, assim como para iniciação da vida profissional sob regime autônomo, mediante instituição de planos de titularidade de menores dependentes; e (ii) garantia de reserva financeira para futuras despesas com a saúde. Um dos grandes diferenciais dos produtos de previdência complementar é o tratamento tributário aplicado a tais produtos, o que contribui muito para estimular a participação de mais pessoas nesses planos.

A partir de meados da década de 1990, o segmento de previdência complementar aberta experimentou saudável crescimento em suas atividades, tendo aumentado, significativamente, não apenas o número de participantes nos planos de benefícios de caráter previdenciário, mas também, o volume de recursos arrecadados para custeio desses planos.

O número total de participantes de planos de benefícios de previdência complementar aberta cresceu mais de 38% de 2004 a 2008, devido, principalmente, ao aumento do número de participantes nos segmentos de pecúlio, pensão, PGBL¹² e VGBL¹³.

O número de contratações de planos de previdência complementar aberta individuais e de adesões a eles cresceu 61% de dezembro de 2002 a dezembro de 2008. A quantidade de planos empresariais de previdência complementar aberta comercializados cresceu 77,6% de dezembro de 2002 a dezembro de 2008.

Como consequência do aumento no número de contratações dos planos individuais e empresariais, as contribuições vertidas cresceram substancialmente nos últimos anos.

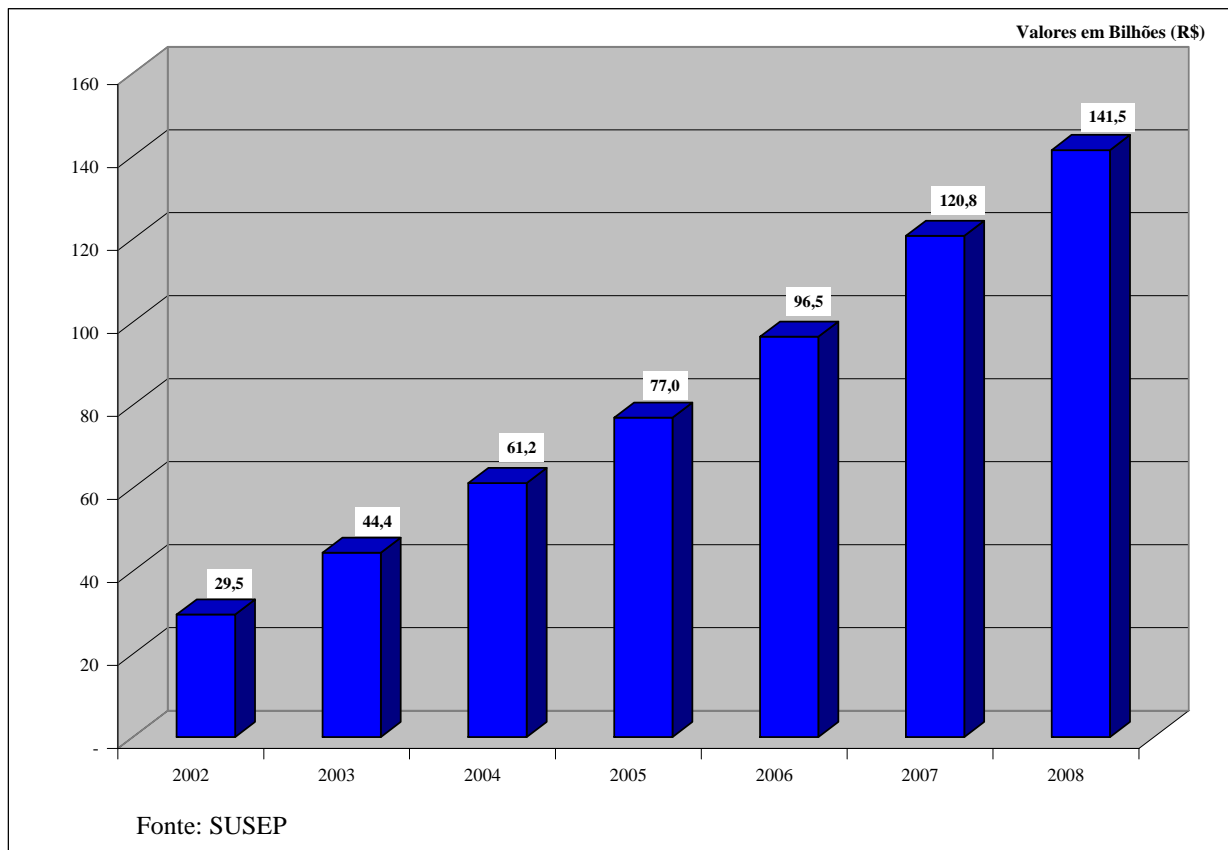
O volume da poupança mantida pela sociedade nesses produtos – especialmente

¹² PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre - Plano de previdência complementar aberta, com cobertura por sobrevivência, cuja principal característica é ausência de rentabilidade mínima garantida durante a fase de acumulação dos recursos, sendo a rentabilidade da provisão idêntica à rentabilidade do fundo em que os recursos estão aplicados.

¹³ VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre - Plano de seguro de pessoas, com cobertura por sobrevivência, cuja principal característica é ausência de rentabilidade mínima garantida durante a fase de acumulação dos recursos, sendo a rentabilidade da provisão idêntica à rentabilidade do fundo em que os recursos estão aplicados.

no período de acumulação de planos com cobertura por sobrevivência¹⁴ – também experimentou expressivo incremento, como se pode deprender dos números constantes no Gráfico 5 a seguir, onde se demonstra como cresceu, no período, o saldo das provisões matemáticas¹⁵.

Gráfico 5 – Evolução das provisões matemáticas da previdência complementar aberta – 2002 a 2008



O Brasil, de acordo com dados obtidos na OCDE, representava em 2005 o oitavo maior sistema de previdência complementar fechada no mundo. Acompanhando a tendência

¹⁴ Cobertura por sobrevivência – A que garante pagamento de benefício pela sobrevivência do participante ao período de diferimento contratado.

¹⁵ Provisão matemática – A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder abrange os compromissos assumidos pela entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada conforme a metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponde ao valor atual dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada conforme a metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

internacional, o crescimento do número de planos de contribuição definida¹⁶, CD, foi de 55,21% nos últimos cinco anos, e o crescimento dos planos de benefício definido¹⁷, BD, foi inferior a 10% no mesmo período.

O segmento de previdência complementar no país tem crescido, principalmente, por meio da constituição de novos planos de benefícios, que são administrados por fundos de pensão já existentes, configurando crescimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) multiplano e multipatrocínio, caracterizadas na Lei Complementar nº 109, de 2001.

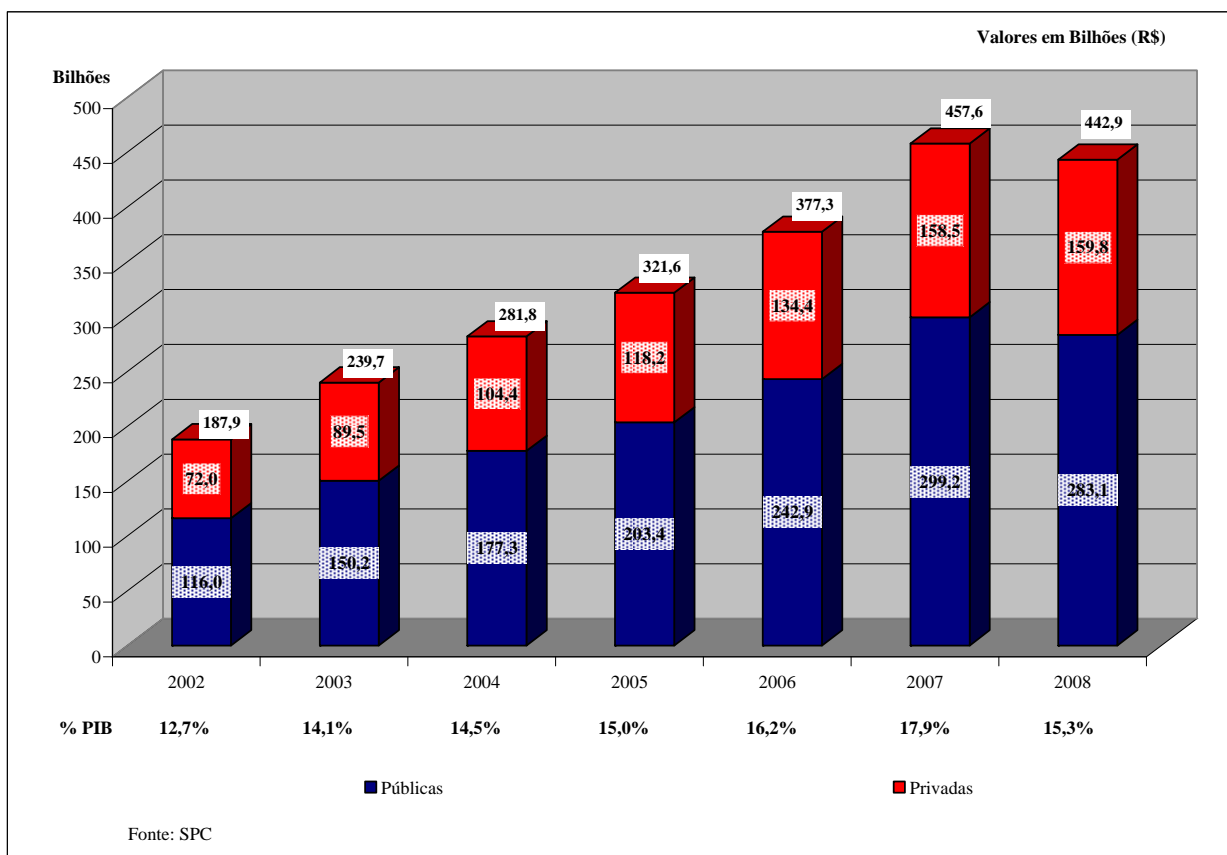
Atualmente, o segmento de previdência complementar fechado é constituído principalmente por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) classificadas como privadas (78% do total de EFPC), bem como possui 87% de patrocinadores privados.

Percebe-se incremento nos recursos garantidores acumulados pelas EFPC. Esse aumento é resultado, principalmente, do bom desempenho do mercado financeiro brasileiro nos últimos anos, com destaque para os segmentos de aplicação de renda variável e das elevadas taxas de juros pagas pelos títulos públicos federais no segmento de renda fixa, aliado a boa governança nos fundos de pensão.

¹⁶ Planos de contribuição definida são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, mesmo na fase de percepção de benefícios.

¹⁷ Plano de benefício definido é aquele cujos benefícios programados têm valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por cálculo atuarial, de forma que se assegure sua concessão e manutenção.

Gráfico 6 – Evolução do valor total de ativo das EFPC no Brasil – 2002 a 2008



Em que pese o número de entidades privadas atualmente ser superior ao das públicas, o valor total do ativo das públicas cresceu 89% nos últimos cinco anos, e o das privadas aumentou 79% no mesmo período, como pode ser verificado no gráfico acima. Em relação ao número de participantes dos planos previdenciários das EFPC, constata-se que houve aumento no número de participantes ativos (17%), maior que o aumento no número de participantes assistidos (10%) e no de pensionistas (11%).

2.6.2. Desafios para a educação financeira

A previdência no Brasil possui grande potencial para aumento de cobertura, seja no RGPS, seja no Regime de Previdência Complementar aberto ou fechado. O grau de educação

financeira apresenta grande implicação para o bom funcionamento do sistema de previdência, já que os indivíduos precisam manter-se no sistema, contribuindo ao longo de sua vida, para obter benefício depois de 20 ou 30 anos.

De acordo com dados da PNAD 2007, observa-se continuação da tendência do envelhecimento da população. Entre aqueles com 40 anos ou mais, foi observada taxa de crescimento positiva – percentual de 4,2% –, e, na população mais jovem, de 0 a 14 anos, houve redução de 0,7% do contingente em comparação com os dados de 2006.

A mudança demográfica, proveniente da redução da mortalidade, principalmente para as populações em que as pessoas têm idade mais avançada, causará aumento na pressão sobre os orçamentos governamentais devido à predominância dos regimes de caixa nos sistemas de seguridade social, sendo provável que os cidadãos individualmente tenham de financiar uma parcela cada vez maior de sua aposentadoria.

O exercício pleno da cidadania exige preparação da população para entendimento adequado da questão previdenciária, tanto no seu contexto mais amplo, de interesse da economia do país, quanto naquele mais próximo, de interesse imediato, que trata dos direitos, deveres e planejamento individual dos cidadãos.

O escopo do projeto educacional deve ser estabelecido mediante segmentação do público-alvo, priorizando objetivos a serem progressivamente atingidos, à medida que se progrida na escala socioeconômica: os direitos do cidadão atendidos pela previdência social oficial, a proteção à população de baixa renda, a inserção do pequeno poupador no mercado financeiro e, finalmente, sua preparação para entendimento das questões que a previdência complementar contempla, tais como produtos financeiros e critérios para sua escolha e avaliação.

Em relação ao regime geral, o Brasil deve se preocupar em divulgar as formas de inscrição e contribuição para a previdência, bem como seus benefícios, de modo que se incentive que os desprotegidos venham obter cobertura previdenciária. Entre os fatores que ensejam ações

de educação previdenciária no setor de previdência privada, destacam-se: carência da cultura de poupança de longo prazo; envelhecimento da população; complexidade e especificidade dos termos e conceitos relacionados ao setor; e tendência na migração dos planos de aposentadoria da modalidade de benefício definido para os planos de benefícios nas modalidades de contribuição definida e mista. Nessas modalidades, exige-se dos participantes maior número de decisão, em que se contempla o nível de contribuição que será vertida ao plano ao longo dos anos, a idade de entrada em aposentadoria e a modalidade de recebimento da aposentadoria, se em parcela única, por período de tempo ou percentual do saldo de conta.

No âmbito da previdência complementar, devem ser envidados esforços para que aqueles que percebem remuneração superior ao valor do teto do Regime Geral – segundo a PNAD 2006, são mais de 10 milhões de pessoas –, planejem sua aposentadoria, de modo que possam manter seu padrão de rendimentos mesmo depois de se aposentarem.

2.7. Seguros

A busca por melhores condições de vida envolve, entre outros fatores, a constituição de patrimônio e de renda familiar, que geralmente são acumulados em anos de trabalho, mas que podem ser perdidos, de uma hora para outra, em virtude da exposição a riscos. A necessidade de proteção contra o perigo, a incerteza quanto ao futuro e a possibilidade de perda dos bens ou da receita da família e do indivíduo levam as pessoas a buscar, no mercado de seguros, formas de proteção.

No Brasil, a estabilização do valor de compra da moeda, no final da década de 90, e a significativa expansão dos programas governamentais de combate à pobreza absoluta, na década atual, tem acarretado inclusão econômica e social de ponderáveis parcelas da população. Em decorrência desse processo de crescimento econômico continuado, mais e mais pessoas têm

aumento em seus rendimentos, com acesso às modalidades de crédito e expansão de seu patrimônio.

Nesse contexto, em que a renda se amplia e apresenta perfil de distribuição mais equânime, a possibilidade de preservação do patrimônio formado, a manutenção do fluxo de renda após o fim da atividade laboral e o recebimento de valor compensatório para o caso de morte ou invalidez permanente dos membros do grupo familiar são questões que passam a se tornar cada vez mais relevantes para o cidadão no processo de tomada de decisões no campo financeiro. Esse cenário contribui para aumento dos consumidores de produtos do mercado de seguros. Para que esses indivíduos possam fazer escolhas adequadas e se proteger dos riscos e infortúnios a que estão expostos, torna-se cada vez mais relevante o papel da educação financeira da população.

O SNSP tem como órgão normatizador de suas atividades o CNSP, e como órgão supervisor e fiscalizador a Susep, ambos situados na esfera de competência do Ministério da Fazenda. Além dos órgãos citados, compõem esse sistema as sociedades autorizadas a operar em seguros privados, os resseguradores¹⁸ e os corretores habilitados.

O funcionamento das sociedades seguradoras e resseguradoras está sujeito a prévia autorização governamental e o desenvolvimento de suas operações se baseia no cumprimento de várias disposições legais e regulamentares, entre elas, regras de prudência destinadas a manter a higidez econômico-financeira, protegendo os interesses dos consumidores.

O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o agente legalmente habilitado para intermediar as relações entre o segurado e a seguradora. O corretor exerce papel importante nas relações mantidas entre os contratantes. Compete a ele prover toda a assistência ao segurado, antes e durante a vigência da apólice, prestando-lhe as informações solicitadas.

¹⁸ *Ressegurador* é aquele que aceita ou assume, em resseguro, o risco de seguro de um segurador ou de outra companhia de resseguros.

No caso de apólices coletivas, por exemplo, as de seguro de vida em grupo, as de acidentes pessoais e as de incêndio em condomínio, a negociação é feita entre o corretor de seguros e o representante dos segurados (estipulante), os quais apresentam vínculo entre si – empresa, categoria profissional, condomínio ou outra forma. Nesses casos, cabe ao estipulante fazer interlocução entre o segurado e o corretor, e a este, a relação com a seguradora.

Dispondo de informações adequadas e confiáveis a respeito dos papéis desempenhados pelos vários agentes do mercado de seguros, o consumidor terá acesso à estrutura em que encontram-se inseridas as operações de seguros, podendo conhecer claramente seus direitos e deveres.

O Código Civil segmentou o mercado de seguros em seguros de danos e seguros de pessoas. No segmento de danos são oferecidas modalidades de coberturas específicas que podem atender às diversas necessidades de proteção. Ao adquirir uma residência, o seguro habitacional preserva as condições de solvência do financiador e a manutenção da residência familiar na ocorrência de eventuais infortúnios do mutuário; ao comprar um bem de consumo durável, além do seguro vinculado ao financiamento da aquisição, existe o seguro de garantia estendida, que possibilita mais tempo de proteção contra eventuais defeitos; para automóveis, há o seguro contra roubo ou outros danos ao veículo e o seguro contra danos causados a terceiros.

Entre os planos de seguros de pessoas com cobertura por risco, há o seguro funeral, o de acidentes pessoais, o seguro educacional, o seguro viagem, o seguro prestamista, o seguro de diária por internação hospitalar, o seguro desemprego (perda de renda), o seguro de diária de incapacidade temporária e o seguro de perda de certificado de habilitação de vôo.

Nos planos de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência (VGBL/VAGP/VRGP), o segurado pode optar pelo recebimento de renda mensal, que é calculada com base na poupança acumulada por ele. Esses produtos funcionam de modo

semelhante aos planos de previdência complementar, havendo diferença apenas no tratamento tributário e, conseqüentemente, no público-alvo.

No Brasil, as classes menos favorecidas estão mais expostas a riscos em razão da natureza de suas atividades e do ambiente em que vivem. Embora enfrentem riscos múltiplos, essas pessoas têm pouquíssima familiaridade com o seguro formal, desconhecendo a proteção que lhes pode ser oferecida. Como opção, há o microsseguro, que se encontra na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social, incorporando elementos de ambos. O microsseguro não é um ramo ou modalidade específica de seguro, porém tem como público-alvo específico a população de baixa renda.

Com o objetivo de implementar ações para incentivar o acesso dessa faixa da população ao mecanismo formal de proteção à vida e ao patrimônio, o CNSP, em abril de 2008, instituiu a Comissão Consultiva de Microseguros. Nessa linha, a Susep, a partir de junho de 2008, constituiu um grupo de trabalho cuja finalidade é apresentar estudos relativos aos aspectos técnicos, legais e operacionais, visando o desenvolvimento do microsseguro no país.

A grande diversidade de produtos e coberturas oferecidas no mercado de seguro corrobora a importância da implementação de ações específicas e continuadas de educação financeira, buscando nivelar conhecimentos e informações nesse mercado.

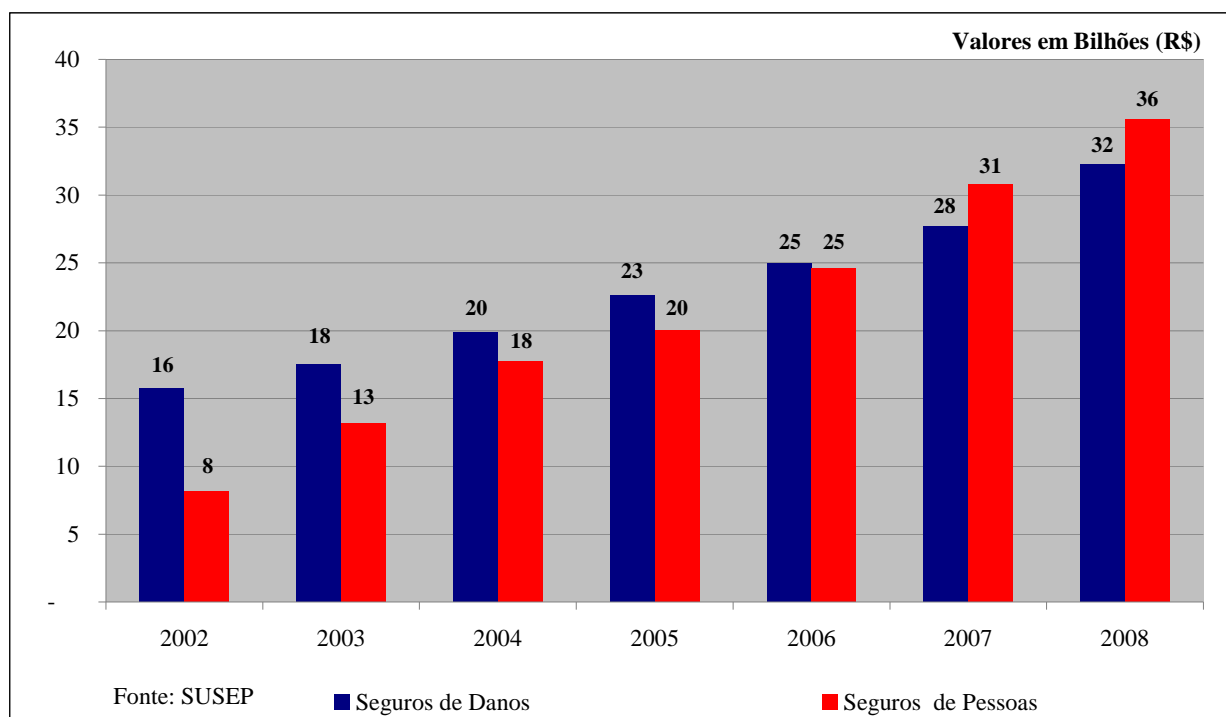
2.7.1. Cenário

Em linhas gerais, o mercado segurador brasileiro constitui-se em setor de atividade, que, em 2008, mobilizou arrecadação que ultrapassou R\$67 bilhões em prêmios¹⁹ diretos, o que representou cerca de 2,3% do PIB nacional.

¹⁹ *Prêmio* é a soma em dinheiro, paga pelo segurado ao segurador, para que este assuma a responsabilidade de determinado risco.

Nos últimos anos, em ambiente de estabilidade econômica, o mercado de seguros apresenta consistência em seu crescimento. Registrou crescimento acumulado de 184%, entre 2002 e 2008, como resultado da forte expansão do segmento de seguros de pessoas e do bom desempenho nos seguros de danos, conforme se mostra no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 - Evolução da participação dos segmentos de danos e de pessoas no mercado de seguros



Quanto ao volume de prêmios arrecadados, considerando-se ainda o período comparativo de 2002 a 2008, destacou-se o desempenho do ramo de automóveis, com aproximadamente 15 bilhões de prêmios arrecadados em 2008 e crescimento acumulado de 86%. O ramo patrimonial, ao crescer 132%, manteve a segunda maior participação no segmento de seguros de danos. Já o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) manteve-se em terceiro lugar no segmento, registrando crescimento acumulado de 233%.

O segmento de seguro de pessoas, que compreende as coberturas de risco e as coberturas por sobrevivência, tem experimentado razoável expansão em suas atividades. O volume de prêmios arrecadados nas coberturas de risco em 2003 foi de R\$6,14 bilhões, passando para R\$12,01 bilhões em 2008. Verifica-se também rápido crescimento na arrecadação de prêmios nas coberturas por sobrevivência (VGBL). O volume de prêmios arrecadados em 2003 foi de R\$7,04 bilhões, passando para R\$23,53 bilhões em 2008.

2.7.2. Desafios para a educação financeira

O seguro tem uma peculiaridade que o diferencia dos demais produtos financeiros disponíveis no mercado. Ao se adquirir um seguro, o objetivo principal é garantir a proteção aos riscos a que se está exposto. Verifica-se no Brasil a existência de não segurados, que deixam de proteger sua vida ou seu patrimônio, e de segurados que ainda não conhecem bem os produtos que adquirem. Isto pode ser explicado pelo alto grau de desconhecimento da terminologia técnica utilizada nesse segmento e de conceitos básicos, como risco e mutualismo.

A educação financeira tem, então, importante papel para esse segmento do mercado, porque pode apresentar o seguro como ferramenta de proteção econômico-social para as famílias e propiciar o aumento na compreensão, não somente a respeito dos produtos, mas também dos direitos e obrigações dos segurados. Além disso, pode se tornar elemento constitutivo da boa prática regulatória, atenuando a assimetria de informações, que caracteriza as relações comerciais entre sociedades seguradoras, corretores e segurados.

Os graus de conhecimento sobre seguros são diferentes nas várias camadas da população e podem variar de acordo com a idade, a formação acadêmica, a profissão e a renda. Assim, um programa de educação financeira em seguros deve adaptar-se, de modo que se ajuste adequadamente aos diferentes públicos-alvo, além de abordar permanentemente, entre outros, os tópicos citados no anexo Programas Setoriais deste documento.

Os corretores, por já desempenharem funções de orientadores dos seus clientes, devem ser objeto de ações específicas de educação financeira, podendo atuar como multiplicadores.

O grande desafio da educação financeira em seguros será proporcionar à população melhor compreensão sobre as operações de seguro, lidando, ao mesmo tempo, com a grande diversidade de agentes atuantes nesse mercado, com a complexidade e as especificidades dos produtos comercializados e com a crescente demanda por novas coberturas.

2.8. Capitalização

A capitalização é uma modalidade de operação financeira que se desenvolveu de modo particular no Brasil. Os consumidores são atraídos para esse mercado devido a participação em sorteios, com possibilidade de premiações variadas. A operação clássica consiste na compra de título, com pagamento único ou periódico, correspondente a um capital inicial. Apartados os montantes destinados ao custeio do sorteio e do carregamento, o restante será objeto de aplicação financeira, sendo admitidos resgates parciais de acordo com condições estipuladas. Durante o período de vigência do título, seu titular tem o direito de concorrer a um ou a mais sorteios, conforme definido nas condições do título, participando de um fundo comum, formado pela quota de sorteio da série.

Tanto a quota de capitalização, quanto a quota de sorteio são aplicadas em ativos financeiros, e os direitos inerentes ao título são inteiramente cobertos por ativos garantidores.

Os títulos de capitalização, cujos prazos de vigência não poderão ser inferiores a doze meses, podem ser de três tipos: Pagamento Único (PU), que prevê a realização de único pagamento; Pagamentos Mensais (PM), que prevê a realização de um pagamento a cada mês de

vigência; e Pagamentos Periódicos (PP), no qual não há correspondência entre o número de pagamentos e o número de meses de vigência, sendo previsto mais de um pagamento.

O valor do título de capitalização é composto de três parcelas: a quota de carregamento, que custeia as despesas e o lucro do emitente, uma sociedade de capitalização; a quota de capitalização, que será objeto de aplicação financeira; e a quota de sorteio, que propicia realização dos sorteios previstos nas condições do título, no período de vigência.

A Susep reconhece quatro modalidades de operação de capitalização: a tradicional, na qual se devolve, no mínimo, 100% do valor total dos pagamentos efetuados; a de compra programada, similar à tradicional, porém faculta-se o recebimento de um bem ou serviço, informado na ficha de cadastro; a popular, na qual não há devolução integral dos valores pagos, e o consumidor compra o título para participar dos sorteios; e a de incentivo, semelhante à popular, porém o título, ou o direito ao sorteio é recebido gratuitamente quando o consumidor adquire algum produto ou serviço.

O Sistema Nacional de Capitalização é formado pelo CNSP, pela Susep, pelas sociedades autorizadas a operar nesse segmento e pelos corretores de capitalização. De acordo com as resoluções emanadas do CNSP, a Susep tem as atribuições de normatizar, fiscalizar e supervisionar as operações desse mercado.

2.8.1. Cenário

O mercado de títulos de capitalização, atualmente operado por doze sociedades, demonstra crescimento nos últimos anos. De 2003 e 2008, verificou-se aumento de, aproximadamente, 57% no faturamento desse mercado. Entre os fatores que têm contribuído para esse crescimento, citam-se estabilidade econômica, multiplicidade dos canais de distribuição, campanhas de *marketing* e capacidade de inovação financeira dos operadores. Em 2003 as receitas perfaziam o total de R\$5,71 milhões e, em 2008, o total foi de R\$8,99 milhões.

O volume de provisões gerado pela colocação de títulos de capitalização é indicador de seu papel na composição da poupança financeira nacional. Em 2003, o total de provisões foi de R\$8,22 milhões, e, em 2008, o total foi de R\$ 13,45 milhões.

2.8.2. Desafios para a educação financeira

Pesquisa qualitativa realizada pelo Instituto Data Popular, em 2008, com o objetivo de conhecer o grau de educação financeira da população brasileira, revelou a noção equivocada, por parte dos consumidores, de que os títulos de capitalização rendem mais que a poupança, constatando-se que o sorteio aumenta a percepção de rendimento. Na pesquisa quantitativa, em base de 575 respostas (base dos entrevistados que investem o dinheiro), 4% dos entrevistados responderam que investem seu dinheiro em títulos de capitalização.

Sabendo-se que a rentabilidade dos títulos de capitalização difere da rentabilidade de produtos de investimentos financeiros como CDB, fundos de investimento ou mesmo a tradicional poupança, é importante garantir que os consumidores tenham pleno acesso às informações relativas às formas de devolução do capital investido, a fim de que estejam habilitados a fazer escolhas conscientes dos custos e benefícios envolvidos na operação. Para aquisição de um título de capitalização, é importante que o consumidor detenha todas as informações necessárias a respeito desse produto.

A Educação Financeira em Capitalização tem, então, o grande desafio de levar, à população, informações, as mais completas e isentas possíveis, sobre esses produtos, livres dos apelos característicos das campanhas publicitárias. Deve abordar, permanentemente, os tópicos listados no anexo Programas Setoriais deste documento, sem prejuízo de outros que venham a surgir com a dinâmica própria das operações do mercado de capitalização.

2.9. Proteção e defesa do consumidor

O mercado de serviços financeiros, caracterizado pela variedade e complexidade de instrumentos, impõe inúmeros desafios para proteção e defesa dos consumidores. A oferta desses serviços ampliou-se significativamente, em razão da globalização, da inovação financeira, dos avanços tecnológicos, dos novos canais de distribuição eletrônica e da integração dos mercados. Assim, os consumidores passam a ter a seu alcance novos e complexos instrumentos financeiros, o que implica grande diversidade de custos, riscos, rendimentos e prazos de vencimento. Isso dificulta sua compreensão sobre as características desses serviços e pode acarretar escolhas equivocadas do consumidor quanto aos que melhor se ajustam a suas necessidades e a seus interesses econômicos. Essa complexidade reflete-se, igualmente, no esquema contratual. Isso porque o consumidor, acostumado ao clássico contrato de compra e venda, vê-se imerso em relação trilateral de negócios conexos, como será comentado adiante.

Nesse contexto de desinformação sobre os reais custos e riscos das operações financeiras, pode haver expectativas inadequadas dos consumidores acerca desses produtos, gerando efeitos indesejáveis na economia familiar e nacional. Muitos consumidores não têm conhecimento ou não têm compreensão adequada sobre a natureza do compromisso ou dos riscos que assumem ao contratar um serviço financeiro. Ademais, eles desconhecem não apenas a operação financeira, mas também seus direitos em relação aos serviços a serem contratados.

Mesmo quando o consumidor conhece seus direitos, há altos custos de transação para que ele busque o exercício desses direitos. Entre esses custos, citam-se os de contratação de advogados, custas processuais ou simplesmente o tempo gasto para tentativa de resolução dos problemas. Isso gera desestímulo para busca do acesso à justiça e explica por que o índice de reclamações é menor do que o número real de consumidores lesados no mercado de consumo.

Os consumidores de baixa renda são ainda mais fragilizados, tendo em vista que a necessidade financeira pode levá-los a contratar crédito em condições bastante desfavoráveis, com altas taxas de juros. Assim, a probabilidade de endividamento é maior, e a possibilidade de pagamento das dívidas pode se tornar remota. Considera-se que essa parcela da população, além de vulnerável, é também hipossuficiente, por possuir características específicas que aumentam a fragilidade.

A vulnerabilidade do consumidor de serviços financeiros caracteriza-se também pela agressividade da forma como esses serviços são ofertados aos consumidores, uma vez que a publicidade é veiculada de modo que induza o consumidor a erro, mascarando os custos reais daquela operação e levando o consumidor a adquirir o crédito sem reflexão sobre os seus efeitos. Nesse sentido, agrava-se a situação do consumidor, que já não possui informações suficientes sobre a complexidade das operações financeiras, desequilibrando mais essa relação.

2.9.1. Cenário

Entre os diversos serviços financeiros, o crédito é um dos mais utilizados pelos consumidores. Nas duas últimas décadas do século XX, houve enorme expansão do crédito para o consumo, nas diferentes formas, como a hipoteca, o crédito pessoal, o *leasing*, entre outros.²⁰ Essa modalidade de crédito constitui o empréstimo destinado ao consumidor final para aquisição de bens de consumo ou fornecimento de serviços, isto é, destinado a suas necessidades pessoais ou familiares.

O endividamento decorrente do crédito tornou-se tão comum na sociedade de consumo, que se chegou a denominá-la de “sociedade do endividamento”²¹. O consumo de bens

²⁰ RAMSAY, Iain. *Consumer Protection. Text and Materials*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1989, p. 310.

²¹ MARQUES, Cláudia Lima. *Sugestões para Uma Lei sobre o Tratamento de Pessoas Físicas em Contratos de Crédito ao Consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul*. In: **Revista**

e serviços, essenciais ou não, passou a ser acompanhado, quase sempre, de uma operação de crédito, alterando o antigo paradigma de produto/preço e compra/venda pelo paradigma produto/crédito e compra e venda financiada²².

Assim, o esquema contratual clássico bilateral é substituído por relação trilateral de negócios conexos, sem que o consumidor tenha conhecimento da complexidade dessas operações de crédito. O consumidor passa a desempenhar inúmeros papéis, de comprador, investidor e depositante, ainda que não tenha conhecimento dos riscos que assume.

Ainda que o crédito constitua ferramenta fundamental para desenvolvimento das modernas economias de mercado, ele pode acarretar consequências desfavoráveis para o consumidor e para o mercado, caso sua concessão seja realizada de modo inadequado.

É fundamental compreender e interpretar os serviços financeiros sob a perspectiva dos princípios do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, especialmente no que tange ao princípio da vulnerabilidade do consumidor. Os serviços financeiros, assim como os demais serviços remunerados, prestados de maneira habitual no mercado de consumo, estão sujeitos à aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme prescreve seu art. 3º, § 2º²³. Esse entendimento foi consolidado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2.591 pelo Supremo Tribunal Federal.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – foi promulgado por necessidade de regulação do mercado, visando equilibrar a relação entre fornecedores e consumidores, por meio do estabelecimento de um regime civil diferenciado para as relações de consumo. Com o amplo debate ocorrido no período de redemocratização, o fundamento para aprovação do código ficou estabelecido na Constituição

de Direito do Consumidor. Ano 14, julho-setembro de 2005, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 11.

²² WEINGARTEN, Celia. *Negocios Financiados y Endeudamiento del Consumidor*. In: **Revista de Direito do Consumidor**. Ano 16, n. 64, outubro-dezembro de 2007, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 204.

²³ Art. 3º, §2º “Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.”

Federal de 1988, que, em seu Ato das Disposições Transitórias, art. 48, determinou que o código seria elaborado no período de 120 dias após a promulgação da Constituição. Ademais, a Constituição identificou o consumidor como sujeito de direitos a ser protegido de forma especial pela ação estatal, ao estabelecer o direito fundamental positivo de que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” (art. 5º, XXXII). A Carta fundamental previu também a defesa do consumidor como um dos princípios da ordem econômica livre e justa (art. 170, V).

O código estabelece regime de proteção integral do consumidor, por meio da Política Nacional de Relações de Consumo, pautada no atendimento das necessidades dos cidadãos, na proteção de sua dignidade, na defesa de seus interesses econômicos, na melhoria da sua qualidade de vida, bem como na harmonia e na transparência das relações de consumo (art. 4º, caput).

Ademais, o código estabelece princípios fundamentais, que devem nortear as ações de todos os sujeitos das relações de consumo, tais como reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, I), garantia de serviços e produtos com padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho (art. 4º, II, d), educação de consumidores e fornecedores sobre seus direitos e deveres (art. 4º, IV) e incentivo à adoção de meios eficientes de solução de conflitos (art. 4º, V). Pode-se citar também os importantes direitos básicos previstos no código, como proteção da vida, da saúde e da segurança (art. 6º, I), educação e divulgação sobre consumo adequado dos produtos e serviços (art. 6º, II), proteção contra práticas abusivas (art. 6º, IV), efetiva prevenção e reparação de danos morais (art. 6º, VI), bem como o acesso aos órgãos judiciários e administrativos para efetividade de seus direitos (art. 6º, VII).

O princípio da vulnerabilidade é um dos mais relevantes entre os consagrados pelo código, pois consiste no reconhecimento do estado de risco e da fragilidade dos direitos do sujeito inserido no mercado de consumo. Esse reconhecimento é que torna o Código de Proteção

e Defesa do Consumidor dotado de força para estabelecer regime diferenciado para reequilibrar os poderes na relação de consumo.

Se, por um lado, os serviços financeiros constituem instrumento fundamental para desenvolvimento das modernas economias de mercado, por outro, eles podem acarretar consequências severas para o consumidor e para o mercado, quando são massivamente ofertados a consumidores sem informação sobre sua complexidade e seus riscos. Um desses efeitos é o superendividamento, que consiste na impossibilidade global de o devedor, pessoa física de boa-fé, pagar todas as dívidas atuais e futuras²⁴. Trata-se da “situação em que o devedor se vê impossibilitado, de forma durável ou estrutural, de pagar o conjunto das suas dívidas, ou mesmo quando existe uma ameaça séria de que não o possa fazer no momento em que elas se tornem exigíveis”²⁵. Esse fenômeno não se refere a problema individual, nem de responsabilidade única e exclusiva do consumidor, mas de fenômeno social, de responsabilidade coletiva.

O superendividamento ocorre tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento. Pode ser ativo, causado por má administração do orçamento familiar, ou passivo, causado por ocorrência negativa inesperada. O superendividamento ativo ocorre quando o consumidor contribui para a impossibilidade de adimplência, isto é, quando é proveniente de grande acumulação de dívidas, adquiridas de boa-fé, no intuito de conservar determinado padrão de vida. Já o superendividamento passivo decorre de fatos supervenientes na vida de uma pessoa – desemprego, redução salarial, divórcio e outros –, diminuindo sua renda de forma brutal, o que ocasiona incapacidade de quitar as dívidas vencidas ou vincendas. Ressalta-se que, em ambos os

²⁴ MARQUES, Cláudia Lima. *Sugestões para Uma Lei sobre o Tratamento de Pessoas Físicas em Contratos de Crédito ao Consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul*. In: **Revista de Direito do Consumidor**. Ano 14, julho-setembro de 2005, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005,

²⁵ LEITÃO MARQUES, Maria Manuel *et al.* **O endividamento dos consumidores**. Lisboa: Almedina, 2000. p. 2.

casos, o devedor normalmente age de boa-fé ao contrair obrigações, que, em seu conjunto, não podem ser quitadas²⁶.

O superendividamento costuma agravar-se por instabilidade econômica, inflação e elevadas taxas de juros, bem como por massificação do acesso ao crédito, privatização dos serviços públicos e publicidade agressiva do crédito popular.

2.9.2. Desafios para a educação financeira

O superendividamento, além de ser grave problema social, é prejudicial ao mercado, por simbolizar a morte do *homo economicus*, retirando o consumidor do mercado, diminuindo seu poder de compra e impedindo-o de realizar novos investimentos. Além disso, o superendividamento pode aumentar os custos do crédito e causar perda de confiança no mercado.

A complexidade desse fenômeno exige que a sociedade e o direito provejam respostas justas e efetivas para sua solução. As respostas podem ser elaboradas sob a perspectiva *ex ante* (preventiva) e *ex post* (resolutiva). Quanto ao aspecto preventivo, a educação financeira destaca-se como eficaz mecanismo de redução da vulnerabilidade do consumidor, que torna possível prevenir as consequências negativas da má utilização dos serviços financeiros e do superendividamento. A Educação Financeira constitui instrumento que pode contribuir, de forma significativa, para que os cidadãos ajustem suas decisões de investimento e de consumo de produtos financeiros ao seu perfil de risco, às suas necessidades e às suas expectativas.

Esse processo de educação deve propiciar aos cidadãos aquisição de dois tipos de conhecimento fundamentais: i) sobre funcionamento, objetivos e riscos dos produtos financeiros; e ii) sobre seus direitos na qualidade de consumidores de produtos financeiros, para que possam

²⁶ MARQUES, Cláudia Lima. *Sugestões para Uma Lei sobre o Tratamento de Pessoas Físicas em Contratos de Crédito ao Consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul*. In: **Revista de Direito do Consumidor**. Ano 14, julho-setembro de 2005, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005,

exercer esses direitos e cobrar seu cumprimento. Com essas medidas educativas, é possível reforçar até outras medidas governamentais voltadas para proteção dos consumidores, como a regulação e a fiscalização do mercado.

Tendo em vista que quase toda a população, independente de idade, formação e renda, encarrega-se da gestão pessoal de seus recursos, o processo de educação financeira deve alcançar todos os cidadãos. Para ampliar a eficácia dessa intervenção, é possível empreender ações educativas específicas para cada segmento populacional, atendendo a seu grau de formação e de acesso aos serviços financeiros. Geralmente, os cidadãos acreditam deter mais conhecimentos sobre finanças do que realmente possuem, fato bastante relevante, tendo em vista que a população somente poderá extrair os benefícios da educação financeira se estiver consciente da necessidade de aumentar seu conhecimento sobre o tema.

Em um modelo de mercado ideal, os contratos seriam formados de modo que se assegurasse o equilíbrio entre as partes, o consumidor teria plena consciência dos termos e dos custos do contrato, e não existiria pressão ou prática abusiva na concessão de crédito. Entretanto, o que se percebe na prática é um mercado repleto de assimetrias, em que o poder e o profissionalismo da instituição que oferece o serviço financeiro se sobrepõem à vulnerabilidade do consumidor, que visa adquirir produtos ou serviços financeiros.

Para harmonia das relações de consumo, é importante o estabelecimento de política global e integrada de educação financeira, que conte com a perspectiva e a participação do consumidor. Afinal, o processo de educação consiste em construção conjunta e compartilhamento de conceitos, o que ocorrerá se houver participação ativa do seu beneficiário, o consumidor. Assim a Educação Financeira poderá servir como instrumento de cidadania, inclusão social, melhoria da vida do cidadão e promoção da estabilidade do sistema financeiro do país.

SEÇÃO 3 – PROPOSTA DE ATUAÇÃO

A proposta de atuação da Enef levou em conta a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, a extensão territorial do país, o tamanho da população, a diversidade cultural, as diferenças sociais, as características do sistema educacional brasileiro, a multiplicidade de temas vinculados à educação financeira, além da necessidade de se buscar a efetividade da estratégia em curto, médio e longo prazos, contemplando dois segmentos de público-alvo.

O primeiro, constituído por crianças e jovens, será atendido, principalmente, por programas a serem desenvolvidos nas escolas de ensino fundamental e médio, sob orientação do Ministério da Educação (MEC) e participação das Secretarias de Educação estaduais e municipais. A atuação detalhada na Seção 3.1 se constitui em ação de caráter amplo, sistemático e permanente, pois é na escola, desde a mais tenra idade, que se começa a formar o adulto, o cidadão de amanhã.

O segundo, constituído por adultos, corresponde a expressiva parcela da população brasileira, que apresenta carências significativas de informações financeiras de toda a ordem e em vários planos de complexidade. É nesse segmento que a efetiva realização da Enef se mostra premente, pois é o adulto quem trabalha, lida com dinheiro, consome, poupa e investe. A atuação com foco nesse público-alvo se encontra descrita na Seção 3.2.

Durante a elaboração da Enef, percebeu-se que seria inviável planejar e executar essa estratégia apenas com apoio dos órgãos que compõem o Coremec. Restou claro que o grau de articulação alcançado entre as diversas instâncias de governo e a iniciativa privada, destacando-se a cooperação entre os órgãos supervisores do sistema financeiro e os responsáveis pelas políticas públicas para a educação, deveria se conservar após lançamento da Enef, a fim de institucionalizar as parcerias que tornarão viável a redação da proposta de atuação e o estabelecimento da moldura em que se encaixarão novos parceiros, no futuro.

As necessidades de integração e coordenação de esforços indicam constituição de uma estrutura de governança de propósito específico, observadas as diretrizes, por se tratar de programa de Estado, de caráter permanente, que concilie a execução descentralizada com a gestão centralizada.

Para efetiva gestão e acompanhamento da implementação das ações da Enef, foi formulada uma estrutura de governança, que será apresentada na Seção 4. Nessa estrutura, está prevista a parceria com uma entidade coordenadora, que deverá centralizar as informações das ações da Enef, subsidiar as decisões de revisão da estratégia e organizar as ações que visam atingir os dois segmentos de público-alvo. Ressalta-se que a competência para definição das políticas regulatórias e dos programas de educação financeira de cada órgão regulador não se altera pela introdução da Enef.

A Enef compreende os programas e ações executados pela entidade coordenadora, por entidades públicas e privadas que aderirem a ela e pelos órgãos governamentais, conforme sua responsabilidade pela regulação e pela supervisão de cada mercado, financeiro, de capitais, de previdência complementar, de seguros e de capitalização.

Para identificar as ações integrantes da estratégia, será concedido selo de reconhecimento àquelas entidades que estiverem de acordo com suas diretrizes e objetivos. Apenas ações gratuitas, para o usuário final, poderão receber tal marca identificadora. Critérios para adesão são necessários para evitar que esforços de venda ou de recomendação de produtos sejam realizados ao abrigo da Enef. A perda das características que autorizaram a inserção da ação na Enef determinará a revogação do direito de uso do selo.

As ações da Enef não podem veicular informações ou orientações que colidam com as políticas regulatórias definidas pelas autoridades competentes de cada segmento. Portanto, para que uma ação receba e mantenha o selo Enef, deve ser coerente e compatível, também, com os princípios e as normas que orientam o respectivo mercado. O poder de veto, no

âmbito da Enef, deve ser assegurado aos órgãos do Coremec, quanto a proposições que veiculem informações incorretas, estimulem comportamentos do consumidor que sejam contrários aos objetivos das suas políticas regulatórias e de supervisão ou conflitem com iniciativas já consolidadas do respectivo órgão ou entidade reguladora.

O selo Enef poderá ser apostado no material didático ou de divulgação, em material impresso ou na internet. Acredita-se que a utilização de uma marca será uma forma de fomentar a participação de mais entidades públicas e privadas na execução e na disseminação da Enef.

Considerando a diretriz de execução descentralizada, a entidade coordenadora da Enef deverá firmar parcerias com órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, com entidades privadas, sindicatos, associações de classe e organizações da sociedade civil, de modo que as ações e materiais por ela elaborados possam ser aplicados por todos os interessados em disseminar a Educação Financeira.

A entidade coordenadora deverá se ocupar de ações que visem a alcançar os dois segmentos de público-alvo, algumas delas descritas nos parágrafos subsequentes.

Deve-se levar em conta que muitos programas de educação financeira já são realizados no Brasil. Com o objetivo de racionalizar esforços, reduzir custos e evitar duplicidade de ações, a entidade coordenadora ou os órgãos participantes devem buscar, nos programas já existentes, material, conteúdo e metodologias de sucesso, incentivando suas iniciativas e aproveitando-as em novos programas.

É imprescindível que as ações no âmbito da Enef tenham uniformidade quanto a conceitos, princípios e diretrizes.

Durante a elaboração da Enef, foi realizado o inventário nacional de ações gratuitas de Educação Financeira existentes no país. Será necessário avaliar detalhadamente cada uma das ações cadastradas no portal <www.vidaedinheiro.gov.br>, comentadas no documento anexo, objetivando selecionar aquelas que possam integrar a Enef.

Considerando-se o potencial da internet no processo de gestão e execução da Enef, será necessário que o portal mencionado seja transformado em portal de referência da estratégia, administrado permanentemente com esse enfoque, que incorpore, progressivamente, melhoramentos, conteúdos e referências a outros portais relacionados a educação financeira.

Visando à sensibilização e ao alcance do maior número de pessoas possível, deverão ser promovidas campanhas publicitárias. Essa ferramenta deve ser de uso regular, desenvolvida para divulgar a Enef, bem como para informar e orientar a população sobre temas considerados relevantes.

Para efetiva implementação da Enef, as ações serão custeadas com recursos públicos e privados. Quanto aos recursos públicos, os valores estarão alocados nos orçamentos das entidades integrantes do Coremec ou de outros órgãos públicos. Com referência aos recursos privados, a constituição da entidade coordenadora prevê participação da iniciativa privada tanto na manutenção de suas atividades quanto no financiamento de ações. Além disso, a entidade coordenadora poderá firmar parcerias com empresas e obter financiamento de organismos internacionais voltados para desenvolvimento de ações específicas.

A fim de acompanhar o desempenho das ações da Enef e o alcance de seus objetivos, deverá ser elaborado um sistema integrado de monitoramento e avaliação da Enef e das ações isoladamente. O processo contínuo e amplo de avaliação requer realização de avaliações diversas em momentos distintos.

O processo de avaliação deverá abordar, além da eficiência e da eficácia, a sua efetividade, pois é uma forma objetiva de se analisar se a ação produziu, de fato, alguma mudança duradoura de comportamento.

O controle e a avaliação ainda carecem de ferramentas e metodologias consolidadas, sendo, na verdade, preocupação dos vários países que desenvolvem estratégias nacionais ou mesmo ações específicas de educação financeira. Estão sendo feitos estudos pela

OCDE e pelo Banco Mundial, que devem ser considerados na construção do modelo de avaliação e acompanhamento dos programas de Educação Financeira realizados no âmbito da Enef.

A principal dificuldade para elaboração de metodologia de avaliação decorre do fato de que a efetividade da educação financeira somente é perceptível com mudança de comportamento ou atitude em relação ao uso do dinheiro e aos hábitos de consumo, que somente é mensurável em médio e longo prazo, por meio de efetivo e sistemático acompanhamento de grupos de controle.

Não obstante, deverá ser desenvolvido modelo de monitoramento e avaliação, com foco não só na implementação, como também nos resultados para cada uma das ações da Enef. Além disso, os programas devem ser formulados e implementados de forma que sejam passíveis de avaliação referente aos resultados, sempre que possível com base em dados experimentais.

Os seguintes itens devem ser considerados na elaboração da metodologia de avaliação:

- a) especificar claramente os resultados e objetivos a serem alcançados em curto, médio e longo prazo;
- b) selecionar indicadores de monitoramento e avaliação tanto de implementação como de resultados. Esses indicadores devem ser claros, medir adequadamente os resultados, estar disponíveis por custo razoável e ser passíveis de validação de forma independente;
- c) estabelecer uma linha de base, ou seja, medir o estágio dos indicadores antes da implementação da ação ou do programa;
- d) estabelecer datas para atendimento das metas e dos objetivos;

- e) coletar dados e calcular indicadores frequentemente, para avaliar se as metas estão sendo atingidas. Essas medidas devem ser estáveis no tempo e no espaço de modo que possam ser comparáveis;
- f) analisar os resultados para verificar se as metas e os objetivos estão sendo atingidos, checando até se os recursos estão sendo movimentados de forma eficiente;
- g) planejar ações de correção para que as metas e os objetivos sejam atingidos.

Deve ser realizada também, avaliação de impacto, que vise medir se a alteração nos indicadores tem realmente causa no projeto implementado. Grupos de controle podem fornecer dados que permitam concluir que os impactos estão sendo gerados pelo programa, e não por outros fatores externos.

A entidade coordenadora da Enef deverá basear-se em métodos bem-sucedidos de avaliação e modelos utilizados em outros programas de educação financeira do mundo, de modo que seja possível, no futuro, comparar a evolução da educação financeira no Brasil com a de programas de outros países.

Considerando que diversos países realizam pesquisas sobre o grau de educação financeira da população, e que diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, por meio da rede internacional de educação financeira, desenvolvem pesquisas para definir padrões que possibilitem comparação dessa variável, no âmbito internacional, a entidade gestora deverá acompanhar esses estudos e desenvolver metodologia adequada para mensuração do impacto da Enef na população. A pesquisa nacional realizada em 2008 deverá ser aproveitada e aperfeiçoada, a fim de traçar uma linha de base adequada e representativa de nossa sociedade.

3.1. Educação financeira nas escolas

Temos um fato: a educação financeira não é trabalhada na formação de crianças e jovens brasileiros, seja na escola, seja em casa. Um dos propósitos da Enef nas escolas, portanto, é educar crianças e adolescentes para lidar não só com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida e se preparar, de forma segura, para oscilações econômicas, independentemente de possuir pouco ou muito recurso financeiro para sua manutenção. Alguns possuem, por exemplo, telefones celulares desde pequenos, que, mesmo no caso dos pré-pagos, requerem controle e disciplina. Ainda assim, muitos gastam em excesso e sem necessidade. Outros exemplos são o crescente número de jovens endividados por adquirirem produtos com uso de crédito pessoal, que cobra juros altíssimos, e os produtos financeiros oferecidos aos adolescentes assim que ingressam no ensino superior, tais como contas bancárias e cartões de crédito. Enfim, os adolescentes do mundo contemporâneo têm mais acesso aos instrumentos financeiros do que seus pais possuíram e, por isso, necessitam adquirir competências mais complexas do que as demandadas para as gerações anteriores.

Há, no entanto, movimento global a favor da educação financeira. Segundo levantamentos realizados pela OCDE, alguns países já adotaram a educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas. O relatório *Financial Education Programmes in Schools: analysis of selected current programmes and literature*, elaborado pela OCDE, mostra que existe grande variedade de programas, muitos lançados recentemente, sendo a maioria inovadora e cuidadosamente concebida para que o público considere o tema estimulante.

A educação financeira requer estratégias que modifiquem hábitos arraigados. Mudanças de comportamento, geralmente, são conquistadas em longo prazo, por meio de educação efetiva. Portanto, as ações propostas a seguir buscam atingir esse objetivo, reforçando a necessidade de que a educação financeira seja trabalhada desde cedo.

3.1.1. Plano estratégico para inserção da educação financeira nas escolas

Para implementar a educação financeira nas escolas de maneira eficiente, efetiva, tecnicamente correta e pedagogicamente adequada, considerando o ordenamento aplicável aos diferentes sistemas de ensino (federal, estadual e municipal), houve necessidade de eleger os conceitos que deveriam ser selecionados, na perspectiva da capacidade da criança e do jovem de apreender um tema que, por natureza, é complexo. A forma de abordagem adquire especial relevância, bem como a conscientização coletiva (professores, educadores, diretores de escola, autoridades e entidades representativas do setor educacional) sobre a importância do tema, tanto quanto as informações, o conhecimento e as ferramentas que serão desenvolvidas.

Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, histórico do que foi realizado até apresentação deste documento, além de planejamento das ações para levar a educação financeira às escolas. Tais ações são apresentadas com a seguinte estrutura: ação, público-alvo e forma de atuação, sendo que um mesmo público poderá ser abordado em uma ou mais ações, com propósitos distintos. A sequência na qual as ações foram descritas neste documento não reflete, necessariamente, a ordem em que serão implementadas, e determinadas ações deverão ocorrer simultaneamente.

Diferentemente de algumas estratégias nacionais de educação financeira desenvolvidas por outros países, a Enef envolveu, em sua concepção, educadores, instituições públicas de ensino (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Cefet/RJ – e Colégio Pedro II) e entidades representativas do setor educacional (Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime) e financeiro, além dos órgãos integrantes do Coremec, tendo trabalhado em estreita colaboração com o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), principalmente, para pensar e construir a forma mais adequada para levar o tema às escolas.

O sistema educacional brasileiro, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases, confere autonomia aos estabelecimentos de ensino para elaborar e executar propostas pedagógicas, e aos docentes para elaborar e cumprir plano de trabalho de acordo com a proposta pedagógica definida pela escola, sempre respeitadas as normas comuns e do seu sistema de ensino. Segundo essa lei, cabe ao governo federal coordenar a política nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e executando função normativa, redistributiva e supletiva às demais instâncias educacionais.

Considerando a estrutura do sistema educacional, a autonomia das escolas e dos educadores nas definições de propostas pedagógicas, bem como o papel da União na coordenação da política nacional de educação, foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) para elaborar o documento que apresenta modelo conceitual para levar a Educação Financeira às escolas. O trabalho foi realizado sob orientação e supervisão do MEC. O documento Orientações para Educação Financeira nas Escolas, anexo, apresenta um conjunto de princípios que devem nortear as ações necessárias para se atingir situação futura desejada, tendo por objetivo formar para a cidadania. Para tanto, o GAP foi exposto a uma série de temas financeiros, que deram suporte ao seu desenvolvimento.

O documento propõe que o assunto seja tratado como tema relevante inserido nas diversas áreas de conhecimento. Além disso, essa abordagem permite que os conceitos de educação financeira sejam priorizados e contextualizados de acordo com a realidade local e regional, o que deve ser considerado, uma vez que se trata de um país com dimensões continentais como o Brasil, onde a pluralidade cultural é uma das principais características. Portanto, a principal característica do documento é a flexibilidade, para permitir sua adaptação aos contextos escolares.

A elaboração deste documento foi uma das tarefas mais importantes, pois hoje as escolas e os professores que tiverem interesse em abordar o tema já encontram subsídios para

incluí-lo em suas propostas político-pedagógicas. No entanto, para que a educação financeira nas escolas seja implementada de maneira uniforme e eficiente, e para que os resultados possam ser monitorados, foi desenvolvido um plano de ações que engloba formação de professores, apresentado a seguir. Neste plano, serão descritas ações que de fato colocarão a educação financeira em prática nas escolas, entre elas, a realização de um projeto piloto que envolverá, entre outros estabelecimentos de ensino, escolas que participam do Programa mais Educação, que é uma das metas do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC. Esse piloto possibilitará a percepção dos fatores críticos de sucesso da proposta, além de identificar pontos a serem aprimorados e de permitir expansão eficiente da educação financeira nas escolas.

Em 2009, pretende-se que sejam validadas as situações didáticas, o plano pedagógico e o plano de avaliação para o projeto piloto.

3.1.2. Plano de ação

a) Campanha para sensibilização dos públicos envolvidos com educação e com a comunidade escolar

Todos aqueles que estão envolvidos com a educação de crianças e adolescentes, sejam as escolas, sejam as comunidades no entorno das instituições de ensino, devem ser conscientizados sobre a importância da educação financeira e sobre os benefícios que pode trazer para melhoria de qualidade de vida. Para atender a esse fim e divulgar oficialmente a Enef, propõe-se o desenvolvimento de uma campanha de comunicação, que englobará ações direcionadas a toda a sociedade, Secretarias de Educação estaduais e municipais, educadores e estabelecimentos de ensino. Devido ao alcance que o tema deve ter, a campanha será nacional e fará uso das ações detalhadas a seguir.

Ação – Campanha publicitária de sensibilização.

Público – Sociedade, pais e educandos.

Forma de atuação – A campanha será realizada por intermédio de agência de publicidade, que auxiliará na definição do conceito, da mensagem, do tom da comunicação dirigida à sociedade, aos pais e aos educandos, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância da educação financeira.

Ação – Iniciativas de comunicação voltadas a profissionais da área de Educação.

Público – Educadores e gestores dos sistemas de ensino público, das escolas privadas, das associações e dos Conselhos de Educação.

Forma de atuação – A proposta da ação é levar a Enef ao conhecimento dos públicos envolvidos com educação, por meio de canais específicos.

Propõe-se participação anual em fóruns da Undime e do Consed, bem como em seminários, feiras e congressos voltados à educação, com possibilidade de explanação, em linhas gerais, sobre estrutura, organização, objetivos e resultados da Enef.

Devem ser veiculados anúncios em revistas voltadas para o segmento educacional, com os propósitos de divulgar a Enef e de indicar onde os interessados podem obter mais informações. Além dessas iniciativas, propõe-se elaborar e distribuir, por mala-direta e *e-mail marketing*, materiais informativos que explicarão a Enef em linhas gerais e terão como principal objetivo indicar os próximos passos a serem adotados pelas escolas que tiverem interesse em inserir a educação financeira em sua proposta pedagógica.

Histórico – A primeira ação realizada com esse objetivo foi o seminário Brasil: Educação Financeira na escola, que ocorreu em 23 de setembro de 2008, das 8h às 18h, no Edifício-Sede do Banco Central, em Brasília. O evento reuniu participantes do Coremec e de entidades que atuaram como membros auxiliares na construção da Enef, além de representantes de entidades internacionais que relataram suas experiências e expuseram as ações desenvolvidas para implementação da educação financeira nas escolas.

b) Formação de professores

Os professores serão multiplicadores dos conceitos de educação financeira para seus alunos. Portanto, para que possam transmitir adequadamente esses conceitos, é essencial que entendam a importância em controlar as finanças e que prevejam os resultados benéficos que essa atitude poderá trazer em curto, médio e longo prazo, tanto para o indivíduo como para a sociedade. Dessa forma, poderão estimular a abordagem do tema no ambiente escolar.

O documento elaborado pelo GAP propõe diálogo entre a educação financeira e as áreas de conhecimento, relacionando os conteúdos a serem abordados. No entanto, para que os conceitos cheguem aos professores, de forma que se haja segurança e coesão na elaboração de um plano de trabalho sobre a educação financeira, foram planejadas ações para formação de professores.

Ação – **Desenvolver recursos didáticos para capacitação à distância.**

Público – Profissionais da Educação Básica.

Forma de atuação – Serão distribuídos materiais e recursos didáticos na forma de *kits*, para auxiliar o entendimento e a disseminação dos conceitos de educação financeira.

O *kit* será composto por:

- curso de Educação Financeira, que abordará seus principais conceitos e que servirá como ferramenta de ensino e apoio e explicará aos professores como atitudes simples, adotadas corretamente no dia a dia, podem resultar em mudanças significativas na vida de um cidadão, bem como na sociedade na qual está inserido. Ao final do curso, o docente passará por avaliação e receberá certificado para enriquecer seu currículo;
- folheto que explicará a importância da educação financeira para pleno exercício da cidadania;
- documento estratégico produzido pelo GAP como subsídio para inserção da educação financeira nas escolas;
- orientações de como elaborar plano de trabalho sobre educação financeira, uma vez que cada professor desenvolverá os planos de acordo com as propostas pedagógicas definidas pelas instituições de ensino nas quais atuam.

Ação – **Instituir grupos tutoriais.**

Público – Profissionais da Educação Básica.

Forma de atuação – Serão constituídos grupos tutoriais, compostos por pedagogos e profissionais da área de Educação, que acompanharão todas as atividades realizadas para capacitação de professores. Os grupos deverão acompanhar a realização do curso pelos professores cadastrados, bem como os

processos de avaliação qualitativa e quantitativa. Os grupos serão responsáveis também pelo recebimento e pelas respostas de dúvidas sobre conceitos de educação financeira e pela forma de elaborar proposta pedagógica ou plano de trabalho para inserção da educação financeira na escola. Será avaliado o número de professores interessados por localidade, para se definir a quantidade de grupos, bem como a abrangência de cada um, que poderá ser municipal, intermunicipal, estadual, distrital, interestadual ou federal. Seguindo os mesmos critérios de demanda e tamanho das localidades, poderá ser constituído mais de um grupo por área de atuação. Para tornar viáveis os grupos tutoriais, deverão ser consideradas as redes existentes de formação a distância, como a Universidade Aberta do Brasil.

Ação – Constituir fórum virtual para troca de informações entre os profissionais da área de Educação e os grupos tutoriais.

Público – Profissionais da Educação Básica.

Forma de atuação – Para facilitar o contato entre os professores em processo de capacitação e os grupos tutoriais, deverá ser constituído fórum de discussão no portal na internet da Enef, <www.vidaedinheiro.gov.br>. A responsabilidade pelo acompanhamento do fórum será dos grupos tutoriais, que identificarão dúvidas frequentes, tópicos de melhoria, bem como colocarão em pauta, de forma periódica, novos temas para discussão. Além de promover troca de informações, o fórum será importante para avaliação dos materiais e cursos de capacitação desenvolvidos, do andamento dos processos de formação e de identificação dos pontos a serem aprimorados.

Ação – Incentivar a formação continuada de professores, abordando a temática da educação financeira.

Público – Profissionais da área de Educação.

Forma de atuação – Articulação com o MEC/Capes para implementação de cursos, por meio de programas existentes, que possibilitem aos profissionais da Educação desenvolver pesquisas que abordem a temática de educação financeira; articulação com as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por intermédio de seus fóruns, para propor inserção do tema educação financeira nos cursos de licenciatura, extensão, especialização e pós-graduação.

c) Ações de implementação

Além de haver plano sólido para formação de professores, para que a Enef traga os resultados esperados, é necessário prever ações de implementação bem estruturadas, com envolvimento do público-chave, que possibilitem suporte e acompanhamento constante nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal e identificação de pontos a serem aprimorados.

Ação – Instituir equipes de relacionamento

Público – Educadores, diretores de estabelecimentos de ensino e gestores das Secretarias estaduais e municipais.

Forma de atuação – As equipes serão responsáveis pelo relacionamento com os gestores de estabelecimentos de ensino e apoiarão, no que for necessário, na implementação da educação financeira, por exemplo, fornecendo indicação de como atender aos programas de formação de professores, auxiliando na

distribuição dos *kits* de capacitação, atendendo a possíveis dúvidas dos interessados acerca da implementação e divulgando as melhores práticas implementadas em cada localidade. As equipes de relacionamento serão o canal de comunicação com os estabelecimentos de ensino.

Para formação das equipes, serão consideradas metas de implementação por região e quantidade de estabelecimentos de ensino, que estarão sob a responsabilidade de cada equipe de relacionamento. Também com base nessas informações, será definida a atuação de cada equipe constituída, que poderá ser municipal, intermunicipal, estadual, distrital ou federal. As equipes de relacionamento deverão contar com participação de pessoas que tenham fácil acesso aos estabelecimentos de ensino e poderão ser formadas por professores, pedagogos, integrantes das Secretarias de Educação estaduais e municipais, de acordo com critérios estabelecidos.

Ação – Distribuir os *kits* de capacitação de professores.

Público – Profissionais da Educação Básica.

Forma de atuação – Todo o material desenvolvido para capacitação de professores, citado na alínea **b** deste capítulo, estará disponível no portal da internet da Enef <www.vidaedinheiro.gov.br> e em material físico que será distribuído às Secretarias de Educação estaduais e municipais e às equipes de relacionamento, que auxiliarão na entrega do material para as escolas. Para acesso ao *kit* e ao curso por meio do *site* da Enef, será necessário cadastramento das instituições de ensino e dos docentes para liberação de *login* e senha. Esse recurso possibilitará acompanhar o andamento dos trabalhos dos professores. O cadastramento será feito também por aquelas

escolas que retirarem o material físico nas coordenadorias e nas diretorias de ensino, ou pelas equipes de relacionamento.

Sempre que houver necessidade, os conteúdos dos materiais e dos cursos de formação serão atualizados.

Ação – Firmar parcerias com autores e editoras que desenvolvem materiais didáticos.

Público – Autores e editoras que desenvolvem materiais didáticos.

Forma de atuação – Propor aos autores e às editoras que elaboram e produzem materiais didáticos a inserção da educação financeira em seus conteúdos, de acordo com a estratégia estabelecida no documento (Orientações para a Educação Financeira nas Escolas) elaborado pelo GAP.

Ação – Desenvolvimento de projeto piloto.

Público – MEC, Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino.

Forma de atuação – Para avaliar a efetividade das ações de formação de professores e de implementação da educação financeira nas escolas e para identificar se elas trarão os resultados esperados e se evidenciarão os pontos que devem ser aprimorados, propõe-se realização de projeto piloto antes de ampliar a Enef para todo o país. A quantidade de escolas que participarão do piloto deverá refletir a realidade do Brasil, envolvendo estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Uma das propostas para que o tema educação financeira faça parte do ambiente escolar será a inserção deste no Programa mais Educação, no macrocampo denominado Educação Econômica e Cidadania. As escolas

selecionadas que optarem por esse macrocampo receberão *kits* de materiais para desenvolverem suas atividades.

Em 2009 prevê-se ação para sensibilizar os diretores das escolas, que poderão selecionar esse macrocampo.

O projeto piloto será realizado de forma gradativa. Em 2009, o material produzido para utilização nas escolas será aplicado em pequenos grupos para validação. O material aprovado, que contemplará as alterações identificadas como necessárias de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos, será aplicado em amostragem maior em 2010. Para percepção dos resultados alcançados, serão comparados grupos que tiveram acesso ao material com aqueles que não foram submetidos ao conteúdo de educação financeira.

Ao longo de 2009 e no início de 2010, serão envidados esforços para instituir sistema de monitoramento contínuo e de avaliação, previamente ao lançamento do projeto piloto. Tal sistema deverá se basear em resultados, com utilização de grupos de controle por seleção randômica. Instituições com *expertise* em avaliação de projetos, como o Banco Mundial e a OCDE, poderão ser contatadas para apoiar, tecnicamente, o desenvolvimento da metodologia a ser utilizada.

A avaliação deverá permitir mensuração dos produtos, efeitos e impactos do programa na consecução de seus objetivos, de curto, médio e longo prazo, com uma linha de base previamente estabelecida. Os objetivos, a serem definidos de forma objetiva, poderão ser: aquisição de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, de curto e médio prazo, e mudança comportamental, de longo prazo (por exemplo, utilização efetiva

dos conhecimentos e habilidades adquiridas em situações de vida). O sistema deve permitir, ainda, avaliação da eficiência na utilização dos recursos, do custo-benefício da intervenção e da casualidade.

Ação – Estabelecer ferramentas para promover troca de informações entre os profissionais da Educação participantes do piloto.

Público – Profissionais da Educação Básica que participarem do piloto.

Forma de atuação – Para essa fase de implementação, a proposta é a constituição de um fórum no *site* oficial da Enef, para promover troca de experiências entre professores participantes do piloto, que poderão informar ações que produziram melhores resultados, aquelas cujo desempenho não foi tão positivo quanto se esperava, o motivo dos resultados pouco satisfatórios e a opinião dos docentes nesse processo, bem como o retorno obtido por parte dos alunos. Outras ferramentas para promover a troca de informações entre professores serão propostas adiante, no detalhamento das ações de expansão da Enef, que ocorrerão após realização do piloto.

d) Ações de expansão da Enef

Após implementação da Enef por meio do piloto, considerando as experiências adquiridas e feitos os aprimoramentos necessários, será desenvolvido um trabalho de expansão para implementação da estratégia em outros estabelecimentos de ensino do país. As ações que se comprovarem eficazes por meio do piloto terão continuidade nessa etapa. Além disso, novas ações serão propostas.

Ação – Implementar a educação financeira em Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino interessados.

Público – Secretarias de Educação e estabelecimentos de ensino.

Forma de atuação – Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino que não participaram do piloto e tiverem interesse em inserir a educação financeira em suas propostas pedagógicas receberão as orientações necessárias por meio do *site* oficial da Enef e das equipes de relacionamento atuantes na região.

Ação – Ampliar as ações utilizadas no projeto piloto e adotar outras para promover a troca de informações entre os profissionais da Educação que aderirem à educação financeira nas escolas.

Público – Profissionais da Educação Básica que aderirem à educação financeira nas escolas.

Forma de atuação – A proposta é que o fórum constituído para troca de informações entre os professores durante o piloto se torne permanente e seja aberto a todas as escolas que aderirem à Enef.

Além disso, devem ser promovidos encontros anuais por meio do fórum permanente entre escolas, com o intuito de reunir professores que implementarem a educação financeira para apresentação de casos e oferecer oportunidades para troca de experiências, bem como estimular a implementação do tema por outros estabelecimentos de ensino e por outros docentes. Propõe-se apresentação de alguns exemplos de sucesso implementados nas escolas e os principais resultados obtidos pela Enef.

Outra proposta é realizar concursos entre escolas, professores e alunos sobre educação financeira, como mais uma forma de incentivar, divulgar e avaliar os trabalhos desenvolvidos.

Ação – Reconhecimento das Secretarias de Educação e dos estabelecimentos de ensino e dos professores que adotarem a Enef.

Público – Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país.

Forma de atuação – Fornecer reconhecimento às Secretarias de Educação estaduais e municipais, bem como aos estabelecimentos de ensino e aos professores que adotarem a educação financeira nas escolas, como forma de estímulo e exemplo a outras instituições e docentes.

Para tornar as ações mais atrativas à participação, a Enef prevê concessão de um selo de reconhecimento aos estabelecimentos de ensino que inserirem a educação financeira em suas propostas pedagógicas e tiverem comprometimento de continuidade, acompanhamento e mensuração efetivos. O selo poderá ser exibido em seus materiais informativos e promocionais, impressos ou eletrônicos. Para obter o selo, a instituição deverá cumprir determinados critérios preestabelecidos, mas considerarão o compromisso de continuidade e acompanhamento das ações e a avaliação de seus resultados.

Com a concessão do selo, será possível manter um cadastro com o nome das escolas que adotaram a educação financeira nas escolas e das ações que estão desenvolvendo.

Os professores que adotarem a Enef, seguirem os critérios estabelecidos e forem bem avaliados por seu desempenho serão agraciados com prêmios que serão definidos oportunamente.

Além do selo de reconhecimento para as escolas que adotarem a estratégia, será fornecido um selo de excelência às escolas que alcançarem determinado grau de efetividade nas suas ações, de acordo com critérios de avaliação que serão definidos.

e) Ações de controle e avaliação

A ação de avaliação descrita a seguir é proposta para acompanhamento dos resultados conquistados por meio da implementação da educação financeira nas escolas.

Ação – Avaliar os resultados de forma qualitativa e quantitativa.

Público – Profissionais da Educação Básica e alunos de estabelecimentos de ensino que adotarem a educação financeira nas escolas.

Forma de atuação – Para avaliar os resultados qualitativos conquistados por meio da adoção da educação financeira nas escolas, a proposta é selecionar estabelecimentos de ensino distintos, públicos e privados, que receberão acompanhamento durante a realização das atividades previstas para formação de professores e implementação da educação financeira nas escolas. Serão estabelecidos quesitos e metas, que poderão evidenciar mudança de comportamento. Para percepção dos resultados, serão comparados grupos que tiveram acesso ao material com aqueles que não foram submetidos ao conteúdo de educação financeira. A proposta é avaliar o que foi interiorizado por crianças, pré-adolescentes e adolescentes.

Para acompanhamento qualitativo, propõe-se utilizar o controle e o cadastro dos estabelecimentos de ensino que adotarem a educação financeira nas escolas, que será formulado após concessão do selo de reconhecimento.

Para definição do sistema que avaliará todo o programa de educação financeira nas escolas, em suas diferentes ações, deverá ser utilizado, como base, o sistema de monitoramento e avaliação desenvolvido para o projeto piloto, aperfeiçoado com as conclusões obtidas e expandido para inserir outras atividades e projetos do programa.

3.2. Educação financeira para adultos

Uma estratégia de educação financeira para adultos deve levar em conta diversos fatores que irão interferir em sua disseminação. Esses fatores abrangem, como já dito anteriormente, a dimensão do território brasileiro, as dificuldades de acesso a informações por parte de grande parcela da população, a diversidade cultural, os graus de escolaridade, as faixas etárias, os nichos de atuação, as diferenças de interesse, entre outros. Isso faz com que se tornem ilimitadas as possibilidades de estratificação do público-alvo, os temas e as maneiras de transmitir informações e orientações para a população brasileira, bem como as formas de contribuir na formação dos indivíduos no que se refere à educação financeira.

Os resultados da pesquisa realizada para desenvolvimento da Enef indicam claramente que, na formulação das ações a serem empreendidas, devem ser considerados hábitos de consumo profundamente arraigados na população e as complexas questões psicológicas e sociais, além da influência das ações de propaganda e mídia que incentivam tais hábitos.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de diferentes abordagens nas ações de educação financeira, voltadas para informar, formar e orientar o maior número de pessoas

possível, utilizando-se de diversos veículos de comunicação, entre eles internet, televisão, rádio, imprensa escrita, telefonia e TV WEB.

3.2.1. Plano estratégico para educação financeira para adultos

Considerando os diversos fatores que irão interferir na disseminação da educação financeira para adultos, relacionam-se abaixo alguns públicos-alvo, temas e ações que podem ser objeto de programas no âmbito da educação financeira para adultos.

- a) Públicos-alvo: militares; servidores públicos; trabalhadores formais e informais; profissionais liberais; estudantes universitários; donas de casa; desempregados; aposentados; trabalhadores rurais; beneficiários de programas sociais; brasileiros residentes no exterior; outros.
- b) Temas: inclusão financeira; proteção ao consumidor; finanças pessoais; noções de Economia; noções do sistema financeiro nacional; crédito e microcrédito; consumo consciente; previdência; preparação para aposentadoria; investimentos; seguros; capitalização; outros.
- c) Ações: portal; palestras; publicações e cartilhas; seminários; encontros regionais; concursos; centrais de atendimento; campanhas publicitárias; cursos; programas de televisão; programas de rádio; feiras; espaços culturais; visitas programadas; outras.

Em linha com o trabalho desenvolvido na seção referente à educação financeira nas escolas, deverão ser elaboradas diretrizes para a educação financeira para adultos que abordem os objetivos educacionais a serem alcançados e os conceitos e produtos aplicáveis a cada situação no campo educacional, visando a mudança no grau de conhecimento e no comportamento dos cidadãos. Essas orientações devem ser flexíveis, a ponto de poderem ser aplicadas aos diversos públicos-alvo, considerando-se a capacidade de compreensão de cada indivíduo.

Para otimizar o desenvolvimento da Enef com os diversos públicos, recomenda-se que sejam observados os procedimentos relacionados a seguir:

- a) identificação do público-alvo e dos temas de interesse. Esse processo se dará sob demanda dos órgãos reguladores ou da entidade coordenadora, ou para preencher lacunas constatadas por eles;
- b) análise do público-alvo, verificando se ele se enquadra em segmento organizado ou passível de ser agrupado segundo características, interesses ou demandas comuns. Essa etapa é importante para facilitar a abordagem e o desenvolvimento da ação;
- c) definição da melhor forma de atendimento a cada público-alvo, que poderá ser por meio do fornecimento de conteúdo já existente, atuação de multiplicadores, treinamento (presencial ou a distância), desenvolvimento de campanha de publicidade ou outra;
- d) formação de grupos de controle, visando a avaliação futura da efetividade da ação. Esses grupos são fundamentais para o processo de avaliação da eficiência e da eficácia da ação, mas, principalmente, para mensuração da sua efetividade, pois é uma forma objetiva de se avaliar se a ação produziu, de fato, alguma mudança duradoura de comportamento em relação ao tema; e
- e) proposição de ações de revisão.

A entidade coordenadora da Enef deverá desenvolver plano de ações de curto, médio e longo prazos, contemplando a educação financeira para adultos no Brasil e para brasileiros residentes em outros países, considerando-se os aspectos até aqui mencionados, bem como a necessidade de priorização na utilização de recursos.

Esse plano deverá conter, pelo menos, as seguintes ações:

- a) formar tutores e multiplicadores – Para alavancar as ações da estratégia, é fundamental capacitar grande número de pessoas que possam multiplicar conhecimentos de educação financeira para diversos públicos. Grupos tutoriais serão constituídos para atuar na formação e

no acompanhamento desses multiplicadores, esclarecendo dúvidas, participando de fóruns de discussão e de processos de avaliação de ações realizadas;

b) constituir fórum virtual – Desenvolvimento de espaço no portal da Enef, com a principal finalidade de fomentar discussões entre tutores e multiplicadores sobre temas de interesse da educação financeira, esclarecendo dúvidas e identificando pontos de aprimoramento da Enef;

c) promover cursos sobre temas de educação financeira – Desenvolvimento de cursos presenciais e a distância sobre temas específicos de educação financeira, conforme o público-alvo.

Para alavancar a atuação da Enef no segmento adulto, é fundamental estabelecer parcerias com entidades diversas, públicas e privadas, que já desenvolvam ou que tenham condições de desenvolver ações de educação financeira.

Destacam-se como segmentos potenciais para parcerias o Sistema S, sindicatos, associações de classe, confederações, cooperativas, organizações não governamentais, Serasa, SPC, Forças Armadas, universidades, servidores públicos e grupos religiosos.

No processo de elaboração da Enef, foram contatados alguns possíveis parceiros. O Ministério da Justiça, por meio da atuação dos Programas de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procons) –, pode contribuir com a disseminação de informações a respeito dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Também na área de atuação do Ministério da Justiça, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, responsável pela capacitação dos atendentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Sindec), poderá efetuar treinamentos, cursos e palestras que abordem conceitos e regras de funcionamento dos mercados abrangidos pela Enef. Esses atendentes poderão atuar como multiplicadores da estratégia dentro do Sindec.

Ainda no âmbito do Ministério da Justiça, a base de dados do Sindec, por reunir dados e estatísticas das reclamações dos consumidores registradas pela maioria dos Procons do

Brasil, poderá servir como fonte de informações para orientar as decisões sobre ações específicas da Enef.

Os militares, por serem um estrato fortemente organizado do público-alvo adulto, são segmento a ser priorizado. Por estarem na estrutura do Ministério da Defesa, foi feito contato inicial com esse ministério, propondo realização de ações de educação financeira, a serem ministradas, de forma transversal, no âmbito da formação regular já existente e desenvolvida normalmente nas Forças Armadas.

Ademais, esse grupo atua em áreas remotas, de difícil acesso, do território nacional, como região amazônica e áreas de fronteira, possibilitando disseminação das ações da Enef, por intermédio da ação de militares como multiplicadores.

Nos contatos com o Ministério da Defesa, foram identificadas as seguintes ações para serem desenvolvidas e executadas com as Forças Armadas:

- a) elaborar cursos de gestão de finanças pessoais, na modalidade presencial, para formação de multiplicadores. Esses multiplicadores atuarão em cursos presenciais e como tutores em eventos de capacitação à distância;
- b) ministrar curso de gestão de finanças pessoais, na modalidade "ensino a distância", com acesso para os militares e seus dependentes;
- c) promover palestras e seminários sobre temas de educação financeira, no Ministério da Defesa, na Escola Superior de Guerra, nos Comandos Militares de Área e em outras escolas militares;
- d) facilitar o acesso dos militares aos curso e seminários oferecidos pelos órgãos que compõem o Coremec, até mesmo com utilização de tecnologia TV WEB.

O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa Bolsa Família, que proporcionou a cerca de 11 milhões de famílias, em todo o Brasil, melhores condições sociais e financeiras, percebeu a importância de oferecer educação financeira aos

beneficiários diretos e indiretos dessa iniciativa, considerando que a maioria dessas pessoas não tinha familiaridade com questões dessa natureza.

Para atingir a todos os beneficiários, deve ser considerada a possibilidade de utilizar os gestores do programa, em cada município, como multiplicadores, desenvolvendo-se ações de capacitação dessas pessoas. De forma suplementar, os Centros de Referência de Assistência Social poderão oferecer apoio a essas iniciativas.

Em relação às ações de educação financeira a serem oferecidas aos beneficiários do programa, a Enef poderá contribuir, oferecendo orientações técnicas, materiais e cursos, a serem adaptados à realidade do público-alvo.

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) mostrou interesse em desenvolver duas linhas de ação. Uma voltada para construção de uma disciplina relacionada à gestão de finanças pessoais, a ser ministrada como optativa nos cursos de graduação da Universidade. Foi considerada, também, a possibilidade de essa ação alcançar seus servidores e professores. Outra voltada para os alunos da Unesp, na forma de disciplina eletiva, que contenha conceitos dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Como resultado desse contato, já foi, até mesmo, ministrado o curso de Gestão Financeira Pessoal para professores da Unesp, de modo que eles pudessem conhecer a metodologia e as ferramentas utilizadas, tanto para atuar como multiplicadores locais, como para desenvolver projetos específicos de interesse da Universidade, sob acompanhamento da entidade coordenadora da Enef.

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), coordenado pela Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf), atua em conjunto com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, com a Controladoria-Geral da União e com as Secretarias de Fazenda e possibilita disseminação da educação fiscal nas escolas e para adultos, com foco na cidadania.

Esse tema tem forte relação com a educação financeira, devendo haver esforços para atuação conjunta que envolva a Enef e o PNEF.

Adicionalmente às ações e às parcerias acima mencionadas, cada órgão do Coremec deverá envidar esforços para continuar promovendo suas ações setoriais de educação financeira. As ações propostas ou em curso no âmbito de cada uma dessas instituições são apresentadas em documento anexo.

SEÇÃO 4 – GOVERNANÇA DA ENEF

Empreender esforço coordenado e uniforme para aumentar o grau de educação financeira da população não é tarefa de organização simples. As características do Brasil recomendam que esse projeto seja realizado de forma descentralizada, com uso intensivo de parcerias estratégicas, de âmbito nacional, e de colaboradores locais, conhecedores das peculiaridades de cada comunidade.

A estrutura de governança proposta para a Enef, com coordenação centralizada, concilia a necessidade de integração de entidades privadas e públicas, interessadas em promover a educação financeira, preservando a independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro para desenvolver suas próprias ações de educação.

Como política nacional, a Enef deve contemplar as seguintes esferas de governança:

- a) estratégica: formada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), responsável pela direção, pelo fomento e pela supervisão da Enef.
- b) consultiva: formada, inicialmente por GAP, responsável por orientar pedagogicamente o desenvolvimento de conteúdos.
- c) de coordenação: a Enef será coordenada por entidade de propósito exclusivo, não integrada à estrutura de nenhum dos ministérios, a fim de assegurar o equilíbrio da gestão entre os mercados e segmentos interessados.
- d) de execução: por meio dos órgãos supervisores e fiscalizadores do sistema financeiro nacional e de parceiros realizadores, privados e públicos, que desenvolvam programas ou ações de Educação Financeira, qualificadas para integrar a Enef.

O Conef será integrado por:

- presidente do BCB;

- presidente da CVM;
- diretor superintendente da Previc;
- superintendente da Susep;
- Secretário-Executivo do MEC;
- Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social; e
- Secretário-Executivo do Ministério da Justiça.

Terá as seguintes competências:

- regular a Enef, podendo contemplar programas, planos e ações;
- estabelecer diretrizes e objetivos para planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da Enef;
- constituir grupos de trabalho , com atividades especializadas, para dar suporte técnico; e
- aprovar seu regimento interno.

O Conef poderá convidar pessoas ou entidades e órgãos para colaborar com seus trabalhos ou participar de suas reuniões.

A fim de assegurar o constante alinhamento entre as políticas e diretrizes do Coremec e do Conef, a Presidência desses comitês, observará o sistema de rodízio entre os órgãos do Coremec.

O GAP terá a competência de orientar pedagogicamente o Conef quanto à educação financeira nas escolas, principalmente quanto ao desenvolvimento e à inserção do conteúdo financeiro nas diferentes disciplinas, de modo transversal, sob o enfoque das entidades que integram ou representam os sistemas de ensino público federal, estaduais e municipais, e as

instituições de ensino privadas. Poderá, também, considerando o público-alvo envolvido, formular orientações para outros programas, planos e ações da Enef.

O GAP desempenha, ainda, papel consultivo no Conef, para assegurar que o conteúdo desenvolvido esteja em consonância com as diretrizes curriculares e possa ser integrado aos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais.

Esse grupo será composto por representantes das seguintes instituições e órgãos:

- BCB;
- CVM;
- PREVIC;
- Susep;
- Conselho Nacional de Educação;
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação;
- Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação;
- Instituições federais de ensino, no limite de cinco, indicadas pelo Ministério da Educação, sendo uma para cada região do país;
- Conselho Nacional de Secretários de Educação; e
- União dos Dirigentes Municipais de Educação.

O GAP poderá convidar pessoas ou entidades e órgãos para colaborar com seus trabalhos ou participar de suas reuniões.

A entidade coordenadora da Enef deverá assegurar centralização de informações relativas à execução de cada programa ou ação, pelos diferentes parceiros da Enef, permitindo ao Conef dispor de diagnósticos e relatórios de acompanhamento consolidados, com resultados obtidos pelos setores privado e público.

Por outro lado, possibilita-se a existência de um responsável principal pelo desenvolvimento de conteúdos e metodologias voltados ao grande público. A entidade poderá, também, ser responsável pela execução direta de ações ou programas de educação financeira, priorizando as ações de caráter básico, de educação financeira nas escolas e de iniciação financeira para adultos.

Considerando que os resultados da Enef serão obtidos em longo prazo, atravessando gerações, a entidade coordenadora deve ter existência perene, que será alcançada por meio de uma entidade privada. Ademais, a utilização de uma entidade privada atende melhor aos objetivos da estratégia, uma vez que possibilita o aporte de recursos por meio de outras entidades privadas interessadas em fomentar a educação financeira da população brasileira, sem impossibilitar o repasse de recursos públicos para execução de projetos.

Para assegurar mais cooperação entre os diferentes setores, a entidade privada que exercer o papel de coordenação da Enef deverá, preferencialmente, ser instituída por entidades representativas (associações, fundações, entidades autoreguladoras ou outras) dos mercados e os membros instituidores poderão participar das reuniões do CONEF. Essa representatividade é desejável, ainda, para equilibrar a relevância com que serão tratados os diferentes conteúdos, oriundos de cada segmento do sistema financeiro, e para possibilitar a visão pluralista, não segmentada, especialmente para os programas de educação financeira da população com menos informações sobre o campo financeiro. A participação das entidades instituidoras da entidade privada nas reuniões do CONEF facilitará o alinhamento das diretrizes estratégicas.

Com o objetivo de possibilitar a parceria entre o Estado e a entidade coordenadora da Enef, essa entidade privada deve se classificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), nos termos da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999. As características peculiares dessas entidades facilitam a colaboração com o setor público para

consecução de objetivos de natureza social, como educação, ao mesmo tempo em que possibilitam adequada fiscalização dos resultados.

As Oscips devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência e possuir um conselho fiscal ou órgão equivalente, podendo remunerar seus diretores, entre outras exigências estabelecidas na Lei nº 9.790, de 1999.

Outra vantagem de uma entidade qualificada como Oscip é que o governo federal autoriza as empresas tributadas pelo regime de lucro real a deduzirem, como despesa operacional, doações de até 2% do lucro operacional bruto para entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscip. Essa facilidade poderá aumentar o volume de recursos obtidos pela entidade para financiar as ações de educação financeira.

As Oscips podem celebrar termos de parceria, instrumentos firmados com o poder público destinados à formação de vínculo de cooperação entre as partes, estabelecendo os direitos, as obrigações e as responsabilidades. No termo de parceria, deve-se mencionar o programa de trabalho a ser desenvolvido, estipular metas e resultados a serem atingidos, com prazo de execução, critérios objetivos de avaliação, previsão de receitas e suas fontes e despesas, entre outros dados.

A lei que instituiu as Oscips estabeleceu que servidores públicos podem participar dos conselhos da entidade, vedada, entretanto, a remuneração. Com essa possibilidade, deverá ser constituído um conselho na fundação, o Conselho Enef, com os objetivos de acompanhar a execução do termo de parceria, elaborar o plano de ações a ser executado pela entidade e aprovar os conteúdos relacionados à educação financeira, sendo que, para o programa educação financeira nas escolas, será exigida a aprovação do GAP. Esse conselho não interferirá em assuntos administrativos, como salários, aquisição de bens e serviços e outros temas que não estejam relacionados diretamente com a Enef.

O Conselho Enef contará com a participação obrigatória de pelo menos um representante de cada um dos órgãos que integram o Coremec e dos membros instituidores da entidade, podendo ser integrado por outros membros do Conef.

Além do Conselho Enef, haverá pelo menos um representante do Conef em cada um dos demais conselhos existentes na estrutura da entidade, todavia com competência para dispor apenas de assuntos finalísticos da Enef e sem responsabilidade por decisões administrativas.

A forma de supervisão da entidade quanto à execução da Enef será estabelecida no termo de parceria, que disporá sobre o Conselho Enef e a participação do Estado nos conselhos da entidade.

A estrutura de governança proposta deve permanentemente:

- assegurar padrões éticos e de boa governança;
- promover e incentivar formação de parcerias, principalmente com entes de natureza privada e pública que possam multiplicar e alavancar as ações de informação, formação ou orientação;
- analisar propostas de projetos e de conteúdos de potenciais parceiros;
- gerenciar acervo de informações e de materiais de apoio pedagógico;
- gerenciar o sítio da Enef na internet;
- desenvolver conteúdos que possam ser disseminados;
- formar multiplicadores para ações diversas no âmbito da Enef;
- divulgar a estratégia;
- elaborar e aplicar indicadores de avaliação sobre a efetividade das ações desenvolvidas;
- produzir relatórios e documentos referentes às atividades da Enef;
- desenvolver outras ações de interesse da Enef.

Para manter a Enef atualizada em relação às melhores práticas relacionadas ao seu âmbito de atuação, é importante que os membros do Conef, do GAP e da entidade coordenadora da Enef participem regularmente de seminários, congressos, cursos, fóruns e outros eventos nacionais e internacionais referentes ao tema educação financeira.

SEÇÃO 5 – CONCLUSÃO

A formulação de política pública destinada a elevar o grau de educação financeira da população será relevante no futuro. Mantida a tendência de continuidade do processo de desenvolvimento do país, com redução das desigualdades, alterações na distribuição da renda e ampliação progressiva da classe média e redução da pobreza extrema, a sociedade terá mais acesso a produtos e serviços, que abrangem os financeiros. Na falta de política de Estado voltada para a educação financeira, as decisões de consumo e poupança serão tomadas por cidadãos ainda pouco familiarizados com as peculiaridades desses produtos e serviços.

Nesse sentido, a educação financeira deve ser promovida em harmonia com as políticas públicas sociais e econômicas, que contribuirão para melhorar a vida de milhões de brasileiros, havendo necessidade correlata de oferecer educação financeira à população para que lide com a nova realidade com desenvoltura. Na falta dessa sintonia, desequilíbrios de natureza financeira podem ser provocados por decisões individuais de consumo, endividamento e poupança inadequadas, as quais, quando ocorrem em massa, podem afetar a solidez do sistema financeiro e interromper o processo de crescimento econômico.

Indivíduos que façam escolhas no campo financeiro e de consumo conscientes e bem informados se tornam protagonistas, assumindo, nos limites de suas disponibilidades e de seus recursos, as rédeas de sua vida, adquirindo melhores condições para exercer sua cidadania.

Os objetivos desta Enef somente serão alcançados se essa política pública for promovida por meio de esforço continuado pelas próximas gerações. Com efeito, o desafio de educar financeiramente o cidadão requer transformações culturais que somente serão alcançadas com ações de longo prazo, consistentes quanto ao conteúdo técnico e à orientação pedagógica adequados a cada público-alvo.

Nesse sentido, a conscientização quanto ao impacto coletivo das decisões individuais de consumo, endividamento e poupança poderá contribuir para desenvolvimento de

padrões de consumo sustentáveis, que considerem as repercussões ambientais e sociais, habilitando o cidadão a fazer opções para o bem-estar individual, familiar e de toda sociedade.

Em tal cenário, esta Enef considera que a existência de coordenação adequada entre os diversos sujeitos da educação financeira mostra-se indispensável, a fim de assegurar que os esforços coletivos convirjam para os objetivos mencionados, mantendo-se as parcerias voluntárias construídas no processo de elaboração desta proposta e integrando novos colaboradores.

A evolução das metodologias e das ferramentas utilizadas na Enef deve considerar a experiência de outros países e de organismos multilaterais, sendo recomendável que se promova amplo e profícuo intercâmbio de informações e conhecimentos. Parcerias internacionais deverão ser firmadas, até mesmo, no âmbito de acordos dos quais o Brasil participe.

O país deverá inserir o tema educação financeira nos fóruns internacionais, estimulando ou apoiando sua adoção por outras nações, reduzindo, por intermédio de ações preventivas, a possibilidade de contágio em ambientes de crise.

Esta estratégia representa o início de longa caminhada. Ela deverá incorporar novos parceiros e envolver toda a sociedade brasileira. Somente o esforço contínuo e sustentado em longo prazo poderá promover melhoria na capacitação dos cidadãos para lidar com o dinheiro, o consumo e as peculiaridades do sistema financeiro.